n. 13 2019

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial.....03

A Transformação do Homem Através da Vivência da Prática Cristã
Silva, Alessandro Amaro da. Págs. 4 – 15..... 04

A Gestão de Pessoas na Administração Pública.
Quintão, Aline Mota. Págs. 16 – 27.....16

A Alfabetização no Contexto do Letramento.
Cardoso, Ana Lúcia Lima. Págs. 28 – 36.....28

Percurso Histórico da Educação Especial no Brasil.
Souza, Doralice Soares de. Págs. 37 – 50.....37

Gestão Ambiental: Uma Abordagem Epistemológica.
Szwed, Edvino. Págs. 51 – 61.....51

Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e minimização de Impacto Ambiental Pela Industria Farmacêutica X.
Alves, Elisangela Pimentel. Págs. 61 – 74.....61

O Uso de Tecnologia Assistiva no Ensino de Matemática: Um Estudo Experimental.
Jean, Evren Ney da Silva. Págs. 75 – 84.....75

Vagas Especiais de Estacionamento na Cidade de Belo Horizonte – Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência com Dificuldade de Locomoção.
Gomes, Fabiana Melo de Oliveira. Págs. 85 - 94.....85

Fundamento Teórico-Metodológico do Ensino de Filosofia.
Santos, Givaldo Dantas dos. Págs. 95 - 105.....95

A Educação Segundo a Teoria de Carl Rogers.
Santos, Givaldo Dantas dos. Págs. 106 – 119.....106

EDITORIAL

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO TUTOR/ALUNO NA EDUCAÇÃO Á DISTÂNCIA

A Educação á Distância EAD, criou ao longo de sua existência o mito do distanciamento espaço temporal, que dá, muitas das vezes a sensação de que a ausência de um contato físico com o professor/tutor pode justificar uma relação menos respeitosa e elegante por parte do aluno. Claro e evidente que não é via de regra, pois há alunos que conseguem entender muito bem essa questão da não presença, como um fator diferente, mais acessível da EAD, mas não menos importante e nem tão pouco passaporte para a falta de delicadeza e alteridade entre a relação aluno/tutor.

Infelizmente quando há esse equívoco provocado pelo distanciamento espaço temporal, o aluno se sente confortável em falar e fazer comentários que obviamente seriam evitados ou pelo menos ponderados em uma relação presencial, o que acaba dificultando um pouco a leveza nessa relação. Há também uma sensação de que do outro lado da net, está um robô e não um professor humano, com horário de começar e terminar o seu atendimento, o que promove também uma série de dificuldades.

A importância do tutor EAD, é algo inconteste, pois a mediação do mesmo nos processos de construção de textos, nas intermediações para sanar dúvidas em relação às questões de avaliações, entre outros tantos atendimentos, é essencial para que o aluno conclua seu curso com sucesso.

Fica clara, então, a relevância de uma reflexão acerca da valorização dessa importante intermediação do tutor para a caminhada rumo à conclusão de um curso à distância, sonho de tantas pessoas que muitas vezes não possuíam a menor possibilidade de frequência presencial e agora o fazem à distância.

Assim, é fato que a relação tutor/aluno EAD, deve ser permeada pelo respeito, colaboração mútua, confiança e principalmente pela humanização dessa relação e da certeza de que o distanciamento espaço/temporal nada mais é do que um fator geográfico o que não justifica, em momento algum a impessoalidade e falta de alteridade nas relações acadêmicas. Ao contrário, essa relação pode e deve ser de ganho e crescimento em relação à construção e troca de conhecimentos e experiências no sentido de garantir uma formação humanizada e permeada por ações de valorização mútua entre tutores e seus alunos.

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza e Mantenedora Instituto Souza

A TRANSFORMAÇÃO DO HOMEM ATRAVÉS DA VIVÊNCIA DA PRÁTICA CRISTÃ

Silva, Alessandro Amaro da

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo enfatizar a filosofia cristã como proposta transformadora, como filosofia de amor, de leveza, como nenhuma outra até então. Cristo convida o homem a viver uma vida de fé, livre de toda dominação interna e externa que lhe assegura a paz. Tem como escopo mostrar a importância da prática da vida cristã na transformação do homem que adota o cristianismo como filosofia de vida especialmente do homem ocidental, brasileiro, que vem de uma cultura latina e dentro do modelo cristão também latino. Diversas literaturas que tratam da condição humana serão utilizadas, desde as culturas antigas, a própria bíblia sagrada e outras filosofias, além de escritores que tratam da psique humana. Conclui-se que, é realmente preciso que o homem tenha esperança e essa garantia para poder compreender o plano sagrado no qual está inserido. Para o homem ocidental cristão, o Cristianismo estabelece uma relação pessoal do homem com Deus em Cristo Jesus, e é nessa relação pessoal e amorosa com o Ser Supremo que o homem se realiza – aí reside a felicidade perene.

PALAVRAS CHAVES: Filosofia Cristã. Transformação. Deus. Homem

INTRODUÇÃO

O gênero humano encontra-se hoje em uma fase nova da história, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao universo inteiro. Elas são provocadas pela inteligência do homem e por sua atividade criadora e atinge o próprio homem, seus juízos, seus desejos individuais e coletivos, seu modo de pensar e agir tanto em relação às coisas quanto em relação aos homens.

Na sociedade contemporânea, arrebatado pela admiração das próprias descobertas e do próprio poder, o homem frequentemente debate os problemas angustiantes sobre a evolução moderna do mundo, sobre o lugar e função do homem no universo inteiro, sobre o sentido do seu esforço individual e coletivo e, sobre seu fim ultimo e das coisas. A pessoa precisa ser salva, salvamento este das dominações internas e externas que escravizam, mesmo sem estar consciente do fato. A sociedade precisa ser renovada.

O homem é considerado em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, e pode-se afirmar que existe nele uma semente divina que se renova e o faz buscar incessantemente a felicidade e a paz, e quando se esquece de sua

essência e se embebeda pelas circunstâncias da vida entra em conflito interno. Neste contexto, dada a relevância social do tema e sua abrangência, daí a importância de melhor compreender sobre a natureza humana, como acadêmica e como membro ativa de uma comunidade religiosa que busca viver os sinais primordiais da fé, que são elas, a humildade, a simplicidade e o louvor.

Para desenvolver o presente trabalho recorre-se à filosofia, às escritas de diversos estudiosos da literatura cristã, a Bíblia Sagrada, literaturas psicológicas que dissertam sobre homem interior, documentos como Compêndio Vaticano II, do Jubileu do ano dois mil, cujos assentamentos são objetos de profundas observações na sociedade moderna e pós-moderna, a condição da dignidade humana integral como ser eterno e outros de diversas religiões que tratam das condições humanas e suas propostas transformadoras. Dessa forma, baseou-se em fontes bibliográficas, sendo esta também a metodologia enquadrada em seus aspectos técnicos.

Devido à complexidade da vida na atualidade, o presente trabalho pretende tornar a realidade a mais clara possível para o leitor elucidar o panorama do problema da sociedade contemporânea que há muito tempo perdeu a essência do cristianismo e vive numa máquina desenfreada quase sem noção de sua humanidade. Evidencia-se em seguida, a importância de se estudar sobre o elemento humano e as possibilidades de resgate da essência sonhada por Deus para ele.

Na fundamentação teórica, olhando para a realidade humana atual, já que o tema fala sobre a transformação a pesquisa, busca o que se entende por transformação, cujo significado na cultura religiosa cristã ocidental é a conversão ou mudança de vida. Diversas literaturas que tratam da condição humana serão utilizadas, desde as culturas antigas, a própria bíblia sagrada e outras filosofias, além de escritores que tratam da psique humana.

No que diz respeito à transformação vale-se como exemplo o próprio Jesus Cristo e sua "transformação" em Deus homem, evidenciando-se as potencialidades humanas de viver a proposta crística em sua vida e uma vez vivendo o Cristo, este homem já não mais concebe a ideia de viver egoisticamente sem consideração a solidariedade e a condições do outro ao seu lado, igualmente a proposta moral.

Na sequência, será enfatizada a filosofia cristã como proposta transformadora, como filosofia de amor, de leveza, como nenhuma outra até então. Cristo convida o homem a viver uma vida de fé, livre de toda dominação interna e externa que lhe assegura a paz.

O homem como ser social, não vive só, precisa do outro para se completar como humano tendo ou não clareza em sua consciência a respeito. Mesmo quando não precisa do outro, ainda assim quer

interagir com ele como se um fosse a extensão do outro. Partindo dessa concepção, discorre-se sobre a ética e a alteridade na vida do homem como ser individual, membro de uma sociedade e como cristão, que deve levar em consideração o outro como balizamento do eu e vice-versa.

De fato na sociedade como um todo, poucas instituições se ocupam com a transformação humana, deixando essa dimensão solta ao espontâneo. No estado natural e primitivo, o humano vive uma inquietude existencial; há quem diga que o sagrado dentro do humano vive sufocado por décadas, até que as dimensões dos egos se abrandem e possam dar lugar à divindade latente. Vivendo em estado de aprisionamento, tal situação o faz sentir distante da divindade suprema.

Pois é na dimensão do espírito que o homem vive a sua comunhão com o sagrado e promove uma elevação como pessoa dando-lhe contentamento mais duradouro. Por força do materialismo e outras circunstâncias, as religiões que brotaram em cada cultura se esforçam em ajudar o homem em sua jornada terrena, tentando lhe proporcionar leveza espiritual e o restabelecimento da comunhão com Deus - o que será mais detalhado nos tópicos apropriados do trabalho.

A CRISE EXISTENCIAL DO HOMEM CONTEMPORÂNEO

A decisão de escolha de um determinado curso superior não se dá em um vazio de significados. O ingressante, mesmo de maneira pouco explícita e consciente para si, tem algumas expectativas quanto à profissão que busca suas condições de sucesso profissional, além de um conjunto de crenças quanto às suas possibilidades de conseguir os resultados desejados.

Na sociedade atual, o homem vive em um mundo de descobertas tecnológicas, científicas e culturais. Sempre ocupado em conseguir mais realização pessoal, poder e dinheiro, pensando em ter mais bens materiais, mais saúde, mais alegria e mais tempo de vida, vive num ritmo acelerado sem tempo para o se auto-conhecer, não sabendo nem mesmo quem ele é. Busca estar ligado com os fatos atuais e todo tipo de informação, quer saber um pouco de tudo do mundo, da tecnologia, da política, do esporte, da Internet, de saúde, de economia, da televisão, e tantos outros, pois não pode ficar alheio a nenhuma notícia ou descoberta do momento.

Neste contexto o homem está sendo condicionado a ter uma consciência que precisa possuir toda espécie de modismos que a mídia e/ou o mercado capitalista oferecem. Aos poucos perde sua própria percepção do que realmente precisa para viver. Não pode mais avaliar se de fato está ou não sendo manipulado pelo que o leva a sentir desejo de possuir cada vez mais, ou seja, pelo consumismo.

O humano do século XXI, especialmente no caso brasileiro, que é uma realidade bem presente, tem necessidade de tudo o que é novo e procura possuir tudo o que é lançamento no mundo da tecnologia, da moda, da alimentação, para se sentir realizado e bem sucedido. Procura ser feliz no cuidado excessivo com a aparência, mudando muitas vezes o corpo com cirurgias. A insatisfação é constante, a inquietude interna transforma-se muitas vezes em angústia e depressão; sente um vazio profundo.

Os valores do homem contemporâneo não conseguem proporcionar a ele a felicidade que tanto procura. Perdido e desorientado consome sua vida no trabalho, nos estudos, nos compromissos sociais, nos relacionamentos, nos vícios e outras coisas tantas. Tudo gira em busca de uma satisfação ilusória e um sonhado bem-estar que espera que chegue num futuro bem próximo.

Fala-se do homem comum, jovem ou velho, pobre ou rico, com ou sem religião, que sofre com todas as adversidades naturais da vida e procura ser mais feliz de alguma maneira e/ou de muitas maneiras. Percebe-se então uma sociedade tomada pela onda coletiva de necessidades reais e ilusórias.

Ao embarcar no círculo vicioso, o homem, muitas vezes inconsciente, não consegue perceber o abismo no qual se encontra e assim vai envolvendo-se e sendo envolvido pelas outras pessoas e circunstâncias diversas. A sociedade e os meios econômicos conspiram para a perpetuação desse contexto. Cercado de tantas promessas de felicidade e de tantas coisas materiais, o homem sofre de um vazio profundo impossível de ser preenchido, prosseguindo sem sentido na vida.

O resultado é que o homem sempre está angustiado, dividido entre a incerteza sobre o que pode acontecer e a esperança de ganhar mais, afligido por sofrimentos mentais e emocionais, embora as aparências façam supor que leva uma vida de sucesso e bem-estar absoluto. A sociedade moderna se dedica ao progresso material e ao próprio sucesso da ciência e da tecnologia, mas não se preocupa com o bem-estar espiritual.

No curso da teologia constatam- se diversos filósofos que também refletiram sobre a condição do homem enquanto ser social e coletivo.

Sendo o homem a obra prima da natureza dotado do livre arbítrio tem poder de decisões e escolhas. Uma perspectiva interessante é que através do conhecimento, da educação em várias dimensões esse homem pode mudar sua maneira de ser, transformar-se numa pessoa melhor, melhorando também o mundo em sua volta e essa realidade pode tomar-se uma realidade atrativa para os demais que lhe cercam.

A crise existencial do homem contemporâneo é reconhecida e discutida, tem como uma de suas causas principais as mudanças sociais ocorridas bruscas e desordenadamente. As perdas do contato com a natureza e o fenômeno da industrialização trouxeram suas conseqüências - o avanço da tecnologia e da ciência, dos meios de comunicação, mudanças nas relações sociais, afetivas e emocionais como nunca visto antes.
Segundo Bento XVI (2007):

> Um ritmo frenético faz o mundo perder o rumo. Quem realmente queira curar o homem deve vê-lo em sua totalidade e saber que sua cura só pode ser o amor de Deus e oferecer ao homem a cura através da luz da Palavra de Deus.
>
> Conforme o pensamento de Boff (2006, p.10):
>
> Há um vazio profundo, um buraco imenso dentro do seu ser, suscitando questões como gratuidade e espiritualidade, futuro da vida e do sistema-Terra. Esse buraco existencial é do tamanho de Deus. Por isso só Deus é capaz de preenchê-lo.

Dessa forma, fica clara a relevância de se investir no humano, enxergando-o como uma alma, como um potencial a ser desenvolvido. Um mundo mais ético para Judeus e Cristãos.

TRANSFORMAÇÃO

O termo "didática" deriva do grego didaktiké, que significa arte de ensinar. Segundo GIL (2007, p.2) seu uso foi difundido com o aparecimento da obra de Jan Amos Comenius (1592- 1670), Didática Magna, ou Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos, publicada em 1657. Hoje são muitas as definições para esse termo, mas quase todas apresentam como ciência, arte ou técnica de ensino. Um termo muito similar, e bastante atual, uma expressão bem usada é "mudança". Sobre isso Boff (2006, p.14) menciona:

> O ser humano é um ser de mudanças, pois nunca está pronto, está sempre se fazendo, física, psíquica, social e culturalmente. Mas há mudanças e mudanças. Há mudanças que não transformam nossa estrutura de base. São superficiais e exteriores, ou meramente quantitativas. Mas há mudanças que são interiores. São verdadeiras transformações alquímicas, capazes de dar um novo sentido à vida ou de abrir novos campos de experiência e profundidade rumo ao próprio coração e ao mistério de todas as coisas. Não raro, é no âmbito da religião que ocorrem tais mudanças. Mas nem sempre. Hoje a singularidade de nosso tempo reside no fato de que a espiritualidade vem sendo descoberta como dimensão profunda do humano, como o momento necessário para desabrochá-lo pleno de nossa individuação e como espaço da paz no meio dos conflitos e desolações sociais e existenciais. O objetivo da prática espiritual, e consequentemente, da prática ética é

> transformar e aperfeiçoar o estado geral do coração e da mente, que nós traduziríamos por 'atitude fundamental'. É assim que nos tornamos pessoas melhores.

Continuando o diálogo sobre transformação, mudança, e conversão, veja-se individualmente o que vários autores falam a respeito:

> A conversão pode ser entendida como a transformação da consciência literal e limitada em consciência amorosa, transcendente e simbólica, semelhante à de Jesus. A conversão pode ser equiparada à individualização, se entendida como "retorno à fonte", à "casa do Pai" ou ao "Reino dos céus" pela elaboração simbólica, já que a consciência se desenvolve por meio de símbolos. A conversão se faz de modo particular e único em cada indivíduo. O evangelho de Jesus, com suas parábolas e passagens é como espécie de guia que conduz as pessoas ao reino da própria interioridade. (FERNANDES, 2004, p. 48).

De acordo com o evangelista João, no terceiro dia houve um casamento. Houve uma grande transformação de água em vinho. Houve uma transformação simbólica de como o homem pode ser transformado. No texto bíblico sobre o casamento em Caná da Galíleia, o acontecimento principal das bodas de Caná foi à manifestação do poder de Jesus.

O casamento de Caná manifesta a imagem do casamento com Deus e a humanidade, realizado com a vinda do Filho de Deus ao mundo. O vinho representa a graça gratuita de Deus, que é muito superior às águas de um velho mundo.

A festa em Caná representa ainda que a presença de Deus em nosso meio renova o sentido de existir e de viver. O evangelho leva-nos a refletir que ninguém pode bastar por si mesmo. Precisamos da ação e das palavras dos outros para viver. A vida contém um grande mistério: é a presença da pessoa e da obra de Jesus. O milagre de Caná não foi feito para que todos bebessem mais vinho, mas para que acreditassem em Deus, pois crer é participar, é identificar-se. Caná comunica-nos que a humanidade não está abandonada à própria sorte. Deus é Pai e cuida de seus filhos. É preciso deixar-se transformar. (cf. Jo 2,1-12).

Se referindo ao evento festivo de núpcias de Caná, Bento XVI (2007, p. 219):

> A fartura de Caná é, pois, um sinal de que começou a festa de Deus com a humanidade, a sua auto-oblação pelos homens. O enquadramento do acontecimento, a festa de núpcias, torna-se um sinal que aponta para além de si mesmo, isto é, para a hora messiânica: a história da boda de Deus com o seu povo já começou com a vinda de Jesus; a promessa do final dos tempos irrompe já.

Uma vez que isso seja compreendido, a solução torna-se óbvia. Até que seja compreendido, a solução escapa de todos, pois as pessoas acreditam que criam seus comportamentos. Todavia, é no nível da crença, não no nível do comportamento, onde o comportamento pode ser modificado mais profundamente. Por décadas, fala-se, em grupos de psicologia, e sobre modificação do comportamento, enquanto devia-se falar sobre modificação das crenças.

O PAPEL DOS ENSINAMENTOS DE CRISTO NA PRÁTICA TRANSFORMADORA

O Cristianismo surgiu como uma nova proposta de vida na história do homem e da sociedade. Sem distinção de condição social, sexo, raça ou nação, o Cristianismo apresentou-se como a revolução mais radical que a humanidade já havia realizado.

No séc. IV, já na época da consolidação da Igreja Cristã, Agostinho, constatando o estado de inquietude do homem interior, menciona: "O coração humano está inquieto, pois só pode repousar quando encontra as realidades divinas que o satisfazem. O modelo do homem está em seu Criador, e sua alma só estará feliz quando encontrar seu criador" (AGOSTINHO, 1984, p. 295).

Uma das interrogações fundamentais da existência humana é como ser feliz e viver em paz, como se deve agir em meio a preocupações e angústias da vida. A esse homem confuso, Cristo mostra a liberdade de sua palavra no sermão da montanha: "Bem aventurados os aflitos, porque serão consolados. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançaram misericórdia. Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus. Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5, 3-9).

Seguir a Cristo não é uma imitação exterior, já que atinge o homem na sua profunda interioridade. Pela fé, Cristo habita no coração do crente (cf. Ef 3, 17), e assim o discípulo é assimilado ao seu Senhor e configurado com ele. "Chamados à salvação pela fé em Jesus Cristo, os homens tornam-se "luz no Senhor" e "filhos da luz" (Ef 5,8) e santificam-se pela obediência à verdade" (1 Pd 1, 22).

A fé cristã trata de um conhecimento existencial de Cristo, uma memória viva de seus mandamentos, uma verdade a ser vivida. A palavra de Cristo vivida se traduz em atos, quando é posta em prática. A fé é uma decisão que compromete toda a existência. É encontro, diálogo, comunhão de amor e de vida do crente com Jesus Cristo. Comporta um ato de intimidade com Cristo (CARTA ENCÍCLICA DE JOÃO PAULO II, 1993, p. 140).

Pode-se pensar que, sem o desapego de toda e qualquer dependência, é impossível alcançar a paz, alcançar a plenitude da consciência como um todo. Encontrar a felicidade e a própria vida no

amor a Cristo não é tão simples como parece. O "homem velho" tem raízes profundas no coração, e muitas vezes é quase impossível aceitar os ensinamentos de Cristo e transformar sua vida, pois os apegos às coisas do mundo, sejam elas tangíveis ou intangíveis consistem em obstáculos para uma vida de comunhão com Cristo.
Segundo Fernandes (2004, p. 180) "o homem moderno se estruturou em algo que poderíamos chamar de "eu sou o que tenho". O sentido de identidade fica, assim, projetado nas coisas que possui. O Evangelho, no entanto, convida à transcendência do profano e do secular.
Cristo é paz. Pela paz que está em nós, expressamos Cristo em nossa vida. Ele destruiu a inimizade (cf. Ef 2,16). Não se deve permitir que a inimizade volte a reviver nas pessoas. A reconciliação deve ser não apenas com aqueles que nos combatem do exterior, mas ainda com aqueles sentimentos que seduzem dentro de nós mesmos. Na paz se define a concórdia dos adversários. Considerando Cristo como verdadeira luz que ilumina a vida, atitudes serão transformadas pela sua palavra, para que sejam rejeitadas as obras das trevas e se caminhe nobremente como em pleno dia (cf. Rm 13, 13). Considerando Cristo como santificação, se as pessoas se abstiverem do mal das ações e pensamentos, serão participantes do seu nome pelos atos da vida (LITURGIA DAS HORAS – DO TRATADO SOBRE A VERDADEIRA IMAGEM DO CRISTÃO, 1994, vol. IV. p. 87).
Os ensinamentos de Cristo se referem às pessoas que vivem cansadas e sofridas com as injustiças em um mundo conturbado; tanto no tempo de Jesus como no tempo atual. Os sofrimentos do homem são praticamente os mesmos, não importa o tempo.
Nos evangelhos, vê-se Jesus ter compaixão dos homens diante das suas dores físicas e morais, como também dos pobres e oprimidos. A compaixão de Jesus é a resposta para o sofrimento humano. A misericórdia de Cristo e sua justiça sempre tentam conduzir o homem a viver livre e salvo das angústias e sofrimentos.
A vitória de Cristo na vida do homem sempre esteve em fazer com que o homem tivesse fé na sua palavra e que acreditasse nos seus ensinamentos para curar sua vida mediante a fé que tinha gerado neles e depositassem na sua palavra a razão da sua esperança.
Segundo Nolan (1988, p. 54), a fé pode transformar a vida sendo ela uma convicção boa e verdadeira, podendo triunfar sobre o mal. "O poder da fé é o poder do bem e da verdade, que é o poder de Deus".
Mediante os valores cristãos, dos quais a fé é, sem duvida, fundamental para a felicidade do homem, ela precisa ser vivida com a experiência da compaixão, pois não existe cristão sem a presença do outro. Na compaixão se conhece o amor pelo outro. Os evangelhos

ensinam a perdoar, amar, doar, e viver com o próximo. A razão, a verdade e a esperança da fé passam pela compaixão.

A prática dos ensinamentos de Cristo se dá pela sua palavra. Ela é a verdade para os que o ouvem. Pode se sentir livre de toda dominação interna e externa, o homem que ouve a palavra de Cristo e a vive na fé e na caridade. Não é a toa que Paulo afirma que o verdadeiro culto que se presta a Deus é o da vida transformada (Rm 12, 1-2).

Porém, o poder que o mundo tem sobre o homem com toda a sua sedução de liberdade e felicidade desorienta-o, visto que ele não tem forças para viver uma fé mais madura. Vive uma fé infantil e infrutífera que modifica nada em sua vida; que não contém valores suficientes para mudar as atitudes.

> Sendo livre para escolher sua própria vida, o homem pode nunca querer mudar de valores, mesmo sabendo que está muitas vezes sendo usado pelo meio social, pelo gosto de consumir sem limites, e permanecer assim, e assim conduzir sua vida sem muitas mudanças; levando seus filhos a continuar o mesmo processo. "Senhor, Filho de Deus, Ele era, sob todos os aspectos, o último, o único critério do bem e do mal, da verdade e da mentira, a única esperança para o futuro, o único poder capaz de transformar o mundo" (NOLAN, 1988, p. 196).

Os ensinamentos de Cristo estão voltados para o amor fraterno e a caridade. Cristo comovia-se com a miséria humana e procurou ensinar a seus discípulos uma nova maneira de amar o próximo. O inimigo do homem muitas vezes encontra-se em sua casa, onde há rivalidade, competição e violência. Jesus ensina que, com as atitudes de vingança pode-se "perder a alma", pois se não existir reconhecimento, amor e gratidão um pelo outro dentro da família, os sofrimentos oriundos da discórdia serão passados dos pais para os filhos, de geração em geração.

Conforme o pensamento de Fernandes (2004, p. 182), perder a alma é deixar de sentir o sabor da existência, é estar envolvido em disputas, longe da dimensão do amor e da contemplação, para imergir em racionalizações infrutíferas, distanciando-se da dimensão do sagrado e do sentido da existência de Deus em si e no outro. O Messias alerta que a verdadeira segurança está no desapego e na obtenção de uma nova consciência, que se desloca de si mesma para o bem do próximo.

> (...) devemos buscar o significado profundo de sua missão messiânica, devemos mergulhar no seu projeto de amor, que, na sua inspiração mais intima, buscava abarcar toda a humanidade. É no seu projeto messiânico que devemos nos deter e buscar o sentido de transformação, que a linguagem religiosa chama de conversão. É no seu projeto de salvação que, possivelmente, encontraremos seu verdadeiro rosto (FERNANDES, 2004, p. 36).

Uma vez que o homem internalize essas premissas com a plenitude de seus significados e as coloque em prática, estará educando e transformando as suas dimensões internas relacionadas aos egos e assim abrandará as paixões passageiras e ilusórias dando lugar à consciência.

A complexidade do ato moral está no fato de que ele provoca efeitos não só na pessoa que age, mas naqueles que a cercam e na própria sociedade como um todo. Portanto, para que um ato seja considerado moral, ele deve ser livre, consciente, intencional, mas também é preciso que não seja um ato solitário e sim solidário. O ato moral supõe a solidariedade, a reciprocidade com o outro. O comportamento moral é consciente, livre e responsável. É também obrigatório, cria um dever. Mas a natureza da obrigatoriedade moral não reside na exterioridade; é moral justamente porque deriva do próprio sujeito que se impõe a necessidade do cumprimento da norma. Pode parecer paradoxal, mas a obediência à lei livremente escolhida não é prisão; ao contrário é liberdade. A consciência moral, como juiz interno, avalia a situação, consulta as normas estabelecidas em seu acervo de valores, toma decisões e julga seus próprios atos (MARTINS; ARANHA, 1993, p. 277).

Nenhuma sombra de erro e de pecado pode eliminar totalmente do homem a luz do Deus Criador. Nas profundezas do seu coração, permanece a sede de chegar à plenitude do conhecimento de seu Criador – essa característica fica mais evidente quando demonstra para si a sua busca no sentido da vida. O progresso da ciência e da técnica é testemunho da capacidade da inteligência dos homens, não dispensa a humanidade de conhecer as questões religiosas últimas, mas encoraja-os a viver as lutas mais dolorosas e decisivas que são as do coração e da consciência moral. "Verdade é que minha consciência de nada me acusa, mas nem por isso estou justificado; quem me julga é o Senhor" (1 Cor 4, 4). (CARTA ENCÍCLICA DE JOÃO PAULO II: O ESPLENDOR DA VERDADE, 1993, p. 6).

No mundo atual, o outro está mais distante. O individualismo, associado ao estilo de vida do homem moderno o deixa insensível e não pode ver o que acontece ao seu redor. Em Cristo pode-se superar os limites do tempo para encarar os desafios da vida em comunhão com Deus e uns com os outros. (ZABATIERO, 2011). Na espiritualidade solidária somos transformados e colocados no rumo de uma nova ética, como primícias de uma nova sociedade que espelhará plenamente o reino de Deus (ZABATIERO, 2005, p. 94. 106).

Boff (2006, p. 15) cita Dalai-Lama: "Considero que a espiritualidade esteja relacionada com aquelas qualidades do espírito humano – tais como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de

perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia – que trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo mostrar a importância da prática da vida cristã na transformação do homem que adota o cristianismo como filosofia de vida especialmente do homem ocidental, brasileiro, que vem de uma cultura latina e dentro do modelo cristão também latino. Todavia não é apenas o Cristianismo que traz proposta de melhoramento interior para os seres humanos. Ressalvadas as diferenças culturais e individuais, todas as religiões têm como meta primordial um homem transformado para que possa haver sintonia entre este e o sagrado. Percebe-se isso nas principais religiões no mundo, aqui mencionadas, das quais uma grande ramificação foi se desdobrando.

A transformação suscitada pelo Cristianismo pode acender a chama para uma nova maneira de viver como humanos mais éticos, mais solidários, misericordiosos e sensíveis em relação ao próximo, buscando no Espírito Santo a união e a paz.

Enfim, com esse trabalho pôde-se repensar e avaliar determinados atos e por algumas vezes até questionar-se quanto a nossa vida mundana que também está inserida no contexto dessa pesquisa. Contudo, foi muito válido o esforço despendido, pois avançamos para um despertar da própria consciência. E é este despertar que deve ser desejado a todos que tiverem acesso a pesquisa em apreço.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões.** São Paulo: Paulus, 1984.

BENTO XVI. Papa. **Jesus de Nazaré**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

BOFF, L. **Espiritualidade: Um caminho de transformação.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FERNANDES, R. R. **A Psicologia Profunda do Novo Testamento**. São Paulo: Vetor, 2004.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica. **O Esplendor da Verdade.** São Paulo: Paulinas, 1993.

LITÚRGIA DAS HORAS **– Segundo o Rito Romano.** v. IV. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MARTINS, M.H. P; ARANHA, M.L. A. **Filosofando Introdução a Filosofia.** São Paulo: Moderna, 1993.

NOLAN, A. **Jesus antes do Cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1988.

ZABATIERO, Júlio. **Fundamentos da teologia prática.** São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

_____. **Para uma teologia pública***.* São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

A GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Quintão, Aline Mota[1]

RESUMO
O Estado Brasileiro é um Estado Democrático de Direito que define o agir público somente com estrita previsão legal, ou seja, o Poder Público realiza apenas o que a lei determina. Na atualidade a Gestão de Pessoas na Administração Pública deve ser trabalhada de forma prioritária, estratégica e legal, garantindo atendimento e serviços públicos de qualidade, atendendo às mudanças da sociedade contemporânea, mais organizada e consciente dos seus direitos. Neste contexto o presente trabalho tem como objetivo comentar as dificuldades e os desafios que a Administração Pública enfrenta na Gestão de Pessoas no âmbito do Estado. A redação será dada com ênfase nas pessoas, constituição orgânica, principal fator estratégico da Administração Pública, capaz de garantir a efetividade do sistema legal e eficácia à burocracia. A fundamentação teórica, com seus marcos principais, será desenvolvida qualitativamente de modo sucinto através da literatura dos principais especialistas na área de Gestão de Pessoas, com a finalidade de apresentar mais informações sobre o assunto, permitindo a avaliação e delineamento deste, seguindo as normas metodológicas através de pesquisas bibliográficas.

PALAVRAS CHAVE: Administração. Gestão. Pessoas. Pública.

INTRODUÇÃO

Gerir é gerenciar, direcionar, organizar, controlar, decidir por, administrar. O exercício dessa capacidade é dado ao poder público por lei e nos limites da lei, não sendo possível dela abdicar ou prescindir.

A Administração Pública é uma das funções principais senão a principal do governo, o executivo atuante, o aspecto mais proeminente deste. As inúmeras mudanças tecnológicas, culturais, econômicas e sociais, fizeram da área de Recursos Humanos área estratégica responsável pelo processo de recrutamento e seleção, socialização e qualificação de pessoas (LEITE, 2009).

Com a adaptação a cada época e momento, a Gestão de Pessoas na Administração Pública, almeja uma gestão democrática e participativa, envolvendo a aplicação de novos instrumentos para satisfação e motivação do servidor público (CHIAVENATO, 2005).

[1]Aline Mota Quintão, Pós Graduanda em Administração Pública.

Artigo: A Alfabetização no Contexto do Letramento.
Cardoso, Ana Lúcia Lima. Págs. 28 – 36

A necessidade da utilização de estratégias de Gestão de Pessoas na esfera pública visa aumentar a eficiência e eficácia na prestação de serviços à sociedade.

De acordo com Chiavenato (2005) qualificar pessoas é o papel estratégico da Gestão de Pessoas nas organizações e atingir o resultado esperado envolve um processo denominado motivação.

Segundo Pereira (2001) nesse cenário é imprescindível para a Administração Pública gerir pessoas para alcançar os objetivos da Reforma Gerencial e dar uma nova direção para a reforma burocrática do Estado.

A competência do negócio; as atribuições e responsabilidades; as habilidades e os treinamentos necessários devem ser atualizados e aprimorados para se alinharem às exigências atuais, orientando o comportamento dos colaboradores de modo a motivá-los a gerirem seus esforços em harmonia com os propósitos da Administração Pública e com o crescimento profissional de cada um, desenvolvendo lideranças capazes de motivar e promover as transformações necessárias para que esta se aprimore cada vez mais.

Com mudanças frequentes na Administração Pública, seja por troca de governo ou por atualizações legais, a concepção do servidor público é situacional (VERGARA, 2014).

Nessa perspectiva, serão apontadas as formas de recrutamento e seleção na Administração Pública; como se o dá processo de aplicar pessoas, - socialização –; o processo de desenvolver pessoas - modificar hábitos e comportamentos.

Portanto, compreendendo a estrutura da área de Recursos Humanos nas organizações e na Administração Pública, será possível apontar para onde caminha a Gestão de Pessoas na esfera pública.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para Noberto Bobbio (1998, p. 10), "Administração Pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal.".

Conforme Di Pietro (2002), o serviço público é a ação material que através de lei é imputada ao Estado, tendo em vista o objetivo de atender as demandas coletivas, regido parcial ou totalmente pelo regime de Direito Público.

Cretella (2012) ao definir serviço público adota um critério amplo, este é toda atividade que o Estado exerce, direta ou indiretamente, para a satisfação do interesse público, mediante procedimento de Direito Público.

MODERNIZAÇÃO DO APARELHO ADMINISTRATIVO PÚBLICO

O Estado é a instituição central das sociedades modernas, organização que dá origem às instituições normativas formais e com poder de Estado – as leis (LEITE, 2009).

Ainda em Leite (2009) na Reforma Gerencial algumas atividades foram descentralizadas modernizando o aparelho administrativo do Estado, consolidando seu aspecto de governança, inserindo outros atores sociais na realização da sua missão.
As redes de cooperação são disposições formadas por parceiros voluntários com harmonia de valores, finalidades comuns, mobilização de recursos e compartilhamento de poder.
Essa justaposição de mobilização de energia social e governo para solução de problemas coletivos esta associada à autonomia e participação como um processo de desenvolvimento federativo na busca da eficácia da burocracia.

A GESTÃO DE PESSOAS COMO ESTRATÉGIA

Com o passar do tempo as atividades, as estratégias, os processos vão se tornando obsoletos dando lugar a novos cenários, com isto, os gestores públicos precisam se portar como agentes de mudanças, tomadores de decisões.
Assim, a velocidade das mudanças na sociedade moderna exigem instrumentos inovadores de Gestão de Pessoas na Administração Pública.
A esfera pública possui particularidades que a caracterizam, a relação entre Estado e servidor é sempre determinada por lei, com a finalidade de resguardar o interesse público.
Conforme aponta Dagnino (2009) na Administração Pública o Planejamento Estratégico Governamental se desenvolve num contexto sócio político adverso, o desafio é quebrar os padrões preestabelecidos.
Para Dagnino (2009) é essencial que os gestores públicos busquem conhecimentos capazes de levar à melhoria das políticas públicas, ao aumento da eficácia da máquina pública, de modo que esta se transforme e se desenvolva.
O setor de Recursos Humanos na Administração Pública deve procurar por meio de ações integrarem os colaboradores com os objetivos organizacionais (CHIAVENATO, 2005).
Para Chiavenato (2004) o setor Recursos Humanos passa a assumir papel estratégico dentro da Administração Pública, esta visão compreende elementos como: a relação estabelecida com seus colaboradores; o grau de participação que se pretende.
O diferencial competitivo das organizações está nas pessoas, estas são os principais fatores estratégicos da organização capazes de atuar como filtro adequado ao interesse geral da população.
Para Angeloni (2002) a organização é o conjunto de indivíduos que formam um sistema coordenado de atividades especializadas, com a finalidade de alcançar determinados objetivos ao longo de um determinado intervalo de tempo.
Sendo que este conjunto irá definir, em princípio, como todos os subsistemas serão administrados, logo, o planejamento de Recursos

Humanos deve ser amplo e abrangente envolvendo aspectos do capital humano como conhecimentos, habilidades e competências, Gestão de Pessoas.
A base da Gestão de Pessoas deve ser aprimorada, uma concepção isolada do ser humano, onde se observa apenas perspectivas simplistas, mecânicas, elitistas e utilitaristas com o intuito de melhorar a produtividade não é mais possível.
Logo, o modelo de Gestão de Pessoas precisa estabelecer o melhor equilíbrio entre os interesses dos atores envolvidos – gestor, servidor, sociedade-, buscando despertá-los para uma gestão que visa consequências positivas para todos, visão de caráter mais estratégico.

PROCESSO DE RECRUTAR E SELECIONAR PESSOAS

Observando as particularidades no setor público, a disposição é unilateral, pois não basta apenas o indivíduo desejar ingressar no serviço público, ele precisa ser aprovado no regime da Administração Pública.
Os principais fundamentos que norteiam a contratação de pessoas no processo de recrutamento e seleção na Administração Pública obedecem à Constituição Federal (1988) e a Lei 8.112 (1990):

> A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos;Prazo de validade do concurso público é de dois anos, prorrogável, por mais dois anos; Remunerações e subsídios dos servidores públicos fixados por lei específica; Estágio probatório de três anos (artigo 41, caput, da CF), período em que será avaliada a capacidade e aptidão do servidor público ao cargo pretendido; Ao servidor público habilitado, será assegurada estabilidade após aprovação do estágio probatório; O servidor público estável só perderá o cargo em função de: a) sentença judicial transitada em julgado; b) processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa; ou, c) procedimento de avaliação periódica de desempenho, onde também seja assegurada ampla defesa, em consonância (artigo 41, §1º, III, da CF).

Esses critérios de investidura são características da Estrutura verticalizada na Administração Pública.
O recrutamento é regido pelo principio da isonomia, da democracia; a seleção avalia o nível de conhecimento dos candidatos; o processo de contratação na iniciativa pública é cercado de burocracia (FERREIRA; GOMES; BRANDÃO, 2006).

O PROCESSO DE APLICAR PESSOAS

A Administração Pública adota a abordagem tradicional, faltando socialização do servidor público. Ferreira; Gomes; Brandão (2006), afirmam que há certa inércia na área de recursos humanos no setor público, em assimilar novas ferramentas de gerenciamento.

Na Administração Pública os resquícios do Estado burocrático influenciam e fortalecem a cultura tradicional com base nos velhos hábitos, comprometendo o atendimento ao cidadão nas suas demandas pelo serviço público (FERREIRA; GOMES; BRANDÃO, 2006).
De acordo com Chiavenato (2004) para transformar esse processo é necessário construir uma cultura institucional baseada no modelo orgânico, capaz de transcender o modelo tradicionalista na Administração Pública.
Portanto, o primeiro grande investimento da Administração Pública deve ser na área de Recursos Humanos, para desenvolver modelos mais flexíveis que respondam às instabilidades e mudanças do mundo moderno, refletindo na atuação do servidor público, mais motivado para o trabalho e no atendimento das necessidades coletivas.

PROCESSO DE DESENVOLVER PESSOAS

Desenvolver pessoas é fornecer a formação básica para que aprendam novas atitudes, soluções, ideias, conceitos, modificando seus hábitos e comportamentos**.** Pessoas são dotadas de capacidade que precisam ser afloradas para assegurar o seu crescimento profissional por meio de suas potencialidades.
Para Chiavenato (2004, p. 86):

> "O processo de desenvolvimento de pessoas é contextualizado sob a dimensão de educar é fornecer ao participante a formação básica para que aprendam novas atitudes, soluções, ideias, conceitos e que modifiquem seus hábitos e comportamentos para se tornarem melhores naquilo que fazem."

O processo de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública é pouco estimulado, devendo ser revisto e incrementado, visto que o processo de desenvolver pessoas é imprescindível na medida em que assegura a eficácia e eficiência na prestação dos serviços públicos, uma vez que são fatores dependentes do grau de treinamento e satisfação dos servidores públicos.
Para Dagnino (2009) a Gestão de Pessoas no setor público deve ser capaz de atender de maneira sustentável o processo de mudança social em que a sociedade está empenhada.
Os gestores devem possuir habilidades teóricas e práticas do processo de elaboração de políticas públicas para que o Estado seja eficaz no uso dos recursos que a sociedade lhe faculta, produzindo impactos crescentes e efetivos (Dagnino, 2009).

FATORES DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO: MOTIVAÇÃO

Para Vergara (2014) na Gestão Pública os modelos tratam as pessoas como recursos administrativos previsíveis, diferentemente, as

organizações modernas tratam pessoas como colaboradores, com necessidades complexas.
Chiavenato (2005) considera que qualificar pessoas envolve motivação, algo que constitui a essência do ser humano, sendo construído e remodelado a todo o momento no relacionamento entre organizações e pessoas.
Vergara (2014, p. 11) afirma que quando somos reconhecidos "[...] somos capazes de liberar potencialidades, competências, características pessoais".
Para Maslow (2003) a motivação é uma força interna que estimula o comportamento das pessoas e as leva a agir de determinada maneira.
Logo, motivação é a vontade de exercer um alto nível de esforço em direção a determinados objetivos organizacionais, condicionada pela capacidade de satisfazer alguma necessidade individual.
Maslow (2003) sugere que muito do comportamento do ser humano pode ser explicado pelas suas necessidades e pelos seus desejos.
Ainda em Maslow (2003) quando uma necessidade, em particular se torna ativa, ela pode ser considerada um estímulo à ação e uma impulsionadora das atividades do indivíduo, assim, as necessidades se constituem em fontes de motivação.
Para Adizes (1991, p. 48):

> "[...] se comportamentos novos são aprendidos, se os indivíduos os desejam implementar, e se os indivíduos se permitem fazê-lo, então, pelo contexto, eles o farão". Esse pressuposto teórico, inevitavelmente, conduz a outro, que o corrobora: "[...] para fazer mudanças, é preciso antes aceitar a realidade."

"Uma vez aceita a realidade, toda a sua energia estará disponível para efetuar mudanças" (ADIZES,1991, p. 203).
Por outro lado, a sensação de fraqueza diante de um problema é acolhida de modo negativo gerando mecanismos inconscientes de defesa, independente de qualquer julgamento raciona (VERGARA, 2014).
Conforme aponta Chiavenato (2004), pessoas são organismos vivos responsáveis pelas decisões e futuro da organização.
Ozaki e Avona (2016) reforçam ser indispensável que o comportamento contido nos níveis individual e grupal seja incorporado às políticas e ações contemporâneas de Gestão de Pessoas, valorização das ações em equipe e formação de time.
Casado (2002, p. 257)

> "a natureza intrínseca e individual da motivação de modo a gerir a direção da energia que naturalmente se encontra dentro de cada um no sentido compatível com os intentos da organização e com o crescimento de cada integrante de seu grupo de trabalho".

Com isso enfatiza o desafio com que se defronta o gestor na identificação dos norteadores de comportamento de seus subordinados:

Ainda em função do mesmo modelo, Casado (2002, p. 235) sublinha que "uma organização é composta de pessoas, que trazem para seu interior suas necessidades, interesses, sonhos, potencialidades e limitações".
Saliente-se que a autora trata, simultaneamente, dos níveis: individual e organizacional, portanto, os desafios da evolução do conceito de gestão de pessoas sugerem uma deliberação de mudança em nível comportamental nas organizações.

O FUTURO DA GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As mudanças em ritmo acelerado nas organizações colocam o futuro do Departamento de Recursos Humanos dentro da Administração Pública como estratégico.
Basicamente, cuidar de pessoas envolve habilidades especificas, conforme afirma Dagnino (2009) sobre a transformação do administrador em líder, apesar da estrutura hierárquica, deve ter a capacidade intelectual e moral para influenciar um determinado grupo de pessoas a atingir o que se deseja.
Dagnino (2009, p. 53) ainda conceitua que "[...] esta influência não deve ser coercitiva e por meio do poder de um cargo, nem tão pouco obrigando as pessoas a fazerem o que é necessário".
Portanto, deve ocorrer através da disponibilização de um ambiente de trabalho que estimule as pessoas a agirem por vontade própria, onde o trabalho tenha um significado maior.
Segundo Dagnino (2009):

> Esse propósito está condicionado à formação do gestor público, através de cursos que expressem as reais necessidades da Administração Pública. Sendo que a formação do gestor e a valorização do seu conhecimento, no aparelho do Estado, configuram como fatores decisivos e necessários para a transformação deste.

Logo, o modelo estrutural da Administração Pública contemporânea não pode se limitar somente à gestão de recursos materiais e financeiros, mas envolve mudanças organizacionais no núcleo do Estado.
Na esfera pública, elevar a função de Recursos Humanos (Departamento Pessoal) para Departamento de Gestão de Pessoas é uma necessidade emergente que irá transformar o contexto público.
Atender a esse objetivo é reformular o Departamento de Recursos Humanos, criar um novo papel para a área, onde os modelos tratem pessoas como colaborador e não recurso administrativo passível de controle; que focalize os resultados, e não as atividades tradicionais, como contratação de pessoas e remuneração.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

A Gestão do Conhecimento abrange a estratégia, a cultura e os sistemas de informação de uma organização, nessa perspectiva, examina todos os componentes da empresa para que possa atingir de modo pleno seus

objetivos (TEIXEIRA FILHO, 2000).
Os colaboradores deixaram de serem fornecedores de mão de obra transformando-se em fornecedores de conhecimentos e competências, capazes de agregar valor ao negócio, à organização e ao cliente (OZAKI; AVONA, 2016).
Davenport e Prusak (1999, p. 6) declaram que:

> Conhecimento é uma mistura de valores, informação contextual e insight experimentado, o qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.

O conhecimento precisa ser transformado em produtos e serviços para que haja melhor desempenho da empresa e seu crescimento econômico. É necessário fazer uso produtivo de todo e qualquer conhecimento adquirido (OZAKI e AVONA, 2016).
Robbins (2005, p. 243) declara que "A gestão do Conhecimento começa com a identificação dos conhecimentos importantes para a organização, seguindo um ciclo: a geração do conhecimento, sua assimilação, a comunicação e a aplicação".
De acordo com Ozaki e Avona (2016) a Gestão do Conhecimento, as tecnologias de informação e comunicação são notavelmente necessárias na adaptação da empresa a um mercado dinâmico e interativo.
Senge (1998, p. 41) versa: "[...] disciplinas que convergem para inovar as organizações que aprendem: o domínio pessoal, os modelos mentais, a visão compartilhada, a aprendizagem em equipe e o pensamento sistêmico".
A gestão do conhecimento, além de auxiliar na tomada de decisão empresarial, também facilita o fortalecimento da cultura da empresa, a gestão estratégica por resultados e o alinhamento das equipes em torno de objetivos e metas (OZAKI e AVONA, 2016).
Ozaki e Avona, (2016) destacam as práticas que contribuem para o fluxo de conhecimento:

- Interação pessoa – pessoa;
- Construção e transferência informal de conhecimento;
- Treinamento tanto para novos colaboradores como para antigos com novas atribuições.

O papel da Tecnologia da Informação para a Gestão do Conhecimento está relacionado ao apoio, à construção de formas de comunicação, à conversação, ao aprendizado, à formação de comunidades de trabalho, à estruturação das experiências individuais e das equipes, à facilitação do acesso a ideias e soluções. Para Ozaki e Avona, (2016) as práticas ligadas tanto à Gestão de Pessoas quanto aos Processos, Estruturas e Valores, têm maior abrangência na Gestão do Conhecimento. Pessoas são

criadoras do conhecimento necessário para atingir os objetivos da organização e não apenas simples executoras de ordens vindas da gerência (OZAKI e AVONA, 2016). Expressivo percentual do conhecimento das organizações pertence aos indivíduos que a compõem. Os administradores estão cada vez mais dispostos a reconhecer que os funcionários são produtores e donos de ativos não materiais (LACOMBE, 2005). Vale acrescentar que investir em Gestão do Conhecimento requer uma maior estruturação, assim, precisa-se pensar de modo corporativo, o esforço deve ser integrado, em consonância com as pessoas, caso contrário, estará investindo em tecnologia sem melhorar seu desempenho. Deste modo, à medida que os colaboradores vão se apoiando com reciprocidade e espontaneidade, compartilhando o conhecimento adquirido, a Administração Pública consegue gerir de forma produtiva esse valioso ativo, pessoas, melhorando seu desempenho organizacional e alcançando seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Poder Público atua exclusivamente com rigorosa previsão legal, assim, suas ações e competências devem estar todas definidas em lei.

A administração de pessoas na Administração Pública ainda está atrelada ao modelo clássico e burocrático de Gestão de Pessoas com estruturas verticalizadas que dificulta os canais de comunicação entre Estado e Sociedade, além de contextos políticos do Estado, onde se criam secretárias, ministérios e cargos para atender vontades partidárias. Dessa forma, o setor de Recursos Humanos se torna restrito apenas às atividades de Departamento de Pessoal, deixando de cumprir a sua missão de potencializar as pessoas para atender as necessidades inerentes da sociedade. Na perspectiva das pessoas, esse contexto é inflexível e dominador.

A postura de conformismo do quadro funcional público frente às necessidades da população e da Administração Pública se confirma diante da ausência de programas de socialização e treinamentos de novos servidores eda cultura organizacional determinante no comportamento destes que acabam por assumirem velhos hábitos de governo para governo, preservando, assim, estruturas engessadas.

Os estilos de gestão de pessoas se adaptam a cada época e momento, na nova dinâmica da Administração Pública o anseio pela gestão democrática e participativa, envolve a aplicação de novos instrumentos para satisfação e autorrealização do servidor público.

A sociedade tem cobrado da Administração Pública importantes transformações com vistas à profissionalização, maior eficiência na gestão e efetividade na sua atuação, com melhor uso de recursos, aumento da qualidade dos serviços, além da busca intensa pela maior participação da sociedade nas decisões.

Para acompanhar a modernização dos processos administrativos, o gestor

público deve reformular a política de pessoas dentro da esfera pública, logo, já não cabe à área de Recursos Humanos ser uma extensão das demais funções administrativas, esta precisa ter uma abordagem orgânica e motivacional que norteie o serviço público.

Para aprimorar, a base da Gestão de Pessoas, a Administração Pública não pode ter uma concepção isolada do ser humano, onde se observa apenas perspectivas simplistas, mecânicas, elitistas e utilitaristas, isso não é mais possível. A abordagem estratégica do comportamento organizacional, atualmente, envolve organizar e administrar o conhecimento e as competências das pessoas, "parceiros", de maneira eficaz, uma boa Gestão de Pessoas é condição necessária para o sucesso.

O setor de Recursos Humanos bem estruturado terá condições de conduzir a Administração Pública à sua missão, para tanto necessita mostrar os acertos e os pontos que devem ser melhorados, deixando de lado aspectos apenas quantitativos para focar e enfatizar aspectos qualitativos do capital humano, o servidor público, elemento fundamental nesse processo. A nova sociedade é a sociedade do conhecimento e se diferencia pelo papel que o conhecimento desempenha em suas atividades, o que torna o conhecimento um recurso essencial para alcançar os melhores resultados. A Gestão do Conhecimento auxilia na tomada de decisão, facilita o fortalecimento da cultura organizacional, assiste na gestão estratégica por resultados e no alinhamento das equipes em torno de objetivos e metas. Assim, a Interação pessoa / pessoa; a construção e transferência informal de conhecimento; os treinamentos dos colaboradores são práticas que contribuem para o fluxo de conhecimento.

As técnicas ligadas à Gestão de Pessoas têm maior abrangência na Gestão do Conhecimento, pessoas são criadoras do conhecimento necessário para atingir os objetivos da organização e não apenas simples executoras de ordens.

A Administração Pública deve possuir ampla percepção da importância do conhecimento como um ativo com capacidade de tornar a ajuda institucional, e assim investir em capacidade intelectual, competência técnica, em qualidades como: iniciativa, liderança, adaptabilidade e empatia. Conclui-se, que o aprimoramento da base da Gestão de Pessoas sugere uma deliberação de transformação em nível comportamental na Administração Pública capaz de motivar e promover alterações de postura necessárias para obtenção dos objetivos, sendo tais transformações suscetíveis de influenciar todos. A saber, que tanto a manifestação das atitudes quanto o compartilhamento dos valores dentro da organização devem ser facilitados e incentivados pelo gestor público.

REFERÊNCIAS

ANGELONI, Maria Terezinha (Coord.). Organizações do Conhecimento: infra estrutura, pessoas, e tecnologias. São Paulo: Editora: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 05 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.112** de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 11 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>
Acesso em: 05 de abril de 2019.

BOBBIO, Norberto. Diário de um século: autobiografia. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro. Editora: Campus, 1998.

CASADO, T. O indivíduo e o grupo: a chave do desenvolvimento. In: FLEURY, M. T. L. et al. As pessoas na organização. São Paulo: Editora: Gente, 2002. p. 235-246.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro. Editora: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas – O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. Rio de Janeiro. Editora: Campus, 2005.

CRETELLA JUNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. 18ª edição. Editora: Forense, 2012.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental**. Disponível em:<http://www.gestaopublicaemfoco.com.br/index.php? option = com_ content&view=article&id=48&Itemid=55>Acesso em: 06 de março de. 2019.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. Conhecimento empresarial. São Paulo. Editora: Publifolha, 1999.

FERREIRA, Márcio Reinaldo de Lucena; GOMES, Fabrício Pereira; BRANDÃO, Roberto Dantas Junior. **Gestão de pessoas no setor público: análise do processo de socialização de novos concursados.** Disponível em:

<http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/24.pdf>
Acesso em: 09 de março de. 2019.

LACOMBE, F.; HEILBORN, G. Administração: princípios e tendencies. São Paulo. Editora: Saraiva, 2005.

LEITE, Jacy Correa. Tecnologia da informação. Rio de Janeiro. FGV, 2009.

MASLOW, A. H. Diário de Negócios de Maslow. Rio de Janeiro: Editora Qualitymak, 2003.

OZAKI, Y.; AVONA, M. E. Gestão do conhecimento. Londrina. Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 232 p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma gerencial de 1995 e os objetivos políticos da sociedade brasileira**. Disponível em:<http://www.bresserpereira.org.br/conferencias/746.Reforma_Gerencial_Objetivos_pol%C3%ADticos_Aula_Inaugural.EAESP..3.8.pdf >. Acesso em: 03 de março de 2019.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito administrativo. 26ª edição. São Paulo. Editora: Atlas, 2013.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. 11º ed. São Paulo. Editora: Pearson Prentice Hall, 2005.

SENGE, Peter. A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende. 2ª ed. São Paulo. Best Seller, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. Gerenciando conhecimento: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento de negócios. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

VERGARA, Sylvia. **Gestão de pessoas.** Rio de Janeiro. Editora: Atlas, 2014.

A ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO LETRAMENTO

Cardoso, Ana Lucia Lima[2]

RESUMO: Este artigo trata a respeito do processo de alfabetização na perspectiva do letramento, pois verifica-se que é um tema bastante atual, inclusive está no mais novo documento nacional denominado de BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Com base nisso, objetiva-se trazer uma definição de como se define um estudante letrado e um alfabetizado, fazendo uma análise de ambos os processos (alfabetização e letramento) concomitante e comparada. Utilizando-se a metodologia da pesquisa bibliográfica através de autores e documentos renomados que abordam o assunto. O objetivo deste artigo é contribuir de alguma forma para que os estudantes e professores interessados no assunto Alfabetização e letramento possam utilizá-lo também como fonte de pesquisa e amplie se possível o que aqui foi iniciado. O resultado desta pesquisa foi a compreensão de como ocorre o processo de aprendizagem dos educandos, a importância da afetividade na relação ensino e aprendizagem, o fomento a pesquisas ainda mais profundas com o real intuito de fazer chegar ao chão da escola (sala de aula) que é onde de fato se verifica o que a teoria aborda.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Letramento. Educando.

INTRODUÇAO

A escolha do tema deste artigo é proveniente da minha experiência como professora alfabetizadora há mais de 10 anos. Sempre gostei do processo de alfabetização, mas devo dizer que sempre me causou também bastante inquietação, especialmente quando se falava desse embricamento por assim dizer da alfabetização com o letramento.

Compreender melhor esses dois eixos – alfabetização e letramento – e até que ponto eles estão juntos, assim também como conhecer e reconhecer pensadores que dialogam a respeito desse tema.

Para abordar o processo inicial da alfabetização se faz necessário que se conheça a forma como as crianças aprendem e para tanto os teóricos como Piaget, Wallon, Vygotsky e Emília Ferreiro devem estar presentes na pesquisa. Todos tiveram uma parcela significativa de contribuição para compreender as primeiras fases da criança, inclusive a parte cognitiva que tem a ver com a aprendizagem. A alfabetização de que este artigo dispõe a tratar é na linha pedagógica construtivista epistemológica que defende o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento.

[2] Pós-Graduanda em Educação Infantil e Alfabetização pelo Instituto Souza.

Mesmo antes de saber ler e escrever convencionalmente, a criança tem suas próprias ideias de como ler e escrever. Ao chegarem à escola, as crianças já fazem uso da linguagem na sua modalidade oral, perguntar, responder e argumentar em situações reais de interação. O que elas precisam aprender a partir daí é fazer uso da linguagem na sua modalidade escrita para interagir com um interlocutor que não está presente. Ela já traz consigo suas vivências.

As primeiras escritas feitas pelos educandos no início da aprendizagem devem ser consideradas como produções de grande valor, incluindo o chamado "erro". Ora, se os mesmos estão em processo de aprendizagem esse erro é construtivo como fica claro na linha de pensamento desenvolvido pela teoria do construtivismo.

As pesquisas de Emília Ferreiro[3] mostram-nos que o educando aprende a ler e escrever porque é desafiada a confrontar suas próprias escritas. Nesse momento cria-se um conflito cognitivo e a criança a lidar com esse novo saber. Isso leva um tempo, pois o cognitivo sofrerá um processo de maturação (processo de desestabilização, assimilação e acomodação).

Para Piaget[4] existem quatro fatores internos ligados a maturação:

- Transmissão social;
- Experiência adquirida pela criança no contato com o meio;
- Processo de autorregulação;
- Equilibração.

Nesse sentido, é fundamental o papel do professor porque ele é o medidor entre o aluno e a escrita. É o professor, enquanto usuário da escrita, que mostrará ao aluno que tudo que se diz (oral ou por escrito) diz-se para alguém e é esse alguém, presente ou não no ato da fala ou da escrita, que direciona o que vai dizer e determina o modo como vai dizer. É no interior desse processo de aprendizagem dos usos sociais da linguagem que o aluno deve se apropriar do sistema de escrita (principio alfabético e restrições ortográficas)

O processo de alfabetização requer do professor mais do que saber ensinar é como as crianças aprendem, por isso é de extrema importância que se conheça os estágios em que elas se encontram para saber por que processos cognitivos elas estão naquele momento tão precioso que o da alfabetização.

Os quatro principais estágios que Piaget denominou a partir de seus estudos e observações foram:

- Estágio sensório-motor (do nascimento até aproximadamente 2 anos).

- Início do processo de diferenciação eu-mundo.

[3] FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984, p. 54.

[4] PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 13.

- Construção da noção da permanência do objeto (um objeto ou pessoa, ao desaparecer da visão da criança, continua existindo, percepção diferente daquela do período neonatal, onde um objeto ao desaparecer de sua vista, não existia mais). Início das primeiras imagens mentais do objeto ausente, proporcionando o desenvolvimento da função simbólica.
• Estágio pré-operatório (dos 2 aos 7 anos).
- Interiorização do mundo externo e de suas próprias ações.
- Centrada em seu próprio ponto de vista, ainda não consegue se colocar no lugar do outro nem avaliar seu próprio pensamento.
- Não considera mais de um aspecto de um problema ao mesmo tempo.
• Estágio operatório concreto (dos 7 aos 11 anos).
- Pensamento começa a assumis a forma de operações intelectuais. Estas são ações mentais voltadas para a constatação e a explicação.
- Reversibilidade do pensamento, possibilitando à criança construir a noção de conservação de massa, volume, etc.
• Estágio operatório formal (dos 11 aos 15 anos).
- Desenvolvimento do pensamento abstrato, refletindo sobre situações hipotéticas, sem a necessidade do objeto concreto.
- Capacidade de transformar os dados concretos experienciados em formulações organizadas e desenvolve conexões lógicas entre elas.
- Capacidade de pensar sobre seu próprio pensamento, tornando-se cada vez mais consciente de sua forma de pensar e das operações mentais utilizadas para tal.
- O adolescente diante de um problema concreto, não considera somente os dados reais do presente, mas também prevê todas as situações e relações causais possíveis entre seus elementos. Uma vez analisadas de maneira lógica procurará contrastá-las com a realidade por meio da experimentação: real subordinado ao possível. Capacidade de combinar todos os elementos do problema de todas as maneiras possíveis, para determinar suas possíveis relações causais.
- Caráter hipotético-dedutivo – pensamento teórico e abstrato. As abstrações adquirem a forma de hipóteses que serão mais tarde testadas por meio da confirmação empírica. Ação comprobatória requer um raciocínio dedutivo.
- Caráter proposicional – as proposições são basicamente afirmações sobre o que é possível, trabalhando não só com objetos reais, mas também com representações proposicionais dos objetos. A linguagem é o veículo ideal para estas representações.
- Esquemas operacionais formais - Esquema pode ser entendido como uma unidade básica por meio da qual representamos nosso conhecimento, uma realidade que vai se modificando conforme nossas experiências. Esquemas formais: combinatória, as proporções, o equilíbrio mecânico e as correlações.

Deve-se considerar a teoria de Piaget[5], sobretudo no que diz respeito ao período operatório formal, que consiste naquela fase em que se chega na adolescência e trata-se da última a ser alcançada no desenvolvimento de maneiras de pensar a realidade e adquirir conhecimento. As crianças e especificamente os adolescentes sobre os quais o psicólogo suíço se debruçou para suas observações, são sujeitos circunscritos a um dado país, num dado momento histórico.

Ao desconsiderar o contexto no qual esses sujeitos se desenvolvem, pressupõe-se que o desenvolvimento acontecerá de forma mais ou menos igual, independente do contexto, já que essa é uma tendência natural do organismo. Entretanto não é o que se tem visto na prática. Essa realidade discordante tem dado margem a alguns estudos pós-piagetianos que produz alguns apontamentos que são listados a seguir:

- Demonstram que, de fato, na adolescência vai se adquirindo paulatinamente um tipo de pensamento cujas características se assemelhavam às descritas para o pensamento formal;
- Diferentes tarefas formais não apresentam a mesma dificuldade. Isto aponta que é difícil afirmar que o pensamento formal fosse uma estrutura de conjunto que pudesse ser aplicada igualmente sobre qualquer conteúdo;
- O conteúdo da tarefa se mostrou de fato como uma variável que influenciava em sua resolução, isto é, a utilização do pensamento formal é claramente influenciada pelos conteúdos concretos;

Embora não se possa comparar as ideias deste autor com aquelas vistas na abordagem inatista-maturacionista ou comportamentalista, Piaget coloca ênfase nos processos internos do desenvolvimento para a aquisição, ou melhor ainda, construção do conhecimento na criança. No entanto, esses fatores internos e fundamentais para a construção do conhecimento são possibilitados pela interação da criança com o meio. Mas este 'meio' por si só e as vivências tidas nele, não configuram aprendizagem, como defenderia a abordagem comportamentalista. A assimilação deste meio e a aprendizagem que ele poderá produzir dependerão dos fatores internos ligados, principalmente, ao processo de equilibração.

Para Piaget[6] o desenvolvimento da criança ocorre em função das sucessivas equilibrações, entendida como a capacidade natural de auto-regulação do organismo. Logo, a aprendizagem praticamente não interfere no desenvolvimento, ela depende deste.

Ao considerar a criança como um pequeno cientista, que já nasce com potencial para a investigação do mundo ao seu redor e, ao mesmo tempo, ao definir os quatro estágios do desenvolvimento infantil, pressupondo

[5] PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 15.

[6] PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p 26.

certas condições internas para a assimilação de determinados conhecimentos, Piaget deixa para a escola um papel pouco expressivo para a aprendizagem da criança. Porém, curiosamente, é um dos autores mais utilizado na estruturação das práticas pedagógicas. Ao destacar o papel ativo da criança no processo de construção do conhecimento, tem sido responsável por ideias dentro da escola, tais como:

- O papel da escola é dar a criança oportunidade de agir sobre os objetos de conhecimento.
- Papel do professor deve ser o de agente facilitador e desafiador dos seus processos de elaboração.
- A criança é construtora do seu próprio conhecimento.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular[7] estabelece o seguinte:

> Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201029, "os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo".

Nesse sentido, a BNCC traz na sua proposta de alfabetização a redução da consolidação do processo de aprendizagem, que antes era de que se consolidasse ao final do terceiro ano e agora ao final do segundo ano.

O QUE SIGNIFICA ESTAR ALFABETIZADO HOJE?

Anteriormente à BNCC, a criança precisava consolidar o processo de alfabetização quando ela estava no terceiro ano do fundamental e agora com este documento antecipou-se o processo de alfabetização para o segundo ano. Isso vai fazer com que o foco e a ação total pedagógica seja nesse processo de alfabetização. O aluno precisa conhecer o alfabeto, ele precisa conhecer o processo de leitura e escrita, quando o aluno consegue codificar e decodificar os fonemas e grafemas e desenvolver uma consciência fonológica pode-se dizer que ele está alfabetizado. É importante dizer que esse processo de consciência fonológica ele não acontece de maneira rápida. O aluno vai construir diferentes habilidades e análises linguísticas que precisam ser levados em consideração. Então precisa-se pensar nas práticas que são ofertadas dentro do processo de alfabetização. Já nos PCNS, tem-se o texto como unidade básica de trabalho e a BNCC retoma isso trazendo o texto como ponto central, é ele quem vai dizer quais são as habilidades, quais são os objetivos, quais os conteúdos que vão ser trabalhados.

Importante observar que a BNCC[8] traz as seguintes práticas de linguagem ou os eixos:

[7] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2010.

- A oralidade;
- A análise linguística/semiótica;
- A leitura e a escuta;

O QUE SIGNIFICA SER UM CIDADÃO LETRADO?

Segundo Magda Soares[9] estar letrado significa:

> Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Então não basta ensinar os códigos de leitura e escrita, como relacionar os sons às letras. É preciso tornar os estudantes capazes de compreender o significado dessa aprendizagem, para usá-la no dia-a-dia de forma a atender às exigências da própria sociedade. Em outras palavras, promover o letramento.

O letramento precisa continuar dentro das práticas de aprendizagem como forma de ampliar as possibilidades de participação das crianças dentro das práticas sociais. As práticas devem ser significativas e a participação da criança deve ser uma participação crítica também.

A BNCC traz o letramento digital – universo contemporâneo de práticas de linguagem para dentro da sala de aula.

O processo de letramento já está desde a educação infantil, pois a criança já está em contato com a leitura e a escrita e no fundamental amplia-se essas possibilidades.

Vai se trabalhar então de forma individual e de forma coletiva, no caso o professor fazendo o papel de escriba – produção do texto falado para o escrito.

Dentro das práticas de linguagem foram organizados campos de atuação que vão trazer os diferentes textos para mostrar o quanto é importante contextualizar e trazer esses significados para o processo de aprendizagem dos alunos.

Infelizmente, o que se vê com muita frequência é uma preocupação exacerbada em fazer com que os educandos decodifiquem a língua. E só. E que num passe de mágica, todos se tornem capazes de compreender os textos postos em sua frente.

CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO

Sonia Kramer e Maria Isabel Leite[10] definem alfabetização da seguinte forma:

> Alfabetizar é um processo de representação que envolve substituições gradativas (ler um objeto, uma figura, um desenho e finalmente uma palavra), onde objetivo primordial é a apreensão e compreensão do mundo, desde o que está mais próximo à criança ao que está distante, visando a comunicação, aquisição de conhecimentos e à troca.

---

[8] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2010.

[9] SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 37.

[10] KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. **Infância e Produção Cultural**. Campinas: Papirus, 1998, p. 61.

Já em relação a Paulo Freire, toda a sua teoria pode ser resumida em uma frase: "Alfabetização é sinônimo de conscientização".

O QUE É ESTAR ALFABETIZADO?

Consiste em quando a criança consegue escrever palavras, textos com sequência lógica, sem, contudo, ter o domínio das normas convencionais (escreve como fala).

COMO ALFABETIZAR?

O professor, antes de tudo, terá que saber aonde quer chegar com seus alunos (objetivos), depois escolherá os caminhos que certamente o levará a estes fins (atividades x objetivos). Nesse sentido, Magda Soares[11] traz que "não é porque os processos de alfabetização e de letramento são diferentes, que devem ser sucessivos. O ideal é alfabetizar letrando".

Segundo as teorias modernas de educação, o processo de alfabetização é uma construção progressiva que ultrapassa o codificar e o decodificar dos códigos linguísticos.

Para Paulo Freire[12], a educação entendida no seu caráter libertador e transformador, não poderá deixar de refletir questões que fazem parte do cotidiano do educando. Dando-lhe, a oportunidade de formação não só de conhecimentos, mas também de sua autonomia. A educação assim entendida compreende que o ser humano constrói significados que são pertinentes a sua existência e a sua essência humana. Sendo sujeito capaz de fazer opções refletidas que nortearão as suas ações como ser individual e coletivo.

Nessa perspectiva, a educação deve oportunizar o estudo sobre os aspectos sociais, mas também permitir que a singularidade do educando seja tocada e contemplada no processo de aquisição do conhecimento. Contribuindo para a formação do seu ser, enquanto sujeito único. Despertando e possibilitando também a sua participação na construção do meio social de maneira responsável, consciente e comprometida, a partir dos questionamentos e da compreensão de si mesmo e do mundo, edificando e escrevendo a sua autobiografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão a que se chega este artigo é de que está inconcluso, pois ainda há muito a ser pesquisado, mesurado, analisado e comprovado. Entretanto, o que foi posto aqui é de muita relevância para se compreender como se dá o processo de alfabetização e letramento, já que é o alicerce da etapa de nove anos dentro da educação básica brasileira.

A alfabetização acontece quando o indivíduo domina a escrita e a leitura. Por exemplo, reconhece e escreve letras, sabe usar o papel, entende a

[11] SOARES, Magda. **Letramento, um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica, 1999, p. 2.

[12] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à pratica educativa.** Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2018, p. 27.

função da escrita, codifica, estabelece relação entre sons e letras, reconhece que o sistema de escrita é formado por palavras, sílabas e letras. E quanto ao letramento e o uso da leitura e da escrita em práticas sociais. Mas vale ressaltar que a alfabetização significativa deve estar atrelada ao letramento. Além de ensinar a técnica de escrita, ela deve privilegiar situações práticas sociais de leitura e de escrita.

Durante o curso de especialização em Alfabetização adquiri alguns conhecimentos que serão de grande relevância para ressignificar a minha prática enquanto professora alfabetizadora. Um dos pontos que mais me chamou a atenção foi o que disse (Vygotsky) sobre a importância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem – o se importar com a criança, pois muitas vezes ela se encontra passando por diversas situações de cunho afetivo e que acaba impactando diretamente na sua aprendizagem, gerando desmotivação e outros aspectos. No decorrer do curso fui me assegurando mais disso (muitas crianças se sentem incapazes e esse processo de motivação e segurança em si é importante)

Trazer com palavras simples do cotidiano para não dificultar o processo de aprendizagem. Problematizar com assuntos do seu cotidiano, de seu conhecimento (questões, textos) tentar abordar questões do seu dia a dia, ou seja, contextualizando-a.

A questão do tempo de aprendizagem também foi algo bastante interessante – que não percamos a esperança, estimulo de continuar fazendo o processo sem desespero pois, cada uma terá seu tempo de aprender. Sabendo sempre que uma turma é sempre heterogênea e não homogênea e que cada criança vai aprender no seu tempo.

Trocar a palavra de professor por mediador e isso significa buscar caminhos e o curso traz novas possibilidades de traçar estratégias se conseguir o objetivo que é fazer a criança estar letrada, sentir-se envolvida no meio da leitura do mundo e da leitura escrita.

O curso traz bastante mecanismos como a brinquedoteca, livros diversificados e etc.

Também foi abordado a importância de adentrar mundo da criança para compreender e respeitar as fases de desenvolvimento. (Piaget)

Aprender brincando – sugere um resgate as brincadeiras antigas para reformular, trazer como mecanismos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2010.

COLUNISTA PORTAL – EDUCAÇÃO. **Adaptação e os processos de assimilação e acomodação.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/adaptacao-e-os-processos-de-assimilacao-e-acomodacao/35742>. Acesso em 28 mar. 2019.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à pratica educativa.** ed. Paz e Terra**.** Rio de Janeiro/São Paulo, 2018.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. **Infância e Produção Cultural**. Campinas: Papirus, 1998.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento, um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica, 1999.

PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Soza, Doralice Soares de

RESUMO

A pesquisa pretende refletir sobre a Educação Inclusiva a partir do estudo das leis que a regulamentam, do conhecimento do histórico da inclusão no Brasil e no mundo, da análise dos termos integração/inclusão, da identificação das principais características apresentadas pelos portadores de deficiências motora, mental, visual e auditiva. O trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e tem como objetivo contextualizar historicamente a educação especial no Brasil, discutindo (refletindo) à atual política de educação contida na LDB que tem como princípio a educação para todos, sem qualquer forma de exclusão. Traz também alguns como objetivos específicos: constatar que a construção de uma sociedade inclusiva exige mudanças de ideias e práticas que além de assegurar o cumprimento das leis que regulamentam a Educação Inclusiva, é necessário um conhecimento destes novos educandos e a utilização de práticas educativas condizentes com suas necessidades reais, reconhecendo o valor das diferenças como elemento de crescimento do sujeito e dos grupos sociais. Sabe-se inclusão é importante para todos os alunos, com e sem deficiência, todas as pessoas se enriquecem por terem oportunidade de aprender umas com as outras, a igualdade é respeitada e atitudes positivas são mutuamente desenvolvidas. Para tanto faz-se necessária a construção da prática coletiva, num espaço coletivo, mediada pelos atores envolvidos.

PALAVRAS CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Integração. Prática coletiva.

Este artigo tem como referência básica a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Constituição Federal de 1988, tem como objetivo Este artigo tem como objeto contextualizar historicamente a educação especial no Brasil, discutindo (refletindo) à atual política de educação contida na LDB que tem como princípio a educação para todos, sem qualquer forma de exclusão.

Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela.

O sistema educacional brasileiro reconhece a necessidade de desenvolver estratégias que possibilitem a inclusão e integração das crianças com necessidades especiais, fundada na dimensão humana e sociocultural e apresenta formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas.

Em plena era da inclusão social, dois termos que já foram ressignificados provocam, ainda hoje, equívocos de interpretação em boa parte dos profissionais da educação: "educação especial" e "educação inclusiva".
A educação especial é uma modalidade da educação escolar, entendida como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente, para apoiar e complementar os serviços educacionais comuns, de modo a garantir o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência e formar cidadãos conscientes e participativos.
O acesso à educação é um direto de todos os cidadãos. Assim, todos têm o direito de frequentar a educação escolar em qualquer um de seus níveis.
Tomando por base a formação de professores, seu trabalho técnico e cientifico, sua experiência, a aplicabilidade da sua teoria à sua prática, e o tipo de conhecimentos e de competências que os mesmos mobilizam, através de suas ações efetivas para lutar contra essa educação que seleciona, descrimina e exclui – que domina e legitima esse poder. Neste sentido se propõe a Reconstrução de Novas possibilidades à Formação de Professores, que a partir de uma reflexão sobre a sua prática, sua escola e sua sociedade, e da interação dos contextos sociais, políticos, econômicos, culturais, e históricos entre outros, exigem atos concretos, pesquisados e apontados como possibilidades reais.
O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, nas escolas regulares, tendo como princípio a educação para todos, sem qualquer forma de exclusão.
Como objetivos específicos, aponta-se: descrever a dissonância entre a teoria e a prática da educação especial; mostrar os efeitos da proposição dos princípios contidos na LDB, em relação à Educação Especial, para a escola regular; conceituar a educação especial e os princípios que a fundamentam, quais sejam: integração, normalização e individualização e apontar sugestões para um ensino de qualidade, fazendo do aluno um ser participativo, autônomo, consciente, crítico, atuante, questionador, bem informado, oportunizando-lhes condições para a criatividade, estudo, discussão, análise, troca de experiências, prática de trabalho em equipe, sendo capaz de conviver.
A metodologia consistiu em um levantamento e análise de diversas fontes bibliográficas, onde trouxe grandes contribuições no campo da inclusão/integração e da aprendizagem mostrando ser possível estabelecer vínculos positivos. Assim nota-se que adiscriminação, o desrespeito, a diferença e a persistência de práticas segregativas e excludentes podem refletir uma falta de princípios étnicos, morais e de cidadania. A efetivação de tais princípios exige que as pessoas, com ou sem deficiência, sejam reconhecidas e tratadas como sujeitos de direitos e

deveres. A luta pela garantia de educação inclusiva se expressa numa longa trajetória de avanços e conquistas.
Neste contexto, percebe-se que a escola inclusiva deverá ser uma meta de todos os cidadãos.

No decorrer da sua história da educação especial, é frequente observarmos que excepcionais, especiais, deficientes, diferentes, portadores de necessidades especiais e muitos nomes e siglas têm sido usados para designar as pessoas que, por uma ou outra característica, não se enquadram no que costumamos chamar de "normalidade". Pessoas em condições físicas e mentais que exigem uma escola e uma sociedade diferenciada, adaptada para que elas tenham oportunidade de conviver e desenvolver suas potencialidades. (Revista aprende Brasil, 1994)
No entanto, a ideia de que os portadores de necessidades especiais podem e devem ser tratados com igualdade pela sociedade é recente e tem se disseminado principalmente por força da lei. Da mesma maneira, a noção de que a escola precisa estar aberta à possibilidade de atender a todos os membros da sociedade é nova na história da humanidade. Logo, a presença de uma deficiência, de uma dificuldade ou de uma desordem, qualquer que seja a sua severidade, não deve alterar a necessidade de respeitar a dignidade e a valorosidade humana dos deficientes.
A inclusão de crianças com características diversas, que antes não estavam na escola regular, vem impondo aos educadores e à sociedade em geral novas questões até agora pouco discutidas. Educá-los e incluí-los é uma luta pelos direitos humanos que se deve impulsionar com dedicação, coragem e determinação. À abordagem ambivalente e passiva do passado temos de contrapor uma abordagem ativa e transformadora no futuro. Visto que, a deficiência não é uma condição fixa e imutável.
O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, pensa, sente, cria e está aberto à transformação, à modificação do seu potencial habilitativo e cognitivo.
Recorrendo a história da humanidade, vejamos como foram vistos, criados e atendidos os deficientes e também como foi perspectivada a ideia de conhecimento e inteligênciaatravés dos tempos.
Historicamente, o preconceito e a desinformação predominavam. Ser criança, ser jovem, ser velho, ser deficiente representou em vários períodos históricos, e representa ainda hoje, uma condição de subalternidade de direitos e de funções sociais.
Na época do homem primitivo, o deficiente foi visto com malignidade e superstição. Em Atenas, os deficientes eram abandonados em locais desconhecidos, para ficarem sujeitos à responsabilidade da luta pela sobrevivência. Esparta aplicou aos deficientes o processo de seleção mais

desumano que há na memória. Os Romanos adotavam os deficientes para exibirem em festividades luxuosas e o Cristianismo encarou-os com piedade e compaixão. (Projeto Veredas, 1996)
Em plena Idade Média, a perspectiva da deficiência andou ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas. Ainda hoje, estes aspectos veiculam a ignorância, que por sua vez, gera atitudes de culpabilização, compaixão e indignação.
Efetivamente, só no século XVII, que as organizações religiosas iniciam a assistência aos deficientes.
Neste contexto, atitude diferente, vem de Confúcio, onde pela primeira vez reclama a responsabilidade da sociedade "para tratar dos que não podiam fazê-los pelos próprios meios". (Projeto Veredas, 1996)
É, porém, nos alvores da modernidade que surge na Espanha as primeiras estratégias oralizadoras de surdos com o padre beneditino Ponce de Leon, criando então a primeira instituição para deficientes auditivos.
Foi nos séculos XVII e XVIII, época da "grande reclusão", que vimos surgir o esboço das chamadas tendências oralistas e gestualistas na reeducação dos surdos pelos pioneiros Samuel Heinicke e Charles de Epée. Em Paris, Valentim Hauy, abre a primeira escola para a educação dos cegos. Pestallozzi, fundador de um Instituto Pedagógico cria um modelo de educação concreta, baseada na observação direta e na participação ativa do aluno. Neste mesmo período, Louis Braille, cego aos três anos, cria o sistema de leitura e escrita por caracteres em relevo, denominado Sistema Braille. (Projeto Veredas, 1996)
No auge da modernidade, no início do século XIX em Paris, é capturada uma "criança selvagem", logo batizada de Victor Aveyron, que foi entregue ao doutor Jean Itard para que fosse educado. Com Victor nasce, talvez, a primeira tentativa para educar e modificar o potencial cognitivo, o primeiro esforço e estudo sistemático de reabilitação de uma criança subnormal.
Desta forma, no seio do espírito moderno começou a aninhar-se a idéia reabilitadora, onde Eduard Seguin, discípulo de Itard, funda a primeira Instituição pública para a educação de crianças com deficiência mental e desenvolve na França, e mais tarde nos Estados Unidos, o método fisiológico de tratamento e o treino sensório-motor, que se tornaram métodos clássicos de intervenção em muitas escolas e instituições de deficientes mentais, só continuados posteriormente pela escola sensorial de Montessori. (Projeto Veredas, 1996)
Assim, no decorrer da metade do século XIX e início do século XX, surgem diversas escolas especiais por toda Europa e Estados Unidos.
Surge então o limiar da Educação Especial no início do século XX, com o método de ensino para crianças com deficiência mental, criado pela médica italiana Maria Montessori. O método Montessori baseia-se na educação das sensações táteis e motoras, insistindo sobre à auto-educação da criança, em que a liberdade de ação exerce papel

importantíssimo. Novas concepções vão surgindo no decorrer do tempo e trazendo uma nova esperança aos deficientes, podendo citar Piaget e Rey que contribuíram com estudos para a Psiquiatria Infantil e Juvenil, Freud, renovou as concepções psiquiátricas, seguido de Melanie Klein e Ana Freud, que aplicaram princípios de Freud à criança e assim, muitos outros, visto que o problema do excepcional vem despertando um interesse cada vez maior, que se revela em todos os setores educacionais. (Projeto Veredas, 1996)

Desta forma, a educação do excepcional passou, de uma fase empírica, sem fundamentos e sem métodos, embora cheia de valor, a fase científica, em que se observa uma preocupação com as causas dos problemas, sua síndrome, estudo e análise, diagnóstico e diretrizes educacionais a serem traçadas.

Só um crescimento cultural global da sociedade, alicerçado numa informação e num esclarecimento contínuos, pode perspectivar uma visão mais ampla da educação especial.

A Escola como espaço inclusivo e importante no processo de atendimento às crianças com deficiência, deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem exceção. Isto implicará garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no âmbito educacional.

A inclusão deve propor uma educação que considere os objetivos individuais de cada aluno, opostamente a proposta tradicional, segundo a qual todos os alunos devem atingir os mesmos objetivos, presumi-se uma reorganização da escola num todo, para que possibilite a todos um ensino de qualidade. E um novo padrão de pensamento e ação.

Devem-se buscar formas de superar as situações de exclusão, considerando o direito a diferença, promovendo uma interação com a comunidade, tendo como objetivo estimular a participação social plena de todos os grupos que se encontram privados deste convívio social.

Para Freire (1996, p. 77):

> Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 1996, p. 77)

Assim, com o projeto de inclusão, os sistemas de educação no Brasil, começam a ser solicitados a organizarem a sociedade e suas escolas para então acolher os seres humanos com suas diferenças, o que gera implicações e perspectivas para educadores, alunos e pais.

No plano educacional, as instituições especializadas ou comuns, necessitam de uma reestruturação para que seja possível atender todos os tipos de diversidades, como deficiências mentais, físicas, sensoriais ou múltiplos, entre outras que possuem alguma característica atípica,

reconhecendo o direito de ser diferente e buscando uma inclusão na sociedade

Em determinado momento todas as crianças podem apresentar necessidades educacionais e em geral os professores conhecem diferentes meios para solucionar estas questões, neste contexto cabe ao educador, usar seu bom senso, para auxiliar o aluno, na resolução do problema em questão, para que o mesmo se sinta amparado e consiga compreender a situação em questão e procurar solucioná-la da melhor maneira possível.

> O meu bom senso me adverte de que há algo a ser compreendido no comportamento de Pedrinho, silencioso, assustado, distante, temeroso, escondendo-se de si mesmo. O bom senso me faz ver que o problema não está nos outros meninos, na sua inquietação,no seu alvoroço,na sua vitalidade.O meu bom senso não me diz o que é, mas deixa claro que há algo que precisa ser sabido.Está é a tarefa da ciência que, sem o bom senso do cientista,pode se desviar e se perder. (FREIRE, 1996. p 63).

Segundo Freire, o educador deve ter bom senso, ser observador, perceptivo e procurar se inteirar das condições sociais culturais e econômicas de seus alunos é necessário que o educador conheça seus alunos, para compreender seus medos, alegrias e anseios e auxiliá-los no processo de desenvolvimento cognitivo, social e moral em que se encontram.

Assim em um ambiente acolhedor o aluno sentirá prazer e vontade de aprender, onde será estimulado a desenvolver sua autonomia, criticidade e curiosidade epistemológica, promovendo então uma qualidade de ensino em um processo de inclusão, que visa o bem estar de cada educando que é único.

Para Freire (1996, p. 26) "O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão".

O processo de inclusão, não requer simplesmente a aceitação do aluno na instituição, será necessária uma aceitação do aluno como ser humano passível de erros, com suas diferenças, desenvolvendo assim o respeito às diversas diferenças existentes na sociedade.

O educador nesse processo de aquisição da inclusão assume papel essencial, pois é mediador, e está em contato direto com o aluno sendo seu dever acolher e amparar o aluno, especificamente em suas dificuldades. É um processo que requer um planejamento especifico que promova a inserção da criança ao meio social. Onde há necessidade de um comprometimento com a mudança que acontecerá em um longo espaço de tempo.

É preciso ter consciência dos objetivos a serem alcançados e estratégias a serem utilizadas, proporcionando assim o desenvolvimento desse processo de inclusão que não acontecerá imediatamente e precisam ser planejados e trabalhados com todo o corpo docente escolar.

> As escolas inclusivas não aparecem da noite para o dia, mas vão se configurando mediante um longo processo; portanto, é preciso tomar consciência dos objetivos que se tenta alcançar e do tipo de estratégias que se deve impulsionar (MARCHESI, 2004).

Uma característica necessária e muito importante aborda a formação do professor, que deve ser aberta às diferenças, que acompanhe o desenvolvimento do processo da inclusão, que seja mediador, auxiliando as crianças de forma a construírem seus conhecimentos com individualidade, sem comparações, pois cada criança é única.

A tarefa do professor é muito complexa, carece de uma prática docente eficiente e criativa, pois vai trabalhar com crianças que apresentam problemas variados, com níveis de aprendizagem diversificados, vai ajudar crianças que precisam se adaptar, vai ainda fornecer-lhes os elementos de adaptação ao mundo, Assim, pensar sobre a formação de professores é pensar em uma afirmação desse profissional a partir de reflexões sobre as condições, sobre o modo como esse conhecimento é produzido nas instituições de ensino.

Uma boa prática docente indica princípios para que os professores transformem suas práticas cotidianas em objeto de investigação, reflexão e criação do novo, indicando pistas sobre sua prática estanque a partir da dúvida e da criticidade. Favorecendo, assim, uma visão à contradição sobre o que se esperado ensino e o que esse ensino fornece, confrontando-se com a burocracia de todo sistema de ensino. Assim, a formação de professores deverá estar atenta para a seleção, organização e avaliação dos conhecimentos, encarando o processo ensino – aprendizagem como uma forma de regulação e controle social, que seleciona, classifica, exclui através de uma linguagem que omite o que deve ser omitido.

Em 24 de outubro de 1989, a constituição educacional de LEI N.7.853, em seu artigo 2º -I –na área da educação ressalta:

> (...) a inclusão, no sistema educacional, da educação especial, como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escola, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação dos profissionais com currículos, etapas e exigências de diplomação próprias. (BRASIL, 1989).

As leis que regem nosso sistema educacional há 19 anos ressaltaram a necessidade da inclusão, porém é um processo que vem sendo consolidado, mas lentamente a ao entrarmos em uma escola de ensino nos deparamos com uma realidade que condiz com a presença de exclusões ainda muito evidentes.

Para aumentar as possibilidades de sucesso no processo de inclusão existem várias ações possíveis que devem ser simultâneas, tais como campanhas contínuas, que estimulem o esclarecimento da sociedade em geral e as autoridades.

As crianças com qualquer deficiência, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais, são crianças que têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado e proteção e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm a possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora algumas vezes, de forma diferente.

> A representação da criança com algum tipo de deficiência como alguém que deveria ser ensinado em separado das outras foi historicamente construída. Com o tempo, as modificações em muitas concepções que davam suporte ao modelo acima contribuíram para a construção histórica de outra concepção, que indagou qual deveria ser o melhor contexto de aprendizagem e desenvolvimento para essa criança. (OLIVEIRA, 2002: p. 36)

Essa forma diferente de ser e agir é que as tornam seres únicos, singulares. Elas devem ser olhadas não com defeito, incompletude, mas como pessoas com possibilidades diferentes, com algumas dificuldades, que, muitas vezes, se tornam desafios com os quais podemos aprender e crescer.

Mais importante do que a caracterização das deficiências, das dificuldades ou das limitações é a relevância dos interesses da pessoa com deficiência que se apresenta, no interagir, nos relacionamentos com as pessoas, objetos e com o conhecimento.

Torna-se necessário, então, que os alunos com necessidades educacionais especiais, independentemente do tipo de deficiência, sejam expostos a formas positivas de comunicação e interação, de ajudas e trocas sociais diferenciadas, a situações de aprendizagem desafiadoras: que sejam solicitados a pensar, a resolver problemas, a expressar sentimentos, desejos e a formular escolhas e tomar iniciativas.

> Hoje, e provavelmente ainda por muitos anos do século XXI, a expressão Alunos Especiais é empregada com sentido genérico. Ignora-se, nestes casos, que "toda escola é especial em singularidade, em sua configuração natural ou física e histórico-social. Por outro lado, apresentam necessidades e respostas comuns e especiais ou diferenciadas na defrontação dessas duas dimensões, no meio físico e social". (MAZZOTA 2001, p. 51)

A inclusão de alunos com deficiência não depende do grau de severidade da deficiência ou do nível de desempenho intelectual, mas, principalmente, da possibilidade de interação, socialização e adaptação do sujeito ao grupo, na escola comum. E esse é o maior desafio para a escola hoje – modificar-se e aprender a conviver com dificuldades de adaptação, gosto, interesses e níveis diferentes de desempenho escolar.

As ações dos professores nas relações estabelecidas no interior da escola vão assumem papel importantíssimo quanto a lógica da prática educativa de incluir todos os alunos.

A formação de educadores tem uma dimensão coletiva que se traduz e se concretiza no desenvolvimento do trabalho por meio da organização dos tempos e espaços compartilhados e definidos coletivamente.
A organização do trabalho pedagógico cria um movimento de tomada de decisões, de estabelecimento de acordos, consensos e dissensos acerca de processos constitutivos da ação educativa. Neste movimento, são especificadas as diversas dimensões da prática, as estratégias de ensino utilizadas, os entraves e formas de superação das dificuldades identificada no desenvolvimento do trabalho, que deve ser definido e orientado numa direção coletiva. Esta dinâmica permite diagnosticar avanços e dificuldades na implantação do projeto político-pedagógico, expressão de uma construção coletiva.
Portanto, os professores do ensino regular declaram que não foram preparados para lidar com alunos especiais e que não são pagos para trabalhar com educação especial. Reclamam de turmas superlotadas que não comportam horários flexíveis, atendimento individual, adaptações curriculares, métodos específicos e outras demandas. Para esses professores, a presença de alunos com deficiências físicas, sensoriais ou mentais, cria um campo de tensões e desestabiliza o coletivo da escola.

> (...) o ensino dicotomizado em regular e especial, define mundos diferentes dentro das escolas e dos cursos de formação de professores. Essa divisão perpetua a idéia de que o ensino de alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem exige conhecimentos e experiência que não estão à altura dos professores regulares. (MANTOAN, 2001, p 35).

A elaboração e a implantação de uma política de formação coerente com o ideal de uma escola inclusiva deve romper com essa dicotomia, assegurar o acesso a novos conhecimentos, a troca de experiência, a reflexão sobre a prática, a articulação entre múltiplos saberes e fazeres. Os processos formativos devem incorporar diferentes estratégias, face à diversidade de situações colocadas pelo cotidiano das escolas. Nesse contexto diverso e amplo, os professores devem se posicionar como sujeitos do processo de formação permanente.
Na proposta inclusiva a educação deve conter os objetivos individuais de cada aluno, é importante ouvir da criança que possui algum tipo de deficiência, o que ela considera importante, para seu desenvolvimento na escola, visto que ela sabe de suas limitações e possibilitando grande contribuição no processo de ensino-aprendizagem.
Ainda encontram-se vários problemas com relação à educação de alunos que fazem parte do contexto educacional sem efetivamente concluírem a satisfação de suas necessidades educacionais. Violência, preconceito, falta de incentivo por parte dos pais, problemas psicológicos desinformação, baixa auto estima, estas são algumas das várias causas do fracasso escolar que acabam levando os alunos à evasão escolar.

Embora estes alunos estejam fisicamente em sala de aula existem muitas barreiras a serem vencidas, como o preconceito a falta de acessibilidade e em sua maioria, depararão com professores despreparados e desinformados de suas necessidades.
Para que o processo da inclusão saia do âmbito legislativo e ocorra realmente, será necessário o auxilio de toda sociedade. Com isso, sem dúvida as situações de despreparo e inabilidade desaparecerá.
Os educadores possuem grande responsabilidade no sentido de garantir a efetiva inclusão na escola, fazendo com que ela aconteça na prática, no cotidiano e que no futuro, faça parte da educação como um todo.
Percebemos que na escola inclusiva não se trata as crianças como diferentes, melhores ou piores umas das outras, mas sim da necessidade da escola conhecer a diversidade com que trabalha para que realmente possa desenvolver um bom trabalho, que atinja a todos, sem ser excludente. Também não se deseja a uniformização das crianças, ou seja, que sejam todas consideradas iguais. Nesse processo objetiva-se apenas a inclusão de todos, e esta deve ocorrer não só na escola, mas em toda a vida social da pessoa.
A vida escolar dos alunos é um longo caminho que deve ser percorrido buscando a conscientização dos alunos da diversidade humana. Pois muitas vezes, as pessoas são rejeitadas, caçoadas, por serem diferentes da maioria, efeito em grande parte do Bullying, outro grande problema escolar, que são todas as formas de atitudes agressivas intencionais e repetitivas que ridicularizam os alunos, como comentários maliciosos, apelidos ou gracinhas que caracterizam alguém.
Os percursos individuais, os diferentes estilos de vida, a qualidade de vida, de gênero, de raça, as diferenças étnicas e as posições sociais constituem um coletivo heterogêneo, e essa convivência na diversidade produz efeitos nas relações de trabalho e na elaboração do projeto político-pedagógico.
As demonstrações das diferentes dimensões formadoras do ser humano articulam diversos saberes, experiências tanto dos alunos quanto dos professores, currículo, produção do conhecimento e diversidade cultural. Portanto, a formação é um processo de construção de identidades profissionais com base nas experiências pessoais, sociais e culturais.
No entanto, a ideia de que os portadores de necessidade especiais podem e devem ser tratados com igualdade pela sociedade é recente e tem-se disseminado principalmente por força da lei. Da mesma maneira, a noção de que a escola precisa estar aberta à possibilidade de atender a todos os membros da sociedade é nova na história da humanidade. Qualquer política de inclusão precisa estar firmemente embasada na suposição inicial de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares.
A inclusão escolar é uma força renovadora na escola, ela expande a participação dos alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma ampla reestruturação da cultura, da nossa práxis e das políticas

vigentes na escola. É a reconstrução do ensino regular que, embasada neste novo modelo educacional, respeita a diversidade de forma humanística, democrática e percebe o sujeito aprendente a partir de sua singularidade, tendo como objetivo principal, contribuir de forma que facilite a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal para que cada um se construa como um ser social.

A escola precisa redefinir sua base de estrutura organizacional livrando-se de burocracias, revendo suas práticas, reorganizando grades curriculares, proporcionando maior evidência à formação humana dos professores, e afinando a relação família e escola, propondo uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível, para atender esta nova realidade educacional. A escola deve promover o desenvolvimento humano das crianças e dos jovens, bem como a qualidade da aprendizagem. A educação inclusiva tem força transformadora, e aponta para uma nova era não somente educacional, mas, para uma sociedade inclusiva.

A educação não deve ser privilégio, deve ser um compromisso social. O grande problema da educação como um todo é que ela diz formar pessoas para serem capazes de enfrentar a vida. Porém a educação vai fazendo uma seleção incluindo alguns e excluindo a maioria. Nosso sistema educacional atual está calcado na divisão de alunos normais e deficientes, e muitas vezes ignora o subjetivo, o afetivo, e desrespeita a diversidade própria à espécie humana. O ensino inclusivo respeita as deficiências e diferenças, reconhece que todos somos diferentes, e que as escolas e os velhos paradigmas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os alunos, tenham eles ou não algum tipo de necessidade especial. Se não nos determos nesta nova visão educacional, não conseguiremos acabar com velhos paradigmas e fazer as mudanças que a inclusão propõe.

Em suma, a escola inclusiva preconiza um ensino em que aprender é um ato não linear, contínuo, fruto de uma rede de relações que vai sendo tecida pelos aprendizes, em ambientes escolares que não discriminam, não rotulam e oferecem chances incríveis de sucesso para todos, dentro das habilidades, interesses e possibilidades de cada aluno. Neste sentido, um ensino que contempla e acolhe todos os alunos não poderá ser prejudicial a ninguém. Uma escola em que todos os alunos são bem-vindos tem como compromisso educativo ensinar não apenas os conteúdos curriculares, mas formar pessoas capazes de conviver em um mundo plural e que exige de todos nós experiências de vida compartilhada, envolvendo necessariamente o contato, o reconhecimento e valorização das diferenças. Este conhecimento potencializa a educação escolar, em seus objetivos e práticas e, assim, também é mais um meio de aprimoramento do ensino para todos os alunos.

Por outro lado, é bom lembrar que não são os alunos com necessidades educacionais especiais que prejudicam o bom andamento do Ensino Fundamental e dos demais níveis. Ao contrário, a presença deles enseja

mudanças substanciais nas práticas escolares, pois de nada adianta transmitir conteúdos, sem significado, descontextualizados da experiência de vida do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente percebemos que o preconceito e a discriminação, são consequências da falta de respeito e tolerância que aflige a sociedade. Somente com respeito, é possível compreender o próximo, suas reais condições particulares, nos levando à reflexão acerca de temáticas que decorrem destas, como: a mulher buscando igualdade no mercado de trabalho, o negro lutando por melhores oportunidades, os portadores de necessidades educativas especiais reivindicando acesso à escola... ou ainda, todos esses e muito outros, organizados em movimentos sociais na luta pelo direito à cidadania e reconhecimento de sua singularidade e pluralidade cultural.

Esse contexto nos impõe muitos desafios que nos fazem repensar nossas relações com o mundo e com o próximo.

Considerando a inclusão de crianças surdas no ensino fundamental (regular), cabe repensar que para que inclusão acontença de fato é importante criar condições que garantam seu progresso, permanência e bom desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, vigente, determina que deve haver serviços de apoio especializado para atender as necessidades dos alunos da educação especial e isso ainda não é uma realidade nas escolas, com raríssimas exceções. Já a escola parece indecisa quanto à integração ou a inclusão e não se define em suas ações. O que ocorre é que as escolas das redes regulares de ensino aceitam as matrículas dos alunos portadores de necessidades especiais e não fazem cobranças dos órgãos competentes para que possam atender, com dignidade e objetividade, esses alunos. Na escola os alunos da educação especial são colocados nas classes comuns e às vezes são apenas "ouvintes", às vezes recebem algumas atividades diferenciadas e em pouquíssimos casos são incluídos em projetos cuja intencionalidade seja auxiliá-los em seu processo de aprendizagem.

Acredita-se que cabe aos gestores assumirem o papel principal no contexto atual da educação especial e procurar promover mudanças na realidade vivenciada pelos portadores de necessidades especiais. Os gestores precisam reconhecer que os portadores de necessidades especiais são alunos da escola, e não só daquela turma e daquele professor. Quando os alunos da educação especial forem assumidos por todos os componentes da comunidade escolar, através de um trabalho coletivo e reflexivo, com certeza, haverá uma aproximação maior entre a teoria e a prática.

A escola precisa acolher todos os seus alunos da educação especial sem preconceitos de qualquer natureza e sem perpetuar as práticas tradicionais de exclusão que vão desde as discriminações negativas, até a

"bem intencionada" reprovação. E acolher significa oferecer espaço de convivência respeitosa e harmoniosa, currículos, métodos, técnicas, organização e recursos educativos e específicos, que garanta o acesso e permanência de todas essas crianças na escola.
Portanto, a educação inclusiva impõe novas exigências aos sistemas educacionais. A preparação dos professores do ensino regular para atender aos alunos portadores de necessidades educativas especiais é uma medida imprescindível para que se possa oferecer uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1998.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares. Brasília; MEC/SEF/SEESP, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, MEC. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: nova LDB (Lei nº 9.394/96). Disponível em http://www.mec.gov.br/seb/pdf/LDB.pdf. Acesso em: 1 set. 2005.

BRASIL. MEC.SEESP. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994. (Livro 1).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à educação. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maruá Teresa Eglér. Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. Revista Nova Escola, n. 182, p, 24-26, maio 2005. Entrevista concedida a Meire Cavalcante.

MARCHESI, A. J. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, I. A. Saberes, imaginários e representações na educação especial – A problemática ética da "diferença" e da exclusão social. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; AMARAL, Cláudia Tavares do. Políticas Contemporâneas para Educação Especial: inclusão ou exclusão: educação especial. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PROJETO VEREDAS, 1996.

Revista aprende Brasil, 1994.

GESTÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

Szwed, Edvino[13]

RESUMO
O presente artigo tem por objetivo explorar teoricamente o processo de entendimento da área gestão ambiental, através de uma exposição histórica conceitual. A problemática deste texto está situada na busca de um entendimento horizontal para equívocos situados no mundo informacional que concerne à profissão do gestor ambiental. Através de uma metodologia quantitativa, bibliográfica e com o auxílio de imagens busca se estruturar um texto de fácil compreensão e de apoio ao estudo (escolar) e da profissão já mencionada. Obtendo assim como resultado um elucidar teórico aos leitores que buscam na área gestão ambiental um texto conceitual-histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Ambiental. Educação. Conceito. História**.**

Ao longo do presente artigo visaremos uma abordagem epistemológica da categoria gestão ambiental, processo este que buscaremos conhecer em cada etapa, estando atentos aos desdobramentos que sucederam ao longo do período histórico, para qualitativamente compreendermos o que é, e para que finalidade segue essa área do conhecimento.

Atualmente ouvimos os meios midiáticos, recorrentemente tocarem em um assunto, chamado gestão ambiental, no qual um circuito de “opiniões” se propaga. Se voltarmos à seguinte indagação o que é gestão ambiental? Dentre um meio de colegas, ou pessoas fortuitamente que não sejam desta área, é bem provável que surjam diversas falas, nas quais apenas uma pequena fração atingirá certo grau de aprofundamento no que concerne a este assunto.

Pois o senso comum trabalha sobre um referencial (opaco), isso faz com que muito se perca da real abordagem da ação que trabalha a área gestão ambiental ou outro conhecimento/área. Para tanto recorreremos por diferentes meios, na busca de melhor expor este tema, com o objetivo de um clareamento cognoscível, permeando um afloramento de vertentes, que tangenciam em nosso objetivo. Objetivo esse de esclarecer pormenorizadamente as nuance que cerceiam a temática gestão ambiental, o qual é muitas vezes entendido equivocadamente, retratando assim em um desentendimento das finalidades que se propõem o recorte espacial e teórico desta área do saber.

Iniciamos este percurso, através de significações, assim bem como também nos serviremos de imagens, para bem esclarecer, e trazer claridade ao que se busca explorar. Um passo a passo prático, levando ao entendimento do recorte social/geográfico no tema estudado, faz necessário lembrar que a gestão ambiental atinge diferentes esferas, e entre elas o meio educacional, que por sua abrangência horizontal, será abordado no presente texto.

Apresentada a metodologia, galgamos no percurso das simbologias/significações “entrelaçadas” na palavra gestão ambiental. O dicionário Aurélio, traz o seguinte

[13] Graduado em Licenciatura Geografia pela UNPESPAR, Universidade Estadual do Paraná- Campus de União da Vitória.

enunciado para gestão: “Administração, ação de gerir, de administrar, de governar ou de dirigir negócios públicos ou particulares”, pode se absorver nesse primeiro momento dois conceitos que nos servem ao propósito de pormenorizar nosso estudo são eles: públicos e particulares, conceitos evidenciados nas significações da expressão gestão.

1.1- **CONCEITUAÇÃO AMBIENTAL:**

Nosso próximo conceito é ambiental, novamente ao dicionário Aurélio, que apresenta à seguinte expressão a palavra mencionada: “Do ambiente, relacionado ou próprio do meio ambiente, refere-se ao que envolve o ser humano, os seres vivos e/ou as coisas: preservação ambiental”.

Brevemente apresentada às significações, vamos retroagir no tempo, para manifestar pelo auxílio de referências uma “linha do tempo”, para nos dirigir a gestão ambiental, elevando gradualmente ao seu desabrochar concreto. Ocorrido entre a década de cinquenta e sessenta, estopim gerado com a escassez de matéria prima para a indústria madeireira, e o início da conscientização dos recursos finitos provindo do meio ambiente.

Assim voltemos a nossa atenção a palavra paradigma, palavra norteadora em momentos históricos, nos quais houve (um) outro método/olhar que remodelou a forma de agir e principalmente a maneira de pensar de uma sociedade, ou da sociedade entendida como mundial. Assim buscamos em Ruppenthal (2014, p.15) um entendimento de paradigma, a qual expressa na seguinte formulação.

> Paradigma é uma visão do mundo baseada em leis e pressupostos teóricos, princípios filosóficos e hábitos de trabalho. Muda-se um paradigma quando o novo oferece mais respostas que o anterior.

Com Ruppenthal (2014), iniciamos a construção de nossa pirâmide do entendimento sobre gestão ambiental, percebamos que paradigma, vem de uma relação filosófico-teórica, a qual corresponde a respostas, sobre um conhecimento ou mais conhecimentos, trazendo ações que estruturalizam e mantêm uma dada situação, exemplificando: O uso de carvão, e o uso do petróleo, ações que reformularam o paradigma de suas épocas, alterando as respostas aos meios antes empregados de locomoção.

Esse recorte conceitual de paradigma ilumina a nossa estrutura cronológica, enriquecendo do porque do surgimento de um novo conhecimento, ou melhor, a especialização de uma área mais verticalmente, que neste caso, (natureza, biologia, reino animal, reino vegetal, ecologia, meio ambiente, gestão ambiental), e assim sucessivamente em categorias maiores ou mais pormenorizadas, buscando consequentemente suprir a uma demanda de indagações que vão surgindo, até o rompimento para um novo olhar/paradigma.

Retomemos nossa linha cronológica, retroagimos ao período da Idade Média, que está cerceado entre o século primeiro e o século quinze, e que sofre alterações dependendo da fonte, aqui para fins de referência abordamos na linha de Junior (2001).

No fim do período da Idade Média, temos um movimento chamado Antropocentrismo (doutrina filosófica que coloca a figura do ser humano como o "centro do mundo”), este movimento/doutrina se dá em contrapartida a idade das “trevas” ou período medievo, que em sua raiz trazia o Teocentrismo (Teocentrismo é a filosofia ou doutrina que considera Deus o fundamento de toda a ordem no mundo). O

Antropocentrismo é à entrada do período da Renascença, a qual traz a transição/passagem para o período Moderno.
O que o Antropocentrismo colabora em nosso estudo? Ele colabora significativamente, pois de acordo com Ruppenthal (2014, p.16):

> Em um contexto moderno, o antropocentrismo está relacionado às doutrinas ou perspectivas intelectuais que tomam como único paradigma de juízo as características da espécie animal, demonstrando que o ambiente conhecido é apto à existência humana, ampliando as condições de existência a todos os seres inteligentes. Dessa forma, remete a uma desvalorização das outras espécies no planeta, estando associado à degradação ambiental, visto que a natureza deveria estar subordinada aos seres humanos, legitimando a posição de domínio do homem sobre todos os seres e todo o mundo.

Concentrando nosso foco nesse recorte teórico, identificamos as entrelinhas do já mencionado conceito paradigma, o qual possibilitou elucidar as nuance de um novo olhar, assim sendo, o período Antropocêntrico pulveriza em sua raiz, a cognição como limiar alusivo a dominação e subversão as suas necessidades/caprichos quanto às demais espécies do reino ambiental.
O olhar voltasse ao entendimento, que a natureza deve suprir a demanda do ser racional, e que para tanto, não se faz mais juiz de (valor), quanto à finitude dos recursos fornecidos pela natureza, entendendo que a mesma contém em si todo um aparato inesgotável.
Passado a "efervescência" desse período chegamos, a um paradigma menos aflorado, entretanto o mesmo vem ganhando vida nas ultimas décadas, chamado Ecocentrismo. Aprofundando nesse novo conceito, retomamos a Ruppenthal (2014, p.16):

> Trata-se de uma linha de filosofia ecológica que apresenta um sistema de valores centrado na natureza, em oposição ao antropocentrismo. Semelhante a uma visão indígena, em dizeres amplos, em que o homem é membro da natureza compondo o meio natural tendo um valor equivalente aos animais. Dessa forma, o homem sendo parte da natureza, deve se comportar harmoniosamente e em equilíbrio com a mesma.

Observemos com demasiada cautela, que em nossa esteira de apresentação cronológica, o primeiro processo era o Teocentrismo, visão estabelecida em Deus, na qual possuímos um cosmo ordenado e determinado, assim passamos ao Antropocentrismo, visão centrada no homem, com um caos no cosmo e uma abertura a diferentes possibilidades de vivências, e, por conseguinte o atual Ecocentrismo, na qual entende se o homem como parte integrante do processo evolucionista da natureza, tendo o humano como mais um ser vivo do conjunto/habitat.
Não podendo o homem explorar para qual fim seja as demais espécies do reino animal ou vegetal, pois a exploração desequilibra a harmonia existente, gerando consequências em todos os componentes. O interessante é que enquanto as duas áreas anteriores enfatizam o humano como um ser racional dotado de autonomia no que se refere à natureza, o ultimo conceito restringe o humano a mais um ser vivo na cadeia harmoniosa da natureza, tratando como igual perante as demais espécies.
Os paradigmas se alteram, mas as relações homem-natureza, homem-homem, mantém suas relações ao longo dos anos, com diminutas variações. Com devida atenção, nas relações já apontadas, alguns pensadores preocupados com uma

visão em longo prazo, elaboraram teorias para alertar o humano de sua exacerbada (proliferação) e as possíveis escassezes de provimento à vida em grandes sociedades, trazendo átona uma destas teorias retomamos a linha de pensamento de Ruppenthal (2014, p.17):

> O adjetivo malthusiano, de Malthus, é utilizado para indicar pessoas pessimistas quanto ao futuro, devido ao descompasso entre recursos e necessidades. De acordo com o economista inglês Thomas Malthus (1766 - 1834), a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética. Para Malthus, o controle da população devia ser realizado via aumento das taxas de mortalidade, que ele chamava de freios positivos, que significavam a miséria, as doenças e as guerras. Os trabalhadores deveriam receber apenas um salário de subsistência suficiente para manter o equilíbrio homeostático entre população e economia.

O panorama teórico, apresentado acima, reflete perspectivas atuais. Porém ressaltando o pensamento propagado por Malthus, destacando a argumentação base de sua tese, na qual a população cresce em uma progressão geométrica e os meios de subsistência em uma progressão aritmética. Vamos de encontro a uma parcial de nosso tema a gestão ambiental, percebendo que a cada realce teórico aproximamos das ações que estão no terreno desta profissão (gestão ambiental).

Se a Malthus no século dezoito, houvera indiretamente se preocupado com o espaço ambiental, aqui entendido como natureza e suas relações com o modo de vida do homem. Hoje mais ainda com populações que atingem as cifras de bilhões de humanos, e os cuidados de uma preservação ganham destaque em amplos meios de comunicação, o que consequentemente faz um efeito (letárgico), devido ao grande conjunto de informações e sua acelerada difusão, muitos equívocos “fagulham” no entendimento social.

Utilizando uma linguagem figurada/analogia, nossa pirâmide estrutura se em um nível no qual o homem em um primeiro momento, se fazia como ação divina determinada na Terra, depois dotado de razão e dominante dos meios naturais, em um terceiro momento fazia parte do reino animal com os mesmos (direitos), então chegamos à teoria de Malthus, pensador que nos alerta sobre o crescimento altamente proliferado da sociedade, e uma provável escassez do meio de subsistência, indiretamente ligado a um gerenciamento da matéria prima, ou natureza.

Com essa (efervescência) de horizontes teóricos encontramos no período cronológico, um momento marcante a nossa proposta de trabalho, a chamada postura Cornucopiana, e a compreensão desse novo olhar, é estudado por Ruppenthal (2014, p.18):

> Os cornucopianos demonstram um otimismo exagerado em relação aos recursos necessários à vida humana. Possuem a crença de que qualquer problema de escassez no presente ou no futuro próximo será solucionado mais adiante. Sempre haverá possibilidade de substituições de insumos e processos produtivos.

Observamos a citação acima, um contexto representacional do século vinte e vinte um, ou sobre o movimento do sistema capitalista, em que a demanda cientifica/tecnologia/informacional, é a última virtude da (caixa de Pandora) ou a redenção da humanidade, frente ao expressivo crescimento da população e a demanda por alimentos. Podemos questionar: O que isso tem haver com gestão

ambiental? Qual o sentido da exposição/abordagens que visam à relação alimento/sociedade?

A essas questões, voltemos ao conceito de Cornucopianos, que para os Gregos era símbolo da fertilidade e da prosperidade, e por longo período histórico entendido que a natureza era infinita em seus abundantes recursos. Assim (herdamos) um olhar que a regeneração da natureza era um ciclo insuperável ao humano, e que por consciência "ingênua", logramos nada mais que um engano, e os problemas/catástrofes ambientais bateram/batem a "porta", as secas, chuvas, e demais variações climáticas, que até então não eram sentidas, começaram a ganhar expressões alarmantes.

E através da lente fornecida pelos paradigmas, conseguimos compreender o desencadeamento de cada etapa vivida entre homem-natureza, cronologicamente, agora seguimos na especialização/afunilamento de nossa abordagem, gestão ambiental, bem como a relação com a educação e seu poder de conscientização.

Ainda na esteira do pensamento de Ruppenthal (2014, p.19), mapearemos nosso olhar sobre o trabalho em estudo:

> A relação do homem com a natureza pode ser vista por duas grandes vertentes situadas em polos extremos de uma linha contínua, repleta de matizes. Em uma ponta da linha encontram-se as posições antropocêntricas extremadas, nas quais a natureza só tem valor como instrumento dos seres humanos que possuem direitos absolutos sobre ela. A preocupação com o meio ambiente se dá na medida em que ele se torna um problema para os humanos (BARBIERI, 2011). Na outra ponta estão às posições ecocêntricas extremadas, que atribuem aos elementos da natureza um valor intrínseco e independente de qualquer apreciação humana. Os humanos são apenas um desses elementos, não possuem nenhum direito a mais que outros seres. Todos os organismos, inclusive os seres humanos, fazem parte da natureza em igualdade de condições.

Ao "vestirmos" está nova roupagem referente ao entendimento da gestão ambiental, iniciamos um (árduo) pormenorizar, são dois hemisférios como os já citados os quais abordamos a relação entre usar a natureza como uma ferramenta à subsistência, ou dela para preservação, como forma/meio de manter o equilíbrio sustentável. A angústia por novas respostas/paradigmas que supram esse duelo na balança entre as sobrevivências das múltiplas espécies ganha força.

O que Ruppenthal (2014), rateia nessa teia teórica, vem de encontro com o processo de gestão ambiental, o qual lá nos primeiros parágrafos deste estudo inclinava a administração de um meio público e um meio privado, aqui o meio público toma a roupagem de todos os seres vivos habitantes do planeta Terra, e o meio privado se encaixa na lacuna apenas do Humano. A escala ganha dimensões em que uma ou mais áreas do conhecimento necessitam emergir, para equacionar a vivência em sociedade.

Uma nova indagação se reelabora nesse seio teórico: quando estes dois hemisférios "(público/privado)" iniciaram o duelo pela "posse" da natureza? Cabe a Ruppenthal (2014, p.19), apontar essa resposta:

> A preocupação com os efeitos dos impactos ambientais, decorrentes da ação humana na natureza, passou a receber maior atenção a partir da década de 1950 motivada pela queda da qualidade de vida em algumas regiões do planeta. Nessa época, surgiram movimentos ambientalistas, entidades governamentais sem fins lucrativos e agências governamentais voltadas para a proteção ambiental. A década de 1960 foi conhecida pelo

> conflito entre preservacionistas e desenvolvimentistas. O debate iniciou-se com a publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson em 1962, que trouxe um alerta sobre a utilização de pesticidas na agricultura. Esse fato levou a preocupações ambientais inéditas para uma parcela da opinião pública americana, que visualizaram o impacto das atividades antrópicas sobre o meio ambiente

O estopim deste emaranhado de situação, é revelado de acordo com Ruppenthal (2014), na década de cinquenta. Possível causa deste estopim, a queda de qualidade de vida, ou em linhas mais abertas um descontentamento com o que era fornecido pela natureza e após um período de absorção "mesquinharia" ganância humana, passou a não existir, deixando lacunas ambientais visíveis, e a preocupação nasce.

AMBIENTALISTAS

A o (recrutamento), de novos grupos, conhecidos como ambientalistas, grupos engajados no monitoramento e claro na pulverização das consequências que vem acontecendo por intermédio da humanidade no reino biológico natural, o que ganha holofotes. Entretanto o embate continua, agora com duas áreas distintas e bem formadas, os preservacionistas e os desenvolvimentistas ou a consequência de paradigmas cronológicos explícitos em uma síntese destas duas áreas em destaque. (observação: áreas em destaque aqui, preservacionistas e os desenvolvimentistas).

Como recorte espacial, retomamos que nesse primeiro momento de construção da categoria gestão ambiental a mesma estrutura nos moldes Americanos. Retomemos a Ruppenthal (2014, p.19):

> Em 1972, um grupo de cientistas do Massachusetts Institute of Technology – MIT, que assessorava o Clube de Roma, alertou sobre os riscos do crescimento econômico contínuo baseado na exploração de recursos naturais não renováveis. Utilizando modelos matemáticos, o MIT chegou à conclusão de que o Planeta Terra não suportaria o crescimento populacional devido à pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos e o aumento da poluição, mesmo tendo em conta o avanço tecnológico. As projeções afirmavam o esgotamento desses recursos em poucas décadas. O relatório afirmava que somente o crescimento zero e a gestão dos recursos finitos poderia salvar o planeta.

O que foi alertado lá em 1972, traz muitos afloramentos em dias atuais, com o presente crescimento das estatísticas mundiais e do aumento populacional. Em especial devido ás condições ambientais degradantes exploradas nos meios de comunicação, um exemplo claro em nosso próprio país com a catástrofe ambiental de Minas Gerais que repercutiu na mídia global.

Expondo o que aconteceu em Minas Gerais no ano de 2015 no dia cinco de novembro, com o rompimento da barragem de Mariana, destruindo todo um ecossistema, levando a morte de espécies vegetais e animais característica da região, bem como a destruição da fauna aquática, além das 19 vitimas fatais do ocorrido. Não obstante três anos se passaram e um novo rompimento ocorreu vinte e cinco de janeiro de 2019, mais um desastre ambiental no mesmo estado, com a mesma causa (rompimento de barragem), com consequências ainda não mensuráveis.

Muitos questionamentos podem ser levantados, desde a década de cinquenta sobre o preservacionismo e o desenvolvimentismo, e a ganância da humanidade na exploração dos recursos naturais, sem levar em conta as futuras consequências que

tais ações podem gerar. Fatores que “parecem” estar intrínsecos no umbigo exploratório. Infelizmente o que podemos perceber é um descaso em algumas situações, e a consequência dos efeitos que toda uma geração vem a (arcar).
Retomemos nossa linha central com Ruppenthal (2014, p.21):

> No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, foi indicada pela ONU para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento com o objetivo de estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1991).

Podemos capturar que a partir da década de oitenta, normas e regulações surgem para um zelo ambiental. A preocupação bate a “porta” das empresas, (os governos) iniciam seus procedimentos de atenção na “garantia”, de uma gestão ambiental, o olhar evidência modificações, deixando menos aparente o egoísmo central do presente, e visando o futuro das próximas gerações.
Iniciam os fóruns ambientais, a relação homem-natureza, homem-homem, altera significativamente a relação até então estabelecida dos recursos (infinitos), para finitos e que precisam ser preservados, com isso países engajados com uma mudança começam a promoção de ações, normas, regras, e leis para ajustar um possível reequilíbrio no mundo capitalizado, que visam estritamente à área comercial dos produtos, e a matéria prima como base.

NOVOS OLHARES:

Ruppenthal (2014, p.23): corrobora para nosso entendimento neste ponto impar:

> Na década de 1990, já havia uma consciência coletiva sobre a importância da preservação e o equilíbrio ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra ou Rio 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, resultou em importantes documentos como a Carta da Terra (conhecida como Declaração do Rio) e a Agenda 21 [...] A introdução da gestão ambiental e a adoção de códigos de conduta, como o programa de atuação responsável, adotado pelas indústrias químicas, modificam as posturas reativas que marcavam o relacionamento entre as organizações, órgãos de fiscalização e ONGs. Baseada na responsabilidade solidária, a nova postura requer um cuidado maior com a imagem da organização em relação às questões ambientais.

Aqui temos o nascimento da gestão ambiental, com a responsabilização das empresas com o poder público mapeando os procedimentos dos desastres ambientais e da forma de exploração, um novo recorte epistemológico carece de nascer, ou seja, a área ambiental necessita ser gerida, administrada, manejada.
O profissional da gestão ambiental é um indivíduo atento aos procedimentos e a legislação em vigor de cada país, no controle e na ação de medidas adequadas ao equilíbrio social/ambiental, visando os menores impactos ambientais.
Com o auxilio de Ruppenthal (2014), destacado nas últimas citações, compreendemos a necessidade do profissional da área de gestão ambiental e sua singular importância em gerenciar, pois transita em dois lados de uma “balança”, o humano e o ambiental. E assim podemos compreender o movimento da Rio 92 e

agenda 21, documentos e orientações necessárias para que a sobrevivência múltipla das espécies inclusive a própria humanidade se mantenha em equilíbrio.
São ações como estas voltadas ao meio ambiente que propagam um deslocamento das produções teóricas voltadas ao grande público, o (prelúdio) da conscientização universal/humanidade para com seu habitat o planeta Terra.

EDUCAÇÃO:

Dentro do movimento na esteira ambiental, chegamos ao âmbito educacional, em especial a educação sistematizada, (aqui entendida como escola) a qual se tencionam as mudanças para as próximas gerações. Como diz Paulo Freire (1996, p.25) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.
O que Freire (1996), postula vigora com força nos dias atuais, quando o mesmo autor afirma:
“È impossível alcançar os objetivos vitais de um desenvolvimento histórico sustentável sem a contribuição permanente da educação ao processo de transformação consciente visado (p.90)”. Nossa teia de entendimento aumenta e conseguimos entender a área, ou melhor, o recorte espacial por detrás do gestor ambiental. Retomando a afirmação acima, capturar a sensibilidade social percorre antes de outras instituições o terreno escola.
O papel de formação educacional perpassa um “marketing” amplamente envolvente, que interage com as gerações atuais e se processa nas futuras, exemplificando o horizonte de alcance pela escola, assim buscando materializar expomos a seguinte imagem:



Fonte: https://amaresocioambiental.blogspot.com/2014/12/conscientizacao-ambiental.html
O que conseguimos abstrair da imagem acima? Além do mero esboço artístico ao se apresentar em um primeiro momento como a defesa dos recursos naturais, e entre eles o destaque ao azul/águas o verde/flora que arrecadam maior visualização, e claro sem deixar passar a cor do solo/Terra, elementos chamativos, um “marketing” envolvente, entretanto como percorremos ao longo do texto o entendimento sobre a

área do gestor ambiental, podemos elaborar questionamentos ao modo de vida, especialmente geograficamente ao Ocidental nos últimos dois séculos.
Questionamentos que provoquem nossa percepção: Por que as ações voltadas ao meio ambiente e a proteção das espécies foram tomadas tardiamente? O que as grandes empresas mineradoras/pesqueiras/petrolíferas fazem para a conservação ambiental? Como a sociedade pode contribuir para amenizar os danos ao equilíbrio da vida sustentável?
Esses e outros questionamentos figuram no seio escolar um caminho de modificação das condições de vidas que são e que foram produzidas historicamente, "despretensiosamente".
Retornando ao esboço de nossa imagem, concentramos que ela informa o coletivo em prol do ambiente, todos compartilhando o mesmo (lar), e que estiveram cronologicamente atados por teorias antagônicas, caminhos já trabalhados: Teocentrismo/Antropocentrismo/Ecocentrismo. Essa dimensão conceitual é reafirmada por diferentes autores no âmbito educacional, entre eles Istvan Mészaros (2008, p.90):

> È impossível alcançar os objetivos vitais de um desenvolvimento histórico sustentável sem a contribuição permanente de transformação conscientemente visado.

O que Mészaros (2008), vem concretizar em nossa leitura ao meio ambiente, ao meio escolar, e ao meio social, é um termo empregado longamente por diferentes lideres (governamentais) e que foi aderido com pouca cautela, o chamado desenvolvimento.
Claro que nosso autor citado, não tenciona sua linha de pensamento sobre o desenvolvimento utilitarista, e sim esta entrelaçando o desenvolvimento como linha de ação na contenção do processo anti-sustentabilidade.
O que objetiva a responder as lacunas deixadas pelos "modos de vida" aceitos com o passar do tempo na sociedade em um circuito histórico de como a natureza em si foi utilizada: como finalidade, ferramenta, ou colaborativa/respeitando seus ciclos. O que nos lança a outro termo conhecido por sustentabilidade, conceito predominante no século vinte um, especialmente no Ocidente para marketing empresarial de seus diversificados produtos, entre eles a área de cosméticos, veículos, vestuário, alimentação, a insígnia do "politicamente correto".
Passamos como humanidade de sociedade/preservatista a preservatista/sociedade, não é a simples modificação de palavras, é um novo olhar frente às modificações que ocorrem em zelar para manter. O que veio a tornar se lema. Entretanto a materialidade desta (postura) esta efetivamente correspondendo ao prisma do presente? È provável que a essa pergunta ainda não obtemos uma resposta satisfatória.
Com a explosão demográfica e a necessidade presente de um maior volume de terras agricultáveis, de uma gama de recurso minerais, e outras matérias primas, evoca se questionamentos a categoria (gestão ambiental) para que sejam amplamente estudadas e de fato ampliar o volume de dados, do efeito da apropriação territorial. Esse raciocínio nos leva até o pensamento de Milton Santos (1986, p.33):
"A verdade é que os dados da economia mundial abarcam num só conjunto de causas e efeitos todos os eventos que ocorrem na superfície do globo". O que nosso Geógrafo formula com relação à economia está diretamente conectado a abordagem

aqui estabelecida com o crescimento social e a demanda de recursos, uma economia, uma distribuição e claro novos olhares, elementos base na gestão para equacionar humanidade/ natureza.

1.5-**CONSIDERAÇÕES FINAIS**:

Com o olhar modificado em relação ao nosso tema estudado, linha essa da cronologia entre homem-natureza, nos remetemos a tecer as considerações finais. Após a exposição entre um "triângulo conceitual", Homem/Natureza/Gestão Ambiental, e o paralelo educacional, atingimos o epicentro de nosso pensamento, o qual é posto sobre o pilar cultural.

Percebemos através de nosso percurso teórico que às mudanças no ambiente resultaram na modificação das ações humanas, e modificando essas ações, um possível equilíbrio/reequilíbrio entre o modo de vida que vinha sendo vivido até meados do século passado, e em vista de não sofrer maiores consequências das que sentiu e poderia sentir desbalanceado na relação natureza/industrialismo.

Assim Buscou se moldar/concretizar um caminho do entendimento da profissão (gestor ambiental), a qual é amplamente explorada nos meios de comunicação, e que por vezes passa despercebida sua real finalidade, e em especial o seu desenho histórico, e o do porque de ela ser atualmente o alvo dos holofotes das (indústrias).

Podemos compreender como esteira epistemológica que a cultura é de suma importância e claro, operacionalizada por uma (linha) abstrata das formas de relações sociais, independente da sua localização no globo terrestre. Já a escolarização formal ou informal necessita garantir subsídios, com a absorção cultural, para o cidadão desenvolver, modos e maneiras de pensar e repensar as estruturas de exploração da matéria prima com maneiras "aceitáveis".

É constituindo um olhar de uma sociedade pela lente cultural que identificamos as suas contribuições para além de fronteiras terrestres, pois na natureza as fronteiras não existem, o que há são diversificações de ambientes. E cada diversidade traz consigo características singulares, que um gestor ambiental, competente em sua atuação reconhecera como valor intrínseco para o presente e o futuro na preservação/manutenção/equilíbrio do ecossistema.

Tocando com um "som harmônico" a consideração final, traz se mais uma imagem que articula o que o presente texto esteve a trabalhar no entendimento da área/gestão ambiental, sua cronologia, e o modo de vida especialmente o Ocidental, bem como em "feridas" sociais, para balizar questionamentos, e consequentemente explicitar as dimensões entre homem-natureza.

Fonte: https://blog.ipog.edu.br/gestao-e-negocios/saiba-porque-voce-precisa-se-especializar-em-gestao-ambiental/

Assim a imagem acima nos deixa um aprendizado impar, entre homem/natureza/educação, e claro o ato de repensar atitudes da vida, pelas ações particulares e coletivas, bem como o direcionamento de uma gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários a Prática Educativa**. Editora Paz e Terra. São Paulo-SP, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro-RJ, 1974.

MESZÁROS, Istvan. **A Educação Para Além do Capital**. 2º Edição editora Boitempo. São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização do Pensamento Único a Consciência Universal.** 12º edição, editora Record. Rio de Janeiro, 2005.

LARAIA, Roque de Barros**. Cultura um Conceito Antropológico**. 18 edição, editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro-RJ, 2005.

https://blog.ipog.edu.br/gestao-e-negocios/saiba-porque-voce-precisa-se-especializar-em-gestao-ambiental/ Acesso em 07/04/2019 ás 14h20minh.

Ruppenthal, Janis Elisa. **Gestão ambiental.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2014.

https://amaresocioambiental.blogspot.com/2014/12/conscientizacao-ambiental.html Acesso em 03/04/2019 ás 18h05minh.

GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E MINIMIZAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL PELA INDUSTRIA FARMACÊUTICA X

Alves, Elizangela Pimentel

RESUMO
A temática acerca dos resíduos sólidos produzidos pelos serviços de saúde, em especial a farmacêutica, representa um problema globalizado. Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo saber quais os resíduos gerados; como são descartados e a importância do gerenciamento dos mesmos pela empresa farmacêutica, afim de privilegiar tanto o desenvolvimento econômico quanto o ambiental e social, para que dessa maneira outras possam tomar como exemplo, para que seja amenizado impactos causados a natureza. A metodologia deste trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica e estudo de coleta de dados, de cunho descritivo, na qual foi obtido os resultados através da aplicação de questionário, respondido por um representante da Indústria Farmacêutica X, para que pudesse ser identificado aspectos importantes para a pesquisa em questão. No estudo de caso foram analisados qual o procedimento a instituição utiliza para o gerenciamento de resíduos e qual projeto administrativo é usado para minimizar o impacto do descarte dos resíduos. Foi possível identificar a conscientização em relação ao meio ambiente e a prevenção de riscos durante os procedimentos e descartes dos resíduos sólidos durante a fabricação dos medicamentos tendo como base tanto a saúde pública quanto o combate ao desperdício.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de Gerenciamento de Resíduos. Meio Ambiente. Sociedade. Disposição Final de Resíduos.

No período de 1890 e 1950 iniciou-se o desenvolvimento da indústria farmacêutica no Brasil, a partir desses anos o número de medicamentos produzidos tendeu a aumentar cada vez mais. A participação das empresas brasileiras no mercado farmacêutico aumentou de 33,8% para 41,6% em 2007 e 50% em 2012 (CNQ-CUT, 2015).

A este respeito, com a crescente ampliação na área farmacêutica as indústrias vêm evoluindo, e para satisfazerem os consumidores viraram responsáveis por gerar uma grande parte de resíduos sólidos, podendo ocasionar sérios riscos à saúde humana e ambiental, sendo muitas vezes irrevogáveis. Por estas razões, percebe-se a importância de um estudo mais detalhado sobre o plano de gerenciamento, tratamento e descarte dos resíduos farmacêuticos.

Antes do início da revolução industrial, os resíduos sólidos não eram considerados como um tema importante para a sociedade e o meio ambiente, pois a maioria dos resíduos eram orgânicos e se decompunham naturalmente no meio ambiente. Contudo, principalmente, no decorrer do

Século XX, o enorme crescimento da população, a urbanização e o desenvolvimento econômico, alterou significativamente o estilo de vida das pessoas e os modos de produção, aumentando o consumo e por sua vez, a variedade e a quantidade dos produtos. Esses resíduos sólidos passaram a gerar uma preocupação devido ao grande volume de materiais que poderiam ser reaproveitados e estavam sendo destinados de maneira imprópria (SENA, 2013).

Tendo em vista questões relacionadas com a produção de remédios e impacto ambiental, as empresas iniciaram a destinação correta do lixo, por medo de sofrerem uma queda de lucro caso suas reputações fossem perdidas.

Dessa maneira, foram surgindo alternativas para que empresas pudessem mudar seu comportamento e se comprometessem na constante busca por um melhor manuseio dos resíduos sólidos gerados por elas, viabilizando com isso, um ambiente mais saudável e adequado para todos os seres vivos.

Nessa perspectiva desde o início da década de 90 órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, vêm empregando esforços no sentido da correta gestão, do correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e da responsabilização do gerador. Um marco deste esforço foi a publicação da Resolução CONAMA no 005/93, que definiu a obrigatoriedade de os serviços de saúde elaborarem o Plano de Gerenciamento de seus resíduos. Este esforço se reflete, na atualidade, com as publicações da RDC ANVISA no 306/04 e CONAMA no 358/05 (Brasil, 2006).

Diante da complexa situação de auxiliar o crescimento do consumo de medicamentos e meio ambiente tornou-se indispensável a criação de leis para averiguar desde a produção ao destino final dos resíduos sólidos gerados por indústrias farmacêuticas, afim de amenizar impactos ambientais e sociais.

Em 2 de agosto de 2010, foi criada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) Lei n. 12.305/2010, onde estão sujeitos a penalidades quem a descumprir, abragendo "geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo" (BRASIL, 2012).

Neste sentido, cabe ressaltar que os resíduos industriais farmacêuticos estão inseridos dentro da problemática, merecendo uma atenção especial, com intuito de buscar alternativas para dar o destino final adequado aos resíduos gerados ao meio ambiente. Esses resíduos estão vigentes pela legislação ambiental que, através de medidas, previnem a contaminação do meio ambiente e produtos, diminuem tarifas relacionadas ao sistema de produção, reduzem a geração de resíduos, e conscientizam as pessoas sobre a importância de medidas corretas dos resíduos (MACÊDO, 2002).

Dentro deste contexto, a indústria deve buscar a redução da geração de seus resíduos por meio da adoção das melhores práticas tecnológicas e organizacionais disponíveis, ou seja, a situação atual impulsiona empresas a assumirem uma postura ativa com relação a preservação ambiental. Esses resíduos produzidos seguem etapas importantes, no qual devem ser adequadamente coletados, acondicionados, armazenados, transportados, tratados e encaminhados à adequada disposição pela empresa (BRASIL, 2011).

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo saber quais os resíduos gerados no processo produtivo dos medicamentos; como são descartados e a importância do gerenciamento dos mesmos pela empresa farmacêutica, verificando o impacto causado com o meio ambiente, considerando o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, o tratamento e o descarte dos resíduos farmacêuticos.

Para o desenvolvimento do estudo de caso utilizando-se do método descritivo, foi aplicado um questionário contendo 5 questões abertas na Indústria Farmacêutica X, da cidade de Floriano-Piauí.

O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação do efeitos resultantes (Perovano, 2014).

A fim de situar o leitor acerca do tema abordado, será apresentado uma breve fundamentação teórica com os eventos marcantes que contribuíram para a construção de um planejamento de descarte de lixo adequado para empresas que fabricam medicamentos. Em seguida, o desenvolvimento com os resultados e por fim, serão apresentadas algumas considerações finais.

A descrição geral da indústria pesquisada pode ser visualizada no Quadro 1, onde contém informações como: ano de criação, localização, número de colaboradores e número de representantes no território brasileiro.

Quadro 1- Informações Gerais da Empresa

Industria Farmacêutica X
- Ano de Criação: 1911 - Localização: Bosque Santa Teresinha - N° de Colaboradores: 300 - N° de Representantes: 31

Fonte: Dados da própria autora,2019.

Contudo, para haver uma maior reflexão acerca do tema abordado, faz-se necessário aprofundá-lo através de enfoques históricos.

Toda a história dos seres humanos mostra o relacionamento entre o homem e a natureza, bem como suas expectativas em relação a ela. Assim, a ação para com o meio ambiente vem se tornando cada dia mais insustentável e destrutiva. Pois,

> A crença de que a natureza existe para servir o ser humano contribuiu para o estado de degradação ambiental que hoje se observa. Entretanto, certamente foi o aumento da escala de produção e consumo que provocou os problemas ambientais que hoje conhecemos (BARBIERI, J. C., 2016, pag. 18).

Embora a inovação tecnológica permita alcançar a melhoria no bem-estar social e econômico. O consumo em massa, a produção ilimitada e a concepção errônea de que a natureza era infinita e de que poderia recuperar-se rapidamente, que a humanidade começou a explorá-la disparadamente.

Dessa forma, Pádua (2004, p. 28) afirma que "a ação humana possui um enorme potencial desequilibrador, ameaçando, muitas vezes, a própria permanência dos sistemas naturais".

Nenhum ser vive sozinho, porém, a produção de lixos que não são recicláveis compromete a existência do meio vivo e não vivo, contribuindo com a desarmonia no meio ambiente.

A degradação ambiental ganhou amplitude na Revolução Industrial, com a modificação na produção de mercadorias. Tendo consequências evidentes, como a contaminação da água e do solo, além de multiplicar gases de efeito estufa na atmosfera. Carvalho (2003) descreve que a tecnologia trazida por essa revolução gerou bens industriais numa brevidade de tempo antes impensáveis, prejudicando a sanidade ambiental.

Nesse contexto, o setor industrial passou a ser uma das grandes geradoras de resíduos sólidos. Tais resíduos são oriundos das atividades humanas, chamados normalmente de lixo.

Ao passar dos anos sentiu-se a necessidade de criar formas que amenizassem o impacto do lixo na natureza, pois no final da década de 1960, constatou-se de que os resíduos eram uma fonte de degradação do meio ambiente, considerando tal problemática como uma questão ambiental (EIGENHEER,2009).

Em busca de equilibrar o sistema econômico corrente e a sustentabilidade, a sociedade adotou práticas de gestão de resíduos, tais como reaproveitamento quando possível de alguns produtos, como matéria prima para a fabricação de outros.

Não sabe ao certo quando se teve início o gerenciamento de resíduos, porém registros no ano 2.000 a.c., o indicam na cidade de Mahenjo-Daro, no Vale Indu (SEADON,2006).

Um dos marcos fundamentais para o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU), no Brasil, foi a Conferência do Rio em 1992, por impulsionar a discussão sobre sustentabilidade e o lançamento do Fórum Nacional do Lixo e Cidadania que ocorreu no final da década de 1990.

Portanto, visto que o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deveria estar presente em todas as empresas, foi elaborado a Lei 12.305/2010 para que impactos causados fossem atenuados. A referida Lei dispõe em seu Art. 1º:

> sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis(BRASIL, 2012, p. 9).

A esse respeito, para que as empresas não tivessem dúvida quanto ao descarte correto dos lixos gerados por elas, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS classificou os resíduos em seu art. 13 da lei, no qual quanto á I origem: "resíduos industriais: gerados em processos produtivos e instalações industriais" e quanto ao II nível de periculosidade eles se encaixam nos resíduos perigosos:

> "aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica" (BRASIL, 2012, p. 16).

Tão importante quanto criar a referida lei é executá-la, pois o tratamento do lixo quando aplicado, diminui a contaminação gerada pelos resíduos dispostos em aterro industrial e em aterro sanitário.

Em relação as indústrias farmacêuticas, Ribeiro (2000) afirma, que o Estado brasileiro teve uma grande participação no seu desenvolvimento ao fornecer e incentivar recursos necessários para alguns dos primeiros laboratórios, contribuindo assim, para a formação dos primeiros cientistas, progredindo como consequência, os planos de saúde pública, produção de soros, vacinas e medicamentos, por parte de empresas pioneiras.

Segundo Teixeira (2014, p.10), o destaque no cenário mundial da indústria farmacêutica no Brasil se deve:

> ao investimento recente feito pelas empresas locais, que adquiriram capacitações no segmento de genéricos utilizando técnicas como a engenharia reversa e, baseadas nessas imitações, muitas delas passaram a desenvolver seus próprios medicamentos, mesmo que num ritmo pouco acelerado (TEXEIRA, 2014, pag. 10).

Verificado que elas se iniciaram através de investimentos e que adotam diferentes estratégias de expansão ao longo dos anos, as mesmas estão presentes em praticamente todo o seu território.

Dessa forma, o parque industrial brasileiro começou por produzir medicamentos naturais que tiveram sua redução, após a descoberta e emprego industrial da síntese orgânica na Europa (CAMPOS et al ,2001).

Diante dos fatos, Carvalho (2006) definiu que "um medicamento é caracterizado por sua composição ou fórmula e forma farmacêutica de dosagem e administração".

Todavia, Campos et al (2001), classifica os produtos farmacêuticos em quatro grandes categorias:

> **novas moléculas**- conhecidos como os princípios ativos, aquelas matérias-primas responsáveis pela ação terapêutica; **produtos de prescrição médica** – dependem quase exclusivamente da prescrição de médicos para que sejam comercializados; **produtos OTC (over the counter)** – a tradução literal da expressão OTC seria "sobre o balcão", que em verdade representa toda a classe de produtos farmacêuticos que pode ser comercializada sem a necessidade de apresentação 65 de receita médica**; produtos genéricos** – são produtos que não possuem marca, são identificados pelo nome da substância ou princípio ativo e sua empregabilidade só se faz autorizada após o término do prazo de vigência da patente do medicamento referência ou de marca (CAMPOS ET AL, 2001).

Os produtos OCT (*over the counter*), no Brasil são regulamentados pela portaria 2/95, que relaciona 19 categorias terapêuticas autorizadas para comercialização. Entre eles estão os analgésicos, vitaminas, antiácidos, sabonetes medicinais, e produtos para redução dos sintomas da gripe e resfriados (Campos et al, 2001).

Para Frenkel (2001), na indústria farmacêutica os medicamentos podem ser divididos em três categorias, os medicamentos éticos, não éticos e os genéricos. Onde os éticos são aqueles que só podem ser utilizados sob prescrição médica, sendo divididos entre medicamentos de marca e medicamentos similares.

Com as afirmativas acima, verificou-se que existem uma variedade de remédios, que podem ser consumidos dependendo da necessidade de quem o precisa. É sabido que os mais usados são os analgésicos, anti-inflamatório, controle para diabetes, entre outros.

Em 2017, o mercado farmacêutico brasileiro movimentou aproximadamente 69,5 bilhões de reais, o que representou um crescimento (em valores nominais) de 9,4% ao compararmos com o ano de 2016. No total, 214 empresas comercializaram 6.587 diferentes produtos, os quais contemplam 1.794 princípios ativos ou associações de princípios ativos distintos (ANVISA, 2018).

Dessa forma, para que essa quantidade de produtos utilizados e descartados não impactassem tanto a natureza, a Anvisa (2018) regulamentou as boas práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a mesma não se aplica a fontes radioativas seladas e às indústrias de produtos sob vigilância sanitária.

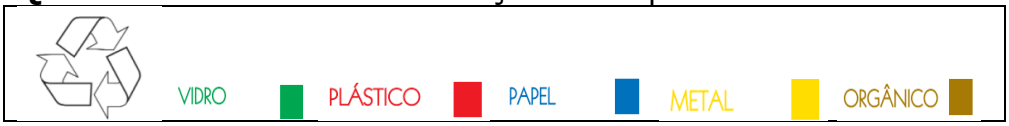
Contudo, o consumo de medicamentos tem se tornado indispensável no dia a dia das pessoas. Por isso, com base no exposto acima nota-se que

quando mais for produzido e consumido, mais lixo também terá que ser manejado de forma correta.
Portanto, é evidente a real importância de ser trabalhado o plano de gerenciamento de resíduos nas empresas e o quanto pode ajudar na minimização dos impactos ambientais de maneira eficaz fazendo uma enorme diferença no mundo em que vivemos, levando enfim a condição de sustentabilidade.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

A Lei 12.305 em seu Art. 25, responsabiliza o poder público, o setor empresarial e a coletividade, o efetivo cumprimento de ações voltadas para Política Nacional de Resíduos Sólidos, das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta lei e em seu regulamento (Brasil,2012).
Quando questionado sobre a relevância do gerenciamento de resíduos para a indústria farmacêutica X?
"Alta, muito importante. "
Visto que o gerenciamento de resíduos é um processo que integra empresas ao meio ambiente, partindo de práticas cotidianas na fabricação e descarte de seus produtos, que procuram sempre desenvolver ações que possam ajudar na sua relação ativa com o meio natural e social, num ato de sustentabilidade, este fato se dá a todas as empresas, seja ela qual for, que dedicam sua atenção aos seres vivos de modo geral.
Assim, com relação a gestão ambiental na indústria foi possível perceber seu comprometimento em proteger tanto os profissionais que ali trabalham quanto a preservação da saúde pública e ambiental. Isso ocorre devido as legislações estarem cada vez mais rígidas aos geradores de poluição, aumentando suas responsabilidades.
No que se refere ao plano de gerenciamento, foi respondido:
" segregar, separar, reutilizar, reciclar, tratar e incinerar. "
Baseada na resolução CONAMA nº 275/01, quando adotada a reciclagem, sua identificação deve ser feita nos recipientes e abrigos de guarda de recipientes através de códigos de cores e suas nomeações correspondentes, além de se utilizar símbolos de tipo de material reciclável (Brasil,2006). Podendo ser observado no quadro 3.

Quadro 3. Cores e suas nomeações dos tipos de materiais recicláveis



Fonte: Brasil, 2006.

Verifica-se também a etapa segregar, que possui sua importância por separar inicialmente os diferentes tipos de lixo, para fazer o tratamento de acordo com sua especificidade. Toda empresa que objetiva destinar corretamente seus resíduos produzidos executa esta etapa.

Ao questionar a indústria sobre o projeto administrativo usado para minimizar o impacto do descarte dos resíduos sólidos para com o meio ambiente e a sociedade, obtivemos a seguinte resposta:
" reciclagem, reuso, segregação, reintegração, treinamento contínuos, incineração. "
Este gerenciamento de resíduos melhora a qualidade do descarte desse tipo de lixo quando bem implantada. Diante da informação é notório a presença do princípio dos 3Rs que foi apresentado na Agenda 21 implantando uma eficiente coleta seletiva.
De acordo com a resposta, a indústria diz "treinamento contínuos". Dessa forma, é possível identificar o controle do manuseio na gestão de resíduos, cabendo ressaltar que é dever da empresa disponibilizar os equipamentos de proteção. Os treinamentos são feitos para que aja organização, cuidado e responsabilidade, afim de garantir a proteção do empregado na hora do manuseio de tais resíduos.

RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS FARMACÊUTICOS

A presença de fármacos no meio ambiente tornou-se notório diante de seus respectivos efeitos à saúde e à natureza, pois a destinação inadequada de dejeto aos resíduos gerados nos processos de produção industrial gera contaminação.
Segundo Barbieri (2016), existem três segmentos que foram criados com o objetivo de proteger o meio ambiente, tais como:(1) materiais para controle, prevenção e recuperação da natureza; (2) venda de materiais recuperados e geração de energia de fonte consideradas ambientalmente limpas; e (3) serviços propriamente ditos.
No segmento 3, é citado a gestão de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas. Verificando mais uma vez a importância de um gerenciamento de resíduos nas industrias para amenizar os impactos ambientais.
De acordo com Moretto (2006), os principais resíduos sólidos gerados por indústrias farmacêuticas são (Quadro 4):

Quadro 4. Resíduos sólidos farmacêuticos.

Descrição do Resíduos	**Origem**	**Constituição**
Produtos farmacêuticos impróprios para consumo	Produtos fora de especificação, amostras de retenção, sobras de análise, materiais para testes e produtos fora de validade.	Formulações diversas.
Materiais de embalagem (**requerem descaracterização e/ou**	Embalagens vazias, fora da especificação, materiais utilizados em testes.	Tubos, frascos, cartuchos, blísteres, sacos, tambores, barricas,

descontaminação)		garrafas, latas baldes, estojos, ampolas.
Sais e óxidos inorgânicos	Insumos, excipientes e materiais auxiliares fora de especificação, amostras de retenção, reagentes e sobras de análise, materiais para testes e materiais fora de validade.	Sais e óxidos de metais diversos, inclusive de metais pesados.
Substâncias orgânicas sólidas	Insumos, excipientes e materiais auxiliares fora de especificação, amostras de retenção, sobras de análise, materiais para testes e materiais fora de validade.	Substâncias orgânicas diversas, inclusive agroquímicas e matérias primas naturais
Sucata de plástico	Coleta seletiva de materiais recicláveis.	PE, PP, PVC, entre outros
Sucata de vidro	Coleta seletiva de materiais recicláveis	Vidro
Sucata de ferro	Coleta seletiva de materiais recicláveis.	Ferro, aço-carbono.
Sucata de outros materiais	Coleta seletiva de materiais recicláveis.	Cobre, alumínio, aço inox.
Sucata de papel	Coleta seletiva de materiais recicláveis.	Papel, papelão.
Sucata de madeira	Coleta seletiva de materiais recicláveis.	Pallets de madeira.
Lodo de estações de tratamento	Tratamento biológico e/ou físico químico de efluentes.	Lodo biológico.
Lâmpadas fluorescentes	Troca de lâmpadas queimadas e defeituosas.	Vidro, vapor de mercúrio, partes metálicas.
DESCRIÇÃO DO RESÍDUO	**ORIGEM**	**CONSTITUIÇÃO**
Óleo lubrificante usado	Troca de óleo de máquinas e equipamentos.	Óleo lubrificante.
Resíduos Comuns	Cozinha, refeitório, banheiros e jardinagem	Resíduos com característica de lixo domiciliar.
Entulho de obra	Reformas e construções.	Fragmentos de alvenaria.

Pilhas e baterias	Troca de pilhas e baterias ao fim de vida útil.	Metais pesados, soluções corrosivas.
Filtros usados	Troca de elementos filtrantes após a manutenção.	Fibras de celulose ou materiais sintéticos contaminados.
Sucata eletrônicas	Manutenção de hardware e substituição de partes e peças de informática.	Materiais sintéticos partes metálicas

Fonte: Febrafarma, 2006

De acordo com as informações observadas no quadro acima, são encontrados aos mais variados tipos, desde papeis a materiais sintéticos. Na Indústria X os resíduos gerados são "Químicos e Biológicos". A mesma explica que a forma do descarte é feita: "Descarte por incineração".

Os resíduos químicos dependendo de suas características oferecem risco ao meio ambiente e a saúde pública, antes de serem descartados deve-se analisar a inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Já os resíduos biológicos são materiais que contêm produtos biológicos provenientes do contato com fluídos corporais, ou seja, podem ser microrganismos como vírus, bactérias e fungos, organismos vivos ou partes deles.

Estes dois de acordo com a resposta são incinerados. Tal prática é aceita pela Anvisa (2018), por afirmar que devem ser destinados para incineração ou outra destinação licenciada pelo órgão ambiental competente.

Ao ser questionada sobre como é evitado o desperdício de medicamentos e substâncias usadas para fabricação dos mesmos, obtivemos a seguinte resposta: "através de implantação e padronização de processos e treinamento contínuo dos colaboradores, melhoris continua dos processos e modernização dos equipamentos".

Constatamos a preocupação da indústria em adaptar-se rumo às condições favoráveis para ela e para o meio ambiente. Reconhecendo a importância de treinamento contínuos, obtendo vantagens no mercado consumidor.

De acordo com as respostas expostas a Indústria Farmacêutica X, se mostra satisfeita com o seu desempenho por atender as leis que foram vigentes. Contribuindo para a melhoria de um futuro melhor, sustentável e agradável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado obtido na pesquisa permite que se afirme que todo o notável progresso de indústrias farmacêuticas se dera principalmente pela descoberta de medicamentos cada vez mais eficazes, agindo diretamente

no alivio de dores e cura de doenças especificas. Esse desempenho fez com que a humanidade criasse mais esperança em relação a expectativa de vida com a saúde em seu melhor estado.
Por isso, não é uma surpresa que as indústrias visando lucro e ao mesmo melhoria de vida buscou através de planejamentos administrarem o lixo produzido de maneira adequada para que continuem em alta não só no presente, mais também no futuro, preservando as gerações que viram de mundo sem natureza.
Por fim, as leis auxiliam no controle de resíduos sólidos e ao mesmo tempo promove o gerenciamento, zelando pela destinação final apropriada. Pois, embora o progresso seja inevitável é preciso equilibrar o crescimento populacional e os impactos ambientais decorrentes da geração de resíduos.

REFERÊNCIAS

Anvisa. **Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico 2017/** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2018. 28p. Disponível: http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/3413536/Anu%C3%A1rio+Estat%C3%ADstico+do+Mercado+Farmac%C3%AAutico+-+2017/3179a522-1af4-4b4c-8014 cc25a90fb5a7, acessado em: 28/12/2018.

Anvisa. **Resolução Da Diretoria Colegiada - Rdc Nº 222, De 28 De Março /** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2018. 32p.
BARBIERI, JOSÉ CARLOS. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**/ José Carlos Barbieri.- 4. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. 312p.

Brasil. [Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010]. **Política nacional de resíduos sólidos** [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.73 p. – (Série legislação; n. 81)

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde** / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 25: **Resíduos Industriais.** Brasília, DF, 2011.

CAMPOS, et al. **A Indústria Farmacêutica no Brasil.** PUC-Rio – Certificação digital Nº 0124963/CA.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **O que é Direito Ambiental:** Dos Descaminhos da Casa à Harmonia da Nave. Florianópolis: Habitus, 2003.
FRENKEL, J. O Mercado Farmacêutico Brasileiro: a sua evolução recente, mercados e preços. UNICAMP/ IE 2001.

MACÊDO, Jorge Antônio Barros. **Formação de Trihalometanos em Soluções Sanificantes Utilizadas no Processo de Desinfecção de Indústrias de Alimentação.**
Revista Técnica da Sanepar, Paraná, v. 17, n.17, p. 31-48, jun. 2002.
MORETTO, Lauro Domingos; Júnior Nelson dos Santos. **Gerenciamento da produção para farmacêuticos.** 1ª ed. São Paulo: Febrafarma, 2006.

PÀDUA, José Augusto; LAGO, Antônio. **O que é ecologia.** Editora brasiliense: Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 2004.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** Paraná: Editora Juruá, 2014

SALES, Taíssa Dias. **A importância do gerenciamento dos resíduos sólidos farmacêuticos. /** 13ª Edição nº 013 vol. 01/2017/ Publicação da revista Especialize on-line IPOG (Instituto de pós-graduação). Disponível em: https://www.google.com/search?q= A+import%C3%A2ncia+do+ gerenciamento+dos+res%C3%ADduos+s%C3%B3lidos+farmac%C3%AA uticos.&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab, acesso 05/12/2018.

SENA, Thiago. **Levantamento dos Resíduos Sólidos Gerados em uma Empresa de Refino de Petróleo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária), Universidade Federal de Pelotas, RS, 2013.

Publicação da CNQ-CUT (Confederação Nacional do Ramo Químico) www.cnq.org.br**/**imprensa@cnq.org.br 2015**.** Disponível em: http://cnq.org.br/system/uplads/publication/9aee2f902857d5d6467b924555af8983/file/panoramaindustriafarmaceutica-b.pdf . Acesso em 03 de fevereiro 2019.

SENADO FEDERAL. **Agenda 21** - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3.ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições, 2001. 598 p

TEIXEIRA, Angélica. **A Indústria Farmacêutica no Brasil: um estudo do impacto socioeconômico dos medicamentos genéricos**.2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelada em ciências econômicas) Faculdade de Ciências e Letras Unesp/Araraquara- São Paulo, 2014.

ANEXO

Questionário

1- Quais os resíduos sólidos gerados pela empresa e qual a forma de descarte dos mesmos?
2- Qual a relevância do gerenciamento de resíduos para a Indústria?
3- Que projeto administrativo é usado para minimizar o impacto do descarte dos resíduos para com o meio ambiente e a sociedade?
4- Como a empresa evita o desperdício de medicamentos e substancias usadas para fazer os mesmos?
5- Qual o plano de gerenciamento de resíduos da empresa?

O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ENSINO DE MATEMATICA: UM ESTUDO EXPERIMENTAL

Jean, Evren Ney da Silva

RESUMO
Este trabalho intencionou saber como o uso da Tecnologia Assistiva consolidou e oportunizou a construção e reconstrução de conceitos básicos da matemática por meio de atividades experimentais em uma sala de recursos multifuncionais. Teve como objetivo geral investigar os processos de apropriação do conhecimento pelos alunos, utilizando a Tecnologia Assistiva para a inclusão escolar e aprendizado de conceitos básicos de Matemática por alunos com deficiência visual por meio de atividades experimentais. Sua ancoragem teórica apoia-se nos estudos sobre ensino, pesquisa e formação para o atendimento educacional no processo de ensino-aprendizagem, conforme cita: Martins (2013), Sganzerla e Geller (2014), Ribeiro e Nolêto (2016), Anjos e Moretti (2017). A metodologia utilizada constituiu-se dentro da abordagem qualitativa, na modalidade da pesquisa-ação crítico-colaborativa de acordo com a compreensão de Ghedin e Franco (2011), envolvendo estudantes do Ensino Médio de uma escola da rede estadual de ensino que atuaram como agentes multiplicadores no uso da Tecnologia Assistiva junto aos estudantes deficientes visuais da rede estadual do município de Itacoatiara-AM em um projeto de iniciação científica financiado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM. Dentre os resultados alcançados em termos da consolidação, a sala de recursos multifuncionais e o atendimento prestado nela tem se constituído como um espaço formativo de empoderamento dos deficientes visuais e alunos do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino. Em termos de oportunidades possibilitou a apropriação de conhecimentos pelos alunos por meio da construção e reconstrução de conceitos básicos de matemática.

PALAVRAS CHAVE: Tecnologia Assistiva. Deficiente visual. Espaço Formativo.

A matemática é entendida pelos alunos como uma disciplina muito abstrata e sua prática na educação básica gera um grande número de informações que normalmente são compreendidos por meio da visão. Como exemplo tem-se a aritmética, álgebra, geometria plana, espacial e analítica. É perceptível que os estudantes já encontram grandes dificuldade na compreensão destas temáticas no cotidiano escolar, quanto mais para um aluno com deficiência visual.
Para o Ministério da Educação (2003) a deficiência visual é compreendida como a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor e após a melhor correção ótica, manifestando-se por meio da cegueira – representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão e, baixa visão –

trata-se de resíduo visual que permite ao estudante ler textos impressos, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.
Para Benite et al, (2016) a compreensão de atividades dessa natureza são consideradas problemáticas para os deficientes visuais por utilizarem, geralmente, a visão como ferramenta para coleta de dados, assim sendo, a Tecnologia Assistiva pode ser considerada um meio de acessibilidade que pode neutralizar as barreiras originadas da deficiência, proporcionando mais autonomia para o desenvolvimento desses estudantes.
A Tecnologia Assistiva segundo a Fundação Dorina Nowill é um termo ainda novo, utilizado para identificar recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou potencializar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, permitir que essas pessoas tenham uma vida independente, ou seja, "para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis". RADABAUGH, (1993) apud (GALVÃO FILHO & MIRANDA, 2011, p. 7).
Para tanto, é possível encontrar também o conceito da Tecnologia Assistiva de acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT aprovado, em 14 de dezembro de 2007
É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, CAT, SDHPR. – 2007).

Além disso, a Tecnologia Assistiva é organizada segundo o Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inovação (NTAAI) da Universidade de Brasília (UnB) em onze classificações que vai de auxílios para a vida diária, comunicação aumentativa e alternativa (CAA), recursos de acessibilidade ao computador, sistemas de controle de ambiente, projetos arquitetônicos para acessibilidade, órteses e próteses, adequação postural, auxílios de mobilidade, auxílios para cegos ou com visão subnormal, auxílios para surdos ou com déficit auditivo, adaptações em veículos.
Sem dúvida, é por meio da tecnologia Assistiva que se tem o instrumento fundamental e eficaz na construção e participação de atividades pelos alunos com algum tipo de necessidades especiais, seja em casa, na escola, no trabalho ou em qualquer outro ambiente (GALVÃO FILHO, 2009).
Neste contexto, é perceptível que a inclusão na perspectiva da educação inclusiva está mais presente no ambiente escolar, sendo definida como uma modalidade de educação transversal a todos os níveis da educação uma vez que "o desenvolvimento inclusivo das escolas assume a

centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, em igualdade de condições" (NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010).

No entanto, Ribeiro & Nolêto (2016) corroboram ao afirmarem que a grande maioria das pessoas e, até mesmo dos professores não se sentem preparados e/ou capacitados para lidar com esse novo grupo de alunos que estão mais presente na escola, estudantes estes, que travam suas lutas diárias, necessitado de estímulos educacionais para avançar significativamente no processo escolar e, também, na interação com as demais pessoas dentro e fora da escola.

Do mesmo modo, no ensino e aprendizagem da Matemática para os alunos deficientes visuais não é diferente, é extremamente importante que haja capacitações para os professores para que de fato se tenha uma base para a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular. Sganzerla & Geller (2014) complementam ao reconhecer a necessidade do uso de algumas tecnologias, como, por exemplo, leitores de tela, material concreto, instrumentos de ensino de matemática, como meio de ensino de conceitos matemáticos para os alunos com deficiência visual na perspectiva da educação inclusiva.

Anjos & Moretti (2017) ao realizarem um levantamento e estudos a respeito das pesquisas de ensino e aprendizagem em matemática para estudantes com deficiência visual contribuem ao anunciar que já existe uma preocupação documentada em atender os estudantes com deficiência na rede regular em classes comuns, mesmo que desconhecidas às possibilidades e limitações do ensino e da aprendizagem deste grupo de aluno.

Uma vez que as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução nº 04/2009) estabelece como prioridade a obrigatoriedade da matrícula de alunos com deficiência na escola comum do ensino regular e a formação de professores. Apesar da obrigatoriedade, existem poucas oportunidades de formação continuada na área da educação especial oferecidas aos professores o que muitas das vezes leva o profissional a custear suas formações que os ajudam a melhorar a prática educativa e a possibilidade de proporcionar novos caminhos para o futuro.

Assim sendo, as Salas de Recursos Multifuncionais – SRMF de acordo com o Decreto Nº 7.611/2011 são espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado pode ser caracterizadas como espaços formativos para professores e alunos por possuírem mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento complementar ou suplementar dos alunos que são público alvo da Educação Especial e que necessitam de atendimento no contraturno escolar de forma não substitutiva à escolarização.

É na SRMF que podem ser desenvolvidas as diferentes complementações ou suplementações curriculares, promovendo as condições para a inclusão dos alunos em todas as atividades da escola, orientando as famílias para a sua participação no processo educacional, participando do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, orientando na elaboração de material didático pedagógico que pôde ser utilizado pelos alunos nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2006).

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas, diferenciam-se do atendimento realizado na sala de aula comum, e não pode caracterizar-se como reforço escolar ou complementação das atividades escolares. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2009).

O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO

É possível perceber que as instituições de ensino na perspectiva da educação inclusiva, ainda estão se comportando de forma tradicio¬nal, observando apenas as limitações e diferenças desse público de alunos que estão a cada dia mais presente nas salas de aula. É imprescindível que todos os integrantes que compõem a Escola, assumam o compromisso e a abracem a inclusão com mais seriedade, faz-se necessário a mudanças de pensamento, de ações, de recursos para que todos possam colaborar com o desenvolvimento intelectual e a autonomia dos alunos com necessidades educacionais especiais (BARROQUEIRO, BARROQUEIRO & DIAS, 2017).

A inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Básica estabelece que as escolas se ajustem as necessidades desses estudantes, criando possibilidades para sua aprendizagem, uma vez que a "ausência da visão é um fenômeno complexo e diverso. As causas da deficiência, o momento e a forma da perda visual (progressiva ou repentina), o contexto psicológico, familiar e social influencia o modo como à pessoa vive sua condição de cegueira" (NUNES & LOMÔNACO, 2010, p. 56).

O que torna o trabalho docente mais desafiador, pois, as Diretrizes curriculares nacionais da educação especial para a educação básica (2013) preconiza a garantia do acesso aos conteúdos básicos e a escolarização dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Para tanto, qual o procedimento ou recurso o professor de matemática de adotar em suas aulas para que de fato possa aconteça a inclusão e aluno com deficiência visual possa acompanhar razoavelmente seus colegas e seja capaz de resolver boa parte das atividades proposta?

Uliana (2013) corrobora ao afirmar, que a pratica e o uso correto de materiais concretos nas aulas de matemática se configura como uma excelente oportunidade para o desenvolvimento intelectual do estudante

com deficiência visual, uma vez que o uso desses materiais manipuláveis possibilita a esse público vivenciar situações corriqueiras que podem enriquecer seu conhecimento e minimizar a abstração nas situações de aprendizagem de conceitos básicos da matemática.

Por outro lado, a falta dos cursos de formação continuada para o atendimento de estudantes com deficiência visual agregado ao pouco tempo disponível dos professores que encaram uma jornada de trabalho de 40 à 60 horas semanais só reforça a crença que esse público tem pouca expectativa quando ao seu aprendizado.

Nunes & Lomônaco (2010) sinalizam que essa crença equivocada que muitos professores têm sobre o aprendizado do deficiente visual os prejudica muito, pois pode influenciar tanto a prática pedagógica docente quanto o desenvolvimento do aluno, o que caracteriza a falta de preparo para se adotar procedimentos educacionais fundamentados na forma de aprender do estudante vidente.

Certamente, cabe ao docente a responsabilidade de receber e integrar o estudante com deficiência visual aos demais alunos de sua sala de aula, criando condições de atendimento que respeite suas especificidades, para que o mesmo possa ter as mesmas condições de acesso ao conhecimento das disciplinas que compõem a matriz curricular de ensino. Neste contexto, faz-se necessário que a classe docente, não aguarde apenas pelas políticas públicas, a oferta de formação contínua para a educação especial, como também deva se comportar como um professor/pesquisador que busca por meio da investigação científica alicerçar sua prática docente.

Pressuposto Metodológico

A metodologia adotada assume-se dentro da abordagem qualitativa, pois, "parte da ideia de que os métodos e as teorias devem ser adequados àquilo que se estuda" (FLICK, 2009, p. 9), partindo da concepção indissolúvel entre o metodológico e o epistemológico citado por Holanda (2006) para perceber que pesquisa de investigação se define epistemologicamente alicerçada no processo de construção do conhecimento, uma vez que a pesquisa abordou a temática Tecnologia Assistiva no ensino da matemática utilizando abordagem transdisciplinar da educação especial. O percurso investigativo foi se caracterizou como pesquisa-ação crítico-colaborativa, pois não se configurou como objeto de estudo apenas do pesquisador (GHEDIN & FRANCO, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa se consolidou com o projeto de iniciação científica do Programa Ciência na Escola – PCE edital 001/2017 no contexto da escola, em uma ação colaborativa com o professor/pesquisador, cinco alunos de iniciação cientifica JR e alunos com deficiência visual do Ensino Médio da rede estadual de ensino, utilizando a SRMF para construir conhecimento científico, socializar seus resultados e promover reflexões sobre a

educação especial e o processo de escolarização matemática dos alunos público alvos da educação especial.
Nesse percurso pôde-se destacar duas etapas consideradas de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa.
Na primeira etapa, os alunos-pesquisadores iniciaram a investigação científica com pesquisas bibliográficas sobre o conceito de deficiência visual, causas e patologias, a inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de matemática, experimentos no ensino de Matemática adaptados para aluno deficiente visual, sua relevância para a aquisição de conhecimento e sua prática no dia a dia.
Para tanto, foi selecionado alguns materiais didático-pedagógico que a sala de recursos da escola possuía. Dentre os materiais, destaca-se: o bloco de base 2, o bloco de base 5, o bloco de base 10, o material dourado, blocos de forma cilíndricas, sólidos geométricos em madeira, coleção de formas geométricas, o geoplano e multiplano.
Nesta perspectiva, iniciou-se o processo de reflexão/pesquisa e formação com todos os integrantes desta investigação, onde a sala de recursos multifuncionais da escola se consolidou como espaço formativo decorrente de uma pratica comunicativa que subsidiou a construção de ações estratégicas para atendimento educacional dos estudantes com necessidades educacionais especiais que se apresentou no contexto de escola como um saber compartilhado.
Nesse período houve a necessidade de uma formação intensiva de duas semanas com os alunos participantes da iniciação científica para a leitura e escrita do código braile, pois, o público atendido foi os deficientes visuais. Das escolas estaduais de Nível Médio do município pôde-se contar com três alunos, dos quais dois eram cegos e uma possuía baixa visão. Dos dois estudantes com cegueira apenas uma sabia ler e escrever em braile, enquanto a que tinha baixa visão possuía glaucoma congênito e a sua mãe estava ciente que ela poderia perder a visão em alguns anos.
O trabalho desenvolvido com os estudantes com deficiência não foi uma tarefa fácil, uma vez que seus familiares já possuíam uma ideia consolidada sobre a inclusão, ora a cobrança era visivelmente constatada nas suas respectivas escolas tanto pelos professores titulares dos alunos quanto pelo professor da sala de recursos.
No entanto, quando se trata do atendimento complementar no contraturno nas salas de recursos multifuncionais o dialogo mudava, pois a infrequência dos estudantes era constante, havia várias justificativa para a ausência dos mesmos no atendimento educacional, o que de certa forma influenciava no seu desenvolvimento e aprendizado.
Outro ponto a ser considerado, foi dificuldade do professor da sala de aula em utilizar os materiais concretos e realizar aulas diferenciadas com os estudantes atendidos pelo projeto, ora trabalhar com esses recursos em salas com quase quarenta alunos é muito complicado, uma vez que a

diversidade da turma é muito grande e não se tem materiais disponíveis para todos os alunos.

Vale ressaltar, que os estudantes com deficiência visual eram avaliados apenas com atividades orais, pois a escola não possuía em seu corpo docente um profissional que pudesse transcrever as atividades em braile ou até mesmo elaborar uma atividade adaptada e ampliada para a aluna com baixa visão.

Assim pôde-se perceber que a educação inclusiva no município ainda não se consolidou, é preciso que tanto os pais quanto os professores abracem a causa e façam valer a educação especial na perspectiva inclusiva para que todos os estudantes que são público alvo possam ter as mesmas condições de acesso e aprendizagem na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tratou de compreender a seguinte questão – quais os processos de apropriação do conhecimento auferidos pelos alunos com deficiência visual, utilizando a Tecnologia Assistiva para o aprendizado de conceitos básicos de Matemática por meio de atividades experimentais.

A investigação demonstrou que a utilização da tecnologia assistiva como recurso pedagógico no processo de aquisição do conhecimento matemático assume grande importância no desenvolvimento e suas relações com a aprendizagem, devendo ser efetivamente utilizada no ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais, pois, existe a necessidade da inserção destas ferramentas que tem em sua utilização uma forma de desenvolver a autonomia do aluno.

Em vista disso, houve também algumas limitações quanto à participação e utilização do uso de alguns recursos da tecnologia assistiva, uma vez que é visível que nem todos os docentes que lecionam o componente curricular matemática dominam com certa maestria alguns recursos adaptados para os estudantes com deficiência visual, como exemplo pode-se citar o kit básico composto pela reglete, prancheta e punção assim como o soroban e o multiplano. Além do mais, percebe-se também, a baixa frequência dos alunos no atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais.

Tendo em vista os aspectos observados, pode-se concluir que o uso da tecnologia assistiva no processo de escolarização matemática possui elementos fundamentais que podem colaborar satisfatoriamente para o desenvolvimento intelectual e autonomia dos alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Daiana Zanelato dos; MORETTIA, Méricles Thadeu. Ensino e Aprendizagem em Matemática para Estudantes Cegos: Pesquisas,

Resultados e Perspectivas. Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática. Londrina, v. 10, n. 1, p. 15-22. jan/abr. de 2017.

BARROQUEIRO, Carlos; BARROQUEIRO, Márcia; DIAS, Rosa. Estratégias de aprendizagem na inclusão de alunos com deficiência visual no desenvolvimento cognitivo da matemática. Saber & educar. Porto, n. 2 3. p. 12-21. 1 sem. de 2 0 1 7.

BENITE et al. Estudos Sobre o uso de Tecnologia Assistiva no Ensino de Química. Em foco: A Experimentação. Itinerarius Reflectionis. Jataí, vol. 12, n. 1, p. 1-12. 2016.

BRASIL, Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. 58p.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE - Comitê de Ajudas Técnicas, 2007. Disponível em: < http://www.infoesp.net/CAT_Reuniao_VII.pdf >. Acesso em: 03 out. de 2018.

BRASIL. NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010. Estabelece as orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 29 de ago. de 2018.

BRASIL. Decreto Nº 7.611/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 29 de ago. de 2018.

BRASIL. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Elaboração: Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 36p.

BRASIL, Resolução nº 4/2009. Institui as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 29 de ago. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542 p.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. Informações do site Fundação Dorina Nowill. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/tecnologia-assistiva/> Acesso em : 03 de out. de 2018.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Tradução: COSTA, Roberto Cataldo. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; MIRANDA, Therezinha Guimarães. Tecnologia Assistiva e paradigmas educacionais: percepção e prática dos professores. Anais da 34ª Reunião Anual da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Natal: ANPEd, 2011.
GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas. 2009. 346f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Bahia.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de método na construção da pesquisa em educação, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.

HOLANDA, Adriano. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. Análise Psicológica. Lisboa, v. 24, n. 3, p. 363-372. set/dez. de 2006.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 55-64. Jan/Jun. de 2010.

RIBEIRO, Lys Loanne Mota; NOLÊTO, Iara Maria Cavalcante. Educação inclusiva: oficina de capacitação para acompanhamento a alunos de escolas de atendimento educacional especializado em Floriano-PI. Anais II Congresso Internacional de Educação Inclusiva e II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Campina Grande: II CINTEDI, 2016.

SGANZERLA, Maria Adelina Raupp ; GELLER, Marlise. Contátil: (Re)adaptação do Material Dourado para Deficientes Visuais. RENOTE – Revista Novas Tecnologias na Educação. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 1-10. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/53524>. Acesso em 08 de set. de 2018.

ULIANA, Marcia Rosa. Inclusão de estudantes cegos nas aulas de matemática: a construção de um kit pedagógico. Bolema, Rio Claro (SP), v. 27, n. 46, p. 597-612, ago. de 2013

VAGAS ESPECIAIS DE ESTACIONAMENTO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE - IDOSO E PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO

Gomes, Fabiana Melo de Oliveira [14]

RESUMO

O excesso de veículos que trafega pelos grandes centros urbanos do país tem crescido consideravelmente nas últimas décadas e na cidade de Belo Horizonte não tem sido diferente. Com isso, cresce também a demanda por estacionamento e torna-se comum presenciar veículos estacionados em locais proibidos pela regulamentação, o que implica em inúmeros transtornos para a população. Nos logradouros públicos, as vagas são muito visadas pelo baixo custo ou pela gratuidade e cabe ao setor público gerenciar o uso desses espaços através da regulamentação por sinalização. Um dos desrespeitos mais comuns é o estacionamento em vagas destinadas a idosos e pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. O Código de Trânsito Brasileiro estabelece que uma parte das vagas públicas deve ser destinada a esses, que possuem mobilidade reduzida. Este trabalho constitui uma pesquisa bibliográfica fundamentada no Código de Trânsito Brasileiro e tem o objetivo de identificar a existência de vagas especiais de estacionamento para idosos e pessoas com deficiência em alguns dos principais pontos da cidade de Belo Horizonte, bem como identificar se as vagas foram utilizadas adequadamente.

PALAVRAS-CHAVE: Veículos. Irregularidade. Vagas. Idoso. Deficiência

INTRODUÇÃO

As vagas nas vias são destinadas a espécies de passageiros ou de carga, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB, 1996). Dessas, a de passageiros contempla maior demanda na capital mineira, especialmente automóveis. Assim, as vagas muitas vezes são do tipo rotativas, dando a oportunidade de diversos veículos utilizarem esses espaços. O manual de práticas de estacionamento em Belo Horizonte (2010, p.18) afirma que "a sinalização implantada atenda, no que for possível, às necessidades dos moradores, comerciantes, visitantes e usuários dos imóveis lindeiros em geral". No entanto, a demanda por estacionamento é sempre maior que a oferta e mesmo cientes das penalidades cabíveis, motoristas desrespeitam o Código de Trânsito Brasileiro e estacionam irregularmente, gerando diversos transtornos para as áreas urbanas.

[14] Pós-graduanda em EaD Mobilidade Urbana pelo Instituto Souza. Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais.

De modo a democratizar e otimizar o uso dos espaços na via, o Código de Trânsito Brasileiro, que será tratado como CTB neste trabalho, regulamenta vagas de estacionamento para diversas espécies e categorias de modais e serviços. Entre os tipos de vagas, estão as destinadas aos idosos e pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Para que as vagas disponíveis sejam utilizadas adequadamente, é necessário que haja o cumprimento da lei, assim, é imprescindível a fiscalização por parte dos órgãos competentes.

Em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, o órgão de trânsito do município – BHTRANS – não é autorizado a autuar veículos sendo a Guarda Municipal e a Polícia Militar os órgãos competentes para lavrar os autos de infrações.

Este trabalho constitui uma pesquisa bibliográfica fundamentada no Código de Trânsito Brasileiro e abordará os tipos de estacionamento existentes na capital, as infrações relacionadas ao desrespeito da sinalização, a existência de vagas especiais – idosos e pessoas com deficiência em alguns dos principais pontos administrativos da capital Belo Horizonte, bem como verificará as condições da sinalização horizontal e vertical associada a tais espaços.

TIPOS DE ESTACIONAMENTO

O CTB, Lei Federal nº 9.503 de 23/09/1997, define estacionamento como a imobilização do veículo por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros. O logradouro público é o espaço destinado à circulação, parada ou estacionamento de veículos. A implantação de sinalização de regulamentação de estacionamento é de responsabilidade do órgão ou entidade competente com circunscrição sobre a via, conforme parágrafo 1º do artigo 90 do CTB. Em Belo Horizonte, a BHTRANS é a empresa que regulamenta os diversos tipos de áreas destinadas a estacionamento sendo as principais:

- Estacionamento para carga e descarga;
- Estacionamento para veículos escolares;
- Estacionamento por 10 minutos com pisca-alerta ligado;
- Estacionamento compartilhado – rotativo;
- Estacionamento para táxi;
- Estacionamento para ambulância;
- Estacionamento especial para pessoas com deficiência;
- Estacionamento especial para idosos;

Vagas de carga e descarga são de uso público.Geralmente são implantadas em áreas comerciais e podem ser compartilhadas com outras regulamentações e podem ter horários específicos de modo a evitar ociosidade do espaço.

As vagas para veículos escolares são implantadas próximas às instituições escolares, preferencialmente em frente ao imóvel e visam o embarque e

desembarque de alunos e não o estacionamento do veículo. Podem também ser utilizadas nessas áreas, sinalizações de estacionamento por 10 minutos com pisca- alerta ligado, não restringindo o uso do espaço apenas ao veículo escolar caracterizado. Essas vagas com tempo pré-determinado são comuns também em frente a drogarias e grandes áreas comerciais e podem ser utilizadas por qualquer modal, exceto quando há indicação na sinalização.

O estacionamento compartilhado do tipo rotativo visa democratizar o estacionamento público, sendo exigido o uso de talão pelo tempo máximo estabelecido na regulamentação local. Em áreas com alta demanda de estacionamento, o tempo máximo de permanência é de 1 hora e em áreas com demanda menor, pode chegar a 5 horas.

Prestadores de serviço como motofretistas e taxistas tem direito reservado ao uso da via e as vagas são implantadas em locais de grande movimentação de pessoas.

Ambulâncias também tem espaço reservado na via para estacionamento, e quando em serviço de urgência e devidamente identificadas por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação, de acordo com o CTB, tem prioridade de estacionamento e parada.

As regulamentações de estacionamento destinadas a pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção e idosos visam priorizar o seu deslocamento, proporcionando maior acessibilidade a esses cidadãos. São vagas em locais estratégicos como esquinas, ou próximas a locais de públicos e exigem o uso de credencial que identifique o direito ao uso do espaço reservado. O direto a essas pessoas é previsto pela lei Federal 10.098 / 2000, conhecida como lei da acessibilidade. O artigo 7º prevê que "em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção". Já o artigo 25 do decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 prevê que nos estacionamentos em vias públicas "serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física". (BRASIL, 2004, p.8)

A vaga especial é um direito assegurado por Lei Federal com uso regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). A resolução nº 303 dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas e a resolução nº 304 dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção. Essas resoluções determinam que 5% e 2% do total de vagas do estacionamento regulamentado de uso público sejam destinadas a idosos e portadores de deficiência, respectivamente. A identificação do

uso das vagas é feita através de credencial emitida pelo órgão de trânsito e tem validade em todo território nacional.
A demarcação dessas vagas na via, de acordo com o Manual de práticas de Estacionamento do município de Belo Horizonte, contempla sinalização vertical, sinalização horizontal com marcas viárias e no caso de vagas para pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, rebaixo de meio-fio e rampa de acesso à calçada/pista (Fig.1).

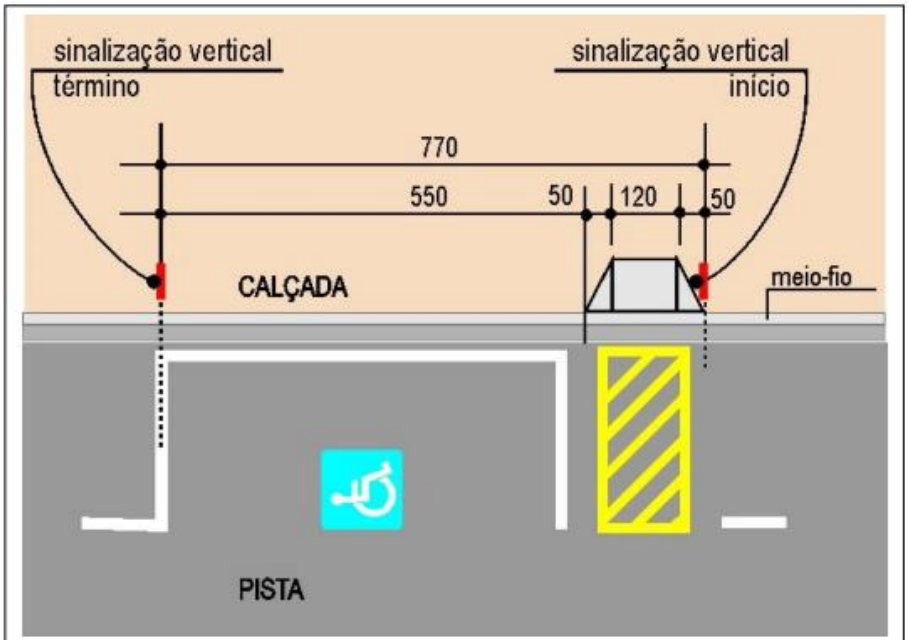


Figura 1 - Demarcação de vagas destinadas a pessoa portadora de deficiência com dificuldade de locomoção.
Fonte : Manual - Práticas de estacionamento em BH.

A sinalização horizontal em cor amarela delimita espaços proibidos para estacionamento e/ou parada; em azul, inscreve o símbolo para pessoa com deficiência e em branco, delimita trechos de pistas destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais.
O desrespeito ao uso de tais vagas, de acordo com o artigo 181 do CTB, é infração gravíssima sujeita à multa de R$ 293,47, sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação e remoção do veículo.

TIPOS DE INFRAÇÕES RELACIONADAS A ESTACIONAMENTO

O desrespeito ao CTB constitui uma infração de trânsito. Toda infração implica em uma penalidade que pode ser uma multa, ou apreensão do veículo, ou suspensão do direito de dirigir. Em alguns casos é aplicada a medida administrativa.
As infrações são classificadas em leves, médias, grave e gravíssima. As medidas administrativas, quando ocorrem, podem implicar em recolhimento do documento de habilitação, retenção do veículo, etc.

Conforme o artigo 259, a cada infração são computados pontos na Carteira Nacional de Habilitação sendo que ao atingir 20 pontos no intervalo de 1 ano, o condutor terá o direito de dirigir suspendo. À infração gravíssima correspondem 7 pontos, à grave, 5 pontos, à média, 4 pontos e à leve, 3 pontos.
No caso de estacionamento irregular, as infrações são citadas no artigo 181 do CTB: estacionar o veículo a menos de cinco metros das esquinas, afastado da guia da calçada, no passeio ou sobre faixa para pedestre ou ciclovia, em frente a garagens, em fila dupla, em ponto de embarque e desembarque de transporte coletivo, na contramão de direção, em desacordo com a sinalização específica, em vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosos sem uso da credencial.

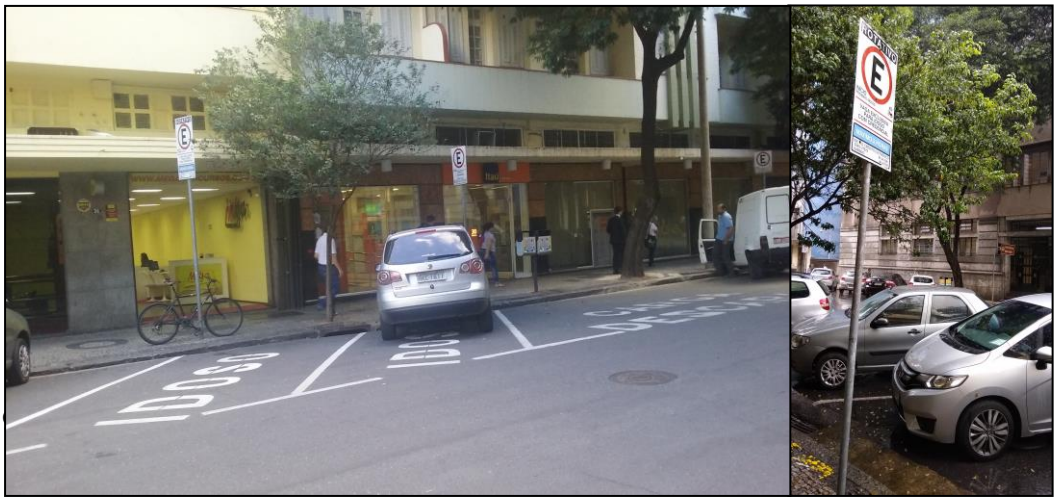
VAGAS ESPECIAIS NA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE

A região central da capital mineira, também chamada de Zona Hipercentral de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (lei nº 7166, de 27 de agosto de 1996), é onde se localizam os principais pontos administrativos como a prefeitura, fórum, teatros, etc. Foram escolhidos alguns desses locais e identificada a existência ou não de vagas destinadas a idosos e pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção, bem como foi avaliado o seu uso:

- Rua Goiás – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – Há duas vagas para pessoas com deficiência em frente a Prefeitura e no lado oposto, duas vagas destinadas a idosos, todas do tipo rotativas com tempo de permanência de 2 horas, conforme figuras 2 e 3.



Figura 2 - Vagas destinadas a pessoas com deficiência na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
Fonte: Arquivo pessoal.

Fi

- Av. Assis Chateaubriand – Teatro Alterosa – Existe uma vaga para pessoa com deficiência em frente ao teatro, sendo vaga não rotativa e não há vaga para idoso (Fig.4).



Figura 4- Vaga destinada a pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção no teatro Alterosa.
Fonte: Arquivo pessoal.

- Rua Paracatu – Fórum Lafayette – Existe uma vaga destinada a idoso com tempo máximo de permanência de 1 hora e uma vaga para portador de necessidades especiais, sem limite de permanência (Figs. 5 e 6).



Figura 5-Vaga destinada a idoso no Fórum Lafayette.
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 6-Vaga destinada a pessoa com deficiência.

Fonte: Google Maps

- Rua Curitiba – Mercado Central – Num dos principais pontos turísticos da cidade, existe uma vaga destinada a pessoa portadora de deficiência com dificuldade de locomoção, sem limite de tempo de permanência. Também existe o rebaixo, que favorece a acessibilidade do cidadão.



Figura 7-Vaga destinada a pessoa com deficiência no mercado central, com rebaixo.
Fonte: Google Maps

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As infrações de trânsito relacionadas a estacionamento geram diversos transtornos para a cidade. Um veículo sem credencial estacionado em vaga de idoso ou de pessoa portadora de deficiência e com dificuldade de locomoção tira o direito daqueles que possuem mobilidade reduzida. Em Belo Horizonte, a aplicação de penalidades às infrações de trânsito é de competência da Guarda Municipal de Trânsito. No entanto, o desrespeito é grande e a falta de fiscalização corrobora as irregularidades.

Na busca de vagas regulamentadas com credencial nos principais pontos administrativos, verificou-se que existem vagas para idosos e pessoa portadora de deficiência com dificuldade de locomoção espalhadas por todo hipercentro. Todas estão regulamentadas através de sinalização vertical. No entanto, a implantação completa com sinalização vertical, horizontal e rebaixo do meio-fio com rampa de acesso foi observada apenas no mercado central, um ponto turístico e comercial muito

conhecido da capital. Nesse mesmo ponto, não foi verificada vaga destinada a idosos.
No Fórum Lafayette, edificação estratégica dos tribunais de justiça, foi encontrada vaga para idoso do tipo rotativa, com uma hora de permanência e vaga para pessoa portadora de deficiência com dificuldade de locomoção sem limite de tempo de permanência. Ambas possuem sinalização horizontal e vertical completa, exceto o rebaixo d meio-fio. No entanto, a pintura encontra-se bem desgastada. Nesse local, foi verificado que as vagas estavam sendo utilizadas por veículos sem a credencial que comprovasse o direito.
No teatro Alterosa, um importante local de lazer e entretenimento da cidade, há apenas uma vaga para pessoa portadora de deficiência com dificuldade de locomoção sinalizada verticalmente; não há rebaixo de meio-fio nem sinalização horizontal. Na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foram identificadas duas vagas de cada, todas sinalizadas verticalmente e horizontalmente, no entanto, sem rebaixos.
Pode-se concluir que a cidade de Belo Horizonte tem implantado vagas especiais em conformidade com a Lei de Acessibilidade, no entanto, percebe-se que ainda há questões a serem melhoradas como a sinalização horizontal. A reserva de tais vagas se torna mais efetiva com a pintura que identifica uso exclusivo do espaço para tal fim. Outra situação, é que em áreas de estacionamento rotativo, as vagas para idosos tem limite de tempo de permanência enquanto nas vagas para pessoa portadora de deficiência com dificuldade de locomoção, não há limite de tempo de permanência. De modo a igualar o direito, seria interessante que o órgão responsável pelo gerenciamento do trânsito revisasse tal diferença. Por fim, uma fiscalização efetiva por parte dos órgãos autuadores seria fundamental para inibir o uso inadequado das vagas e garantir o direito de idosos e pessoa portadora de deficiência com dificuldade de locomoção que enfim vem conquistando seus direitos na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

Brasil 1997. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Instituiu o Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 28 abr.2019.

Brasil 2000. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 mar.2019.

Brasil 2004. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, que dá prioridade de atendimento às pessoas**

que especifica,e 10.098 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em < http://www2.camara.leg.br>.Acesso em 20 abr.2018.

Conselho Nacional de Trânsito (Brasil) (CONTRAN). **Sinalização horizontal / Contran-Denatran**. 1ª edição – Brasília: CONTRAN, 2007. 128 p: il. (Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito; 4).

LEI Nº 7166, DE 27 DE AGOSTO DE 1996.
Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Disponível em https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-belo-horizonte-mg.

Prefeitura de Belo Horizonte 2010. **Manual de Práticas de Estacionamento em Belo Horizonte**. BHTRANS/SMURBE.BHTRANS, Belo Horizonte.Belo Horizonte 1996.

FUNDAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO ENSINO DE FILOSOFIA

Santos,Givaldo Dantas dos[15]

RESUMO:

O ensino de Filosofia abrange duas tarefas: o ensino dos conceitos criados pelos filósofos e o ensinar a filosofar, que é o exercício do pensar por conceitos, com base em problemas próprios, desenvolvendo teorias e argumentos. Logo, este artigo versa sobre o seguinte tema: Fundamento Teórico-Metodológico do Ensino de Filosofia. A metodologia utilizada para a excursão deste trabalho, fundamenta-se por uma pesquisa de cunho teórico e em conceitos filosóficos visando apresentar um fundamento teórico-metodológico no ensino da filosofia. A discursão que pretendemos oferecer aos professores e aos demais interessados pelo assunto visa propor um fundamento teórico-metodológico para o ensino de Filosofia, originado da própria Filosofia. Entretanto, este artigo tem por objetivo geral propor uma reflexão aberta sobre a didática da filosofia. Há uma didática para o ensino da filosofia? Se há ensino há didática. Se a filosofia pode ser ensinada, há uma didática para ela. Este trabalho por sua vez, tem como objetivo específico propor um fundamento teórico-metodológico para o ensino de Filosofia, oriundo da própria Filosofia. A finalidade deste trabalho consiste em tentar responder a seguinte questão: Qual é, então, o problema da didática em filosofia? A revisão teórica para a fundamentação desse artigo se fará por meio da Obra ALVES, D. J. A Filosofia no Ensino Médio: ambiguidades e contradições na LDB. São Paulo. E por meio de artigos de Revistas de Filosofia. Portanto, visando atingir os objetivos e a finalidade deste trabalho, este artigo desenvolverá as seguintes questões: Tempo lógico e tempo histórico na interpretação de sistemas filosóficos. Fundamento teórico-metodológico do ensino de Filosofia. O método genético. O método conceitual.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Ensino. Metodologia. Filosofar. Didática.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste trabalho é o de discutir uma metodologia para o ensino de Filosofia a partir da própria Filosofia. Queremos nos concentrar especificamente nas reflexões sobre a tarefa de ensinar os conceitos dos filósofos, seja por meio de temas, seja por áreas ou pela história da Filosofia. Contudo, entendemos, que o ensino de Filosofia abrange duas

[15] Sacerdote católico pertencente Arquidiocese de Brasília-DF. Pároco na Paróquia São João Evangelista-DF. E-mail: dantassantosdantas@gmail.com. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília (FATEO). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Entre Rios do Piauí-FAERPI. Pós-Graduado em Ciências da Religião pelo Instituto Souza. Estudante do Curso de Formação em Psicanalise Clínica pelo Instituto Kalíle de Desenvolvimento Humano e estudante de Direito pela Faculdade ICESP de Brasília-DF.

tarefas: o ensino dos conceitos criados pelos filósofos e o ensinar a filosofar, que é o exercício do pensar por conceitos, com base em problemas próprios, desenvolvendo teorias e argumentos. Há necessidade de a Filosofia pensar o seu ensino pelos referenciais das ciências da educação, mas também por um olhar próprio, pois há questões específicas que devem ser abordadas pelas próprias disciplinas, de modo particular. No caso da Filosofia, neste aspecto, acreditamos ser importante pensar o ensino da Filosofia desde um olhar da própria Filosofia. O que nos levou a fazer a opção de apontar uma dupla função do ensinar Filosofia foi o fato de que os estudiosos se preocupam sobremaneira com o ensinar a filosofar e tratam com certo descaso do ensino dos conceitos. Ora, em primeiro lugar, não se trata simplesmente de "transmitir informações", como se fosse tarefa mecânica ensinar problemas, teorias e argumentos; em segundo lugar, como se fosse tarefa menor o aluno compreender esses problemas, tais teorias e os argumentos que os filósofos registraram, em suas obras. Por exemplo, podemos nos perguntar: quais problemas levaram Platão a elaborar a Alegoria da Caverna? Quais teorias construíram, nesse pequeno texto? Quais os argumentos para justificar essa teoria ou teorias? Ensinar, bem ensinado, esses elementos não é, de forma alguma, tarefa menor para o professor, assim como para o aluno compreendê-los não é, de maneira alguma, mera tarefa mecânica, em nosso entendimento.

Por fim, além de demonstrar que o ensino de Filosofia significa ensinar os conceitos dos filósofos e ensinar a filosofar, este artigo apresentará outras nomenclaturas particulares, para definir uma linguagem comum com a qual se poderá debater o tema. Trata-se das formas de elaboração de um curso de Filosofia, ou melhor, do eixo de orientação do trabalho. A perspectiva da História da Filosofia divide os conteúdos nos períodos históricos e, em geral, por filósofos. Assim, temos os quatro grandes períodos, que podem ainda ser subdivididos em outros. Nesse sentido, a história da Filosofia medieval pode ser apresentada em dois períodos: Patrística e Escolástica; a Filosofia Moderna, exposta de forma geral e o Iluminismo, de modo particular, como um fenômeno da Filosofia moderna. Em geral, quaisquer que sejam as divisões estudam-se as obras de alguns filósofos que o professor escolheu para ensinar. A perspectiva de Áreas da Filosofia aborda o ensino com fundamento nas grandes áreas da Filosofia: Ética, Estética, Filosofia da Ciência, Filosofia política, Lógica, Metafísica, Teoria do Conhecimento e outras. Nesse caso, uma vez tomado um eixo, por exemplo, a Metafísica, ela é subdividida nos períodos da História da Filosofia: Metafísica em Platão e Aristóteles; Metafísica Medieval; Metafísica de Descartes e Leibniz. A perspectiva Temática orienta o curso de Filosofia por temas: verdade, conhecimento, silogismo, bem, ser, essência, aparência etc. Facilmente se percebe que a perspectiva temática também lança mão da história para apresentar as diferentes teorias dos filósofos relativamente aos mesmos temas: a

verdade em Tomás de Aquino; a verdade em Heidegger. Alguns autores afirmam igualmente haver uma perspectiva problematizante, contudo, cremos que essa perspectiva se refere mais ao método de ensino, que pode ser aplicado a todas as perspectivas acima, seja como o "problema gerador" da teoria do filósofo seja como um "problema gerador" a ser debatido com os alunos, afim de introduzir determinado conteúdo. Na verdade, o ideal é que todo ensino seja problematizante, não somente em Filosofia, mas em todas as disciplinas escolares e de cursos livres.

TEMPO LÓGICO E TEMPO HISTÓRICO NA INTERPRETAÇÃO DE SISTEMAS FILOSÓFICOS

Propomos como fundamento teórico-metodológico para o ensino de Filosofia, especificamente, para aquela primeira parte, qual seja, ensinar os conceitos dos filósofos, o que se costuma chamar de estruturalismo, presente em um pequeno texto de Victor Goldschmidt, intitulado Tempo lógico e tempo histórico na interpretação de sistemas filosóficos. Não é nossa intenção propor um método a ser seguido. Antes disso, essa proposta tem por objetivo investigar os fundamentos teóricos e metodológicos sobre os quais professores de Filosofia (de todos os níveis de ensino) orientam seus trabalhos, porém, não se constitui – em hipótese alguma – em receita pronta. É importante observar, ainda, que a reflexão de Goldschmidt não foi feita com o objetivo de estudar o ensino de Filosofia, mas a pesquisa em Filosofia e, em especial, a pesquisa no nível superior. Por isso, nossa adaptação terá um deslocamento acentuado da pesquisa para o ensino, todavia, quanto ao nível, acreditamos que as informações aqui apresentadas podem ser úteis a todos os níveis de ensino, pois não se referem a nenhum em particular. Há outras propostas teórico-metodológicas registradas na grande produção recente dessa área, como as publicações do Fórum Sul de Ensino de Filosofia, os livros coletivos, os livros individuais e diversos artigos publicados em revistas científicas. Contudo, elas ainda não estão tão consolidadas quanto ao que vamos expor, uma vez que, via de regra, o que se tem é a apresentação de propostas metodológicas para o "ensinar a filosofar", na perspectiva de diferentes filósofos: Sócrates, Nietzsche, Deleuze, Sartre, Kant, Marx, entre outros, de forma que, por fim, haveria tantas propostas metodológicas quantos são os filósofos. Ora, é justamente contrário ao espírito da Filosofia, à sua "natureza aberta" – na expressão de Desidério Murcho, que será mais adiante mais bem elucidada – propor qualquer método particular de filosofar como referência obrigatória para todos os professores de Filosofia. Tomou como tarefa explicitar duas perspectivas para a interpretação de sistemas filosóficos. Seu objetivo era mostrar que tanto a perspectiva histórica quanto a perspectiva conceitual ou dogmática são úteis para a interpretação das obras dos filósofos, no entanto, ambas também apresentam desvantagens. Assim, podemos afirmar que, para Goldschmidt, não é possível a um intérprete compreender a totalidade do pensamento de um filósofo, porque nenhuma dessas perspectivas é capaz

de oferecer uma interpretação irrefutável. De acordo com Goldschmidt haveria dois métodos de investigação:

> "O método genético ou histórico, que nos permite compreender o tempo histórico de um sistema filosófico; e o método dogmático, que nos possibilita compreender o tempo lógico de um sistema filosófico. O termo dogmático é utilizado por Goldschmidt, conforme sua própria explicação, que atribui ao termo dogma vários sentidos, dentre os quais um que se aproxima da noção que hoje usamos: conceito. Assim, consideramos que é plenamente possível empregar o termo método conceitual, ao invés de método dogmático, postura esta que adotaremos de agora em diante". (Educação em Revista, Marília,v.12, n.1, p.39-50, Jan.-Jun., 2011 43).

FUNDAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO ENSINO DE FILOSOFIA

Parece que haveria duas maneiras distintas de interpretar um sistema; ele pode ser interrogado, seja sobre sua verdade, seja sobre sua origem; pode-se pedir-lhe que dê razões, ou buscar suas causas. Mas, nos dois casos, considera-se ele, sobretudo, como um conjunto de teses, de dogmática. O primeiro método, que se pode chamar dogmático, aceita, sob ressalva, a pretensão dos dogmas a serem verdadeiros, e não separa a léxis (A. Lalande) da crença: "Segundo, que se pode chamar genético, considera os dogmas como efeitos, sintomas, de que o historiador deverá escrever a etiologia(fatos econômicos e políticos, constituição fisiológica do autor, suas leituras, sua biografia intelectual ou espiritual etc". (GOLDSCHMIDT, 1963, p. 139). Concebemos, como sistema filosófico, o conjunto de obras ou conceitos de um filósofo. Como se frisou, os dois métodos apresentam suas vantagens e suas desvantagens, cabendo ao intérprete utilizá-los da melhor maneira, evitando as armadilhas que ambos carregam.

O MÉTODO GENÉTICO

O método genético, "[...] considera os conceitos como efeitos, sintomas, de que o historiador deverá escrever a etiologia fatos econômicos e políticos, constituição fisiológica do autor, suas leituras, sua biografia, sua biografia intelectual etc." (GOLDSCHMIDT, 1963, p. 139). Trata-se, portanto, de analisar os problemas a propósito dos quais os filósofos escreveram uma obra ou elaborou um conceito em particular. A etiologia baseia-se em diferentes fatos que influenciaram direta ou indiretamente as obras dos filósofos. Trata-se, portanto, de introduzir os estudos de um filósofo em particular, ou de um tema, de uma área ou dos períodos históricos, com fundamento em fatores externos indicados pelo termo etiologia. Goldschmidt elenca alguns fatores de ordem social:

> "Econômicos, culturais, políticos. Para exemplificar, digamos que conhecer minimamente o que foi a Revolução Industrial ajudaria a compreender algumas teses mais importantes de Karl Marx. Há outros fatores que se inserem na ordem pessoal do filósofo: a constituição fisiológica do autor, como, por exemplo, a robustez de

> Sócrates e a fragilidade física de Rousseau e Nietzsche". (Goldschmidt, 1963, p. 146).

Este último fez de sua enfermidade motivo de reflexão, registrado em um aforismo no qual afirma que sempre está enfermo, mas jamais doente. Ainda na ordem pessoal, mas um aspecto voltado para o âmbito intelectual, Goldschmidt salienta que:

> "As leituras do filósofo sejam elas filosóficas ou não, influenciam seu pensamento e, muitas vezes, orientam os intérpretes na compreensão de determinadas passagens que são respostas a essas leituras. Muitos filósofos declaram ter sido tal ou qual livro de literatura importante para sua reflexão; no âmbito da Filosofia, asseveram responder a determinado autor ou demonstram que estão refletindo a partir de outro filósofo" (Educação em Revista, Marília, v.12, n.1, p.39-50, Jan.-Jun., 201144)

Por fim – com consciência de que estamos apresentando o assunto, e não o esgotando – destacamos que a biografia do filósofo também é um registro que ajuda a compreender o seu pensamento. Por exemplo, suas viagens, os cargos ou funções que exerceu, as ofertas generosas de mecenas que foram recusadas, suas incursões em outros campos, como outras áreas de conhecimento, da arte, dos ofícios. Acerca desses questionamentos nos reportaremos ao que afirma Victor Goldschmidt na obra A religião de Platão: "A filosofia é explicitação e discurso. Ela se explicita em movimentos sucessivos, no curso dos quais produz, abandona e ultrapassa teses ligadas umas às outras numa ordem por razões" (GOLDSCHMID, 1963, p. 140).

A grande desvantagem desse método é o risco de "ir além das intenções do autor". Muitas vezes o intérprete, julgando que encontrou as origens das teses em fontes externas à obra mesma do filósofo, faz vinculações entre o autor e seus contemporâneos ou a classe social a qual pertencia etc. De fato, encontrar elementos que nos dão noção da origem de um conceito não significa que podemos afirmar determinar inferências de modo decisivo sobre o autor, além de sua "obra assumida", isto é, aquela de que ele mesmo autorizou a publicação. No entanto, apesar dos riscos, a aula de Filosofia deve contar com um elemento histórico, naquele momento no qual o professor tem, por tarefa, ensinar os conceitos dos filósofos para ensiná-los, muitas vezes, é preciso recorrer a elementos extemporâneos ao texto, mesmo para que seja facilitada a compreensão de seus pressupostos e de suas propostas. Contudo, é evidente que Goldschmidt não considera que o ensino pelo método genético esgota aquela parte da aula: é preciso, em determinado momento, mergulhar no texto do filósofo, para compreender suas palavras com ou sem a intervenção desses elementos extemporâneos.

O MÉTODO CONCEITUAL

"O primeiro método, que se pode chamar de dogmático, aceita, sob ressalva, a pretensão dos dogmas a serem verdadeiros, e não separa a

lexis (A. Lalande) da crença." (GOLDSCHMIDT, 1963, p. 139). Em primeiro lugar, é importante destacar, neste caso, que o sentido de dogma é o mesmo de conceito e não de dogma religioso, por isso, chamamos este método de conceitual. Igualmente, e neste mesmo sentido, quando Goldschmidt alude a crença, não se trata de crença religiosa, mas de que o filósofo "acredita" que seu sistema nos fala verdades. E, quanto ao sentido de lexis, citado no dicionário filosófico de André Lalande, podemos compreendê-lo como a palavra que se torna conceito:

> "Esse método trata da análise da obra de um autor tomando como referência apenas aquilo que está escrito, sem se importar com qualquer fator etiológico. Estuda o encadeamento das razões e procura verificar se seu sistema, nessa mesma obra, está coerente. Depois, prosseguindo a análise, compara os conceitos formulados pelo filósofo em suas outras obras e verifica lhes a consistência" (Educação em Revista, Marília,v.12, n.1, p.39-50, Jan.-Jun., 2011 45)

Por conta desse método, muitas vezes, identificam-se mudanças na formulação de conceitos em um mesmo filósofo; ou ainda, observa-se se o filósofo, ao renunciar aos seus conceitos em obras anteriores, na verdade, rompe completamente com eles ou, ainda, se mantém algum elo, apesar de sua declarada ruptura. Esse método apresenta como maior desvantagem o fato de não considerar a perspectiva das transformações dos conceitos filosóficos dentro do conjunto da obra de um autor. Por exemplo, ao exigir coerência entre os conceitos, acaba desconsiderando que um conceito concebido aos 30 anos pode e deve sofrer mudanças, quando o autor chegar aos seus 60 anos, já que novas leituras, novos contatos intelectuais, com certeza, mudam ou ampliam sua forma de pensamento. No âmbito do Ensino Médio, esse problema do método conceitual ou dogmático refletem-se na necessidade de escolher pequenos trechos dos textos o que, por vezes, nos faz deparar com dificuldades bastante significativas, pois a explicação sobre aquele conceito necessita de outras informações que não se encontram presentes ou mesmo, pode ser o caso, de pequenos trechos que não representam exatamente o pensamento de um filósofo e podem transmitir uma ideia distorcida de seu pensamento. Palácios destaca um trecho da obra de Aristóteles que, isoladamente, indica perspectivas pouco éticas, em relação ao mundo contemporâneo. Dessa maneira, ainda que, de fato, possamos compreender e criticar o pensamento desse mestre da Filosofia clássica, não é adequado julgar toda sua obra por apenas um trecho ou julgar o trecho de forma descontextualizada. O trecho em questão está presente no livro I da Política, segundo enfatiza o autor. Os estudantes brasileiros sejam do nível médio, sejam do superior, segundo essa perversa visão, não estariam em condições de compreender, pior ainda de criticar, esta tese de um dos grandes da filosofia: "Não é apenas necessário, mas

também vantajoso que haja mando por um lado e obediência por outro; e todos os seres, desde o primeiro instante de seu nascimento, são, por assim dizer, marcados por natureza, uns para comandar, outros para obedecer". (PALACIOS, 2008, p. 113). Em se tratando do professor podemos afirmar:

> "O objetivo do professor de Filosofia não é ensinar história, nem a história das ideias, mas ensinar os conceitos ou algum determinado conceito, no pensamento de um filósofo. Para tanto, ele deve recorrer a determinados recursos. Na análise efetivada até este ponto, vimos que poderá recorrer às informações, por exemplo, sobre o período histórico no qual o filósofo viveu, porque nenhuma Filosofia se faz fora do espaço e do tempo; à biografia intelectual do filósofo, pois ele procura responder a problemas que percorrem a história da Filosofia" (Educação em Revista, Marília, v.12, n.1, p.39-50, Jan.-Jun., 201146. ALMEIDA JÚNIOR, J.B.)

Outra fonte de informações para orientar o ensino de Filosofia são os textos (que podem ser ou não dos filósofos – mas fiquemos, aqui, com os textos dos filósofos). Nesse caso, o objetivo é compreender o conceito explicitado pelo filósofo em um determinado fragmento. No entanto, uma vez compreendido o conceito explicitado naquele trecho, não somente se pode, mas se deve localizá-lo no pensamento de um determinado filósofo, na expressão de Goldschmidt, na dogmática. Portanto, se o professor optar por um método problematizante, ou por uma abordagem conceitual ou histórica, de todo modo, o objetivo central é o mesmo: ensinar um determinado conceito filosófico. Quando Kant afirmou, na Crítica da razão pura, que não se ensina Filosofia, mas a filosofar, interpôs um aposto que se tornou a referência para esta pesquisa: a não ser historicamente. Ora, é possível ensinar Filosofia ou o conceito dos filósofos como objeto de estudo sem a pretensão de que aprender os conceitos dos filósofos é filosofar. Mas o fato é que parece importante, para toda a comunidade filosófica, que o exercício do filosofar seja feito pelo estudo cuidadoso da história da Filosofia. O próprio Kant ressalta que é possível ensinar a Filosofia historicamente, a partir de certas tentativas já existentes, ou seja, que estudando a história da Filosofia e ousando saber, pode-se filosofar por conta própria. Como frisamos insistentemente, nas páginas anteriores, nosso objetivo é justamente a primeira parte: aprender Filosofia historicamente. Alguns estudiosos observam que há um risco de se ensinar história da Filosofia de modo dogmático. Ora, é possível ensinar Filosofia sem ser dogmático, isto é, ensinar os conceitos dos filósofos sem, no entanto, querer que seus conceitos sejam a verdade sobre aqueles temas mesmo porque, entre os próprios filósofos, há muita divergência, a não ser que um professor ainda mais dogmático queira que as respostas de um filósofo sejam a verdade sobre determinados problemas.

Estudar história da Filosofia não é submeter-se ao pensamento filosófico. Ler e tentar compreender as razões dos filósofos não é menoridade

intelectual, mas um exercício de leitura e compreensão (dos sistemas filosóficos, como enfatiza Goldschmidt) que faz parte do processo de formação dos adolescentes da Educação Básica e dos jovens universitários. Ao contrário de ser menoridade, é o caminho para a maioridade intelectual, visto que, ao exercitar a leitura, a interpretação, a pesquisa, a escrita, a oralidade, o aprendiz ganha mais meios de expressar seu próprio pensamento. Uma vez compreendido o que um filósofo quis dizer em uma obra ou em um fragmento, é possível e desejável que se posicione frente a ele, conforme Palacios:

> "É grave defender uma submissão intelectual com base num óbvio sentimento de inferioridade. Devemos aceitar nossa menoridade intelectual e ver nossos estudantes como incompetentes? Vê-los como incapazes de compreender o que os clássicos da filosofia disseram e, ainda mais, impedidos por tal suposta incompetência de avaliar o que disseram?" (PALACIOS, 2008, p. 111).

Exatamente nesse mesmo sentido, Gallo analisa o problema da cognição para Deleuze. De acordo com o autor do O que é a filosofia? a cognição é: "[...] pensar uma vez o já pensado. Não há, portanto, lugar para a criação." (GALLO, 2008, p. 68). Assim, quando Platão critica a doxa como falso saber e funda a Filosofia, acaba, de um modo ou de outro, impondo-se como uma ortodoxia, na expressão de Gallo:

> "Ora, o ideal de romper com a doxa está presente na filosofia desde suas origens gregas. No entanto, o que afirma Deleuze é que na constituição de uma imagem do pensamento, sempre dogmática, o que se faz é promover uma ortodoxia, isto é, levar a doxa, que é sempre particular, para um patamar coletivo, generalizado". (GALLO, 2008, p. 69). Gallo (2008) e Deleuze (1992).

Entendem que é preciso produzir um "pensamento sem imagem" criativo, "violento", porque exige que resolvamos problemas para os quais não encontramos respostas com a imagem dogmática dos pensamentos alheios, inclusive dos filósofos. Assim, tratar do ensino de filosofia como criação de conceitos, como experiência do pensar por conceitos, significa fazer da sala de aula uma espécie de laboratório, ou, para escapar do referente científico, talvez seja melhor falar em uma oficina de conceitos afirma Gallo:

> "Trata-se de deslocar o foco do ensino como treinamento para uma educação como experiência, em que cada estudante seja convidado a colocar seus problemas, adentrar no campo problemático e experimentar os conceitos, experimentar o pensamento por conceitos, seja manejando e deslocando conceitos criados por filósofos ao longo da história do pensamento, seja criando seus próprios conceitos" (GALLO, 2008, p. 75).

A ideia central nos parece muito interessante: o ensino de Filosofia como um "pensar por conceitos", seja com os conceitos dos filósofos, seja

criando seus próprios conceitos. No entanto, novamente, o autor remete-se ao problema do filosofar e não ao do "ensinar Filosofia", isto é:

> "Como podemos ensinar os conceitos dos filósofos aos alunos, pois não basta que leiam os textos por sua própria conta, faz-se necessária a intervenção do professor para facilitar essa tarefa de compreensão. Alguns poderiam objetar que, talvez, o aluno aprenda melhor os conceitos lendo os filósofos por si mesmos, porém, como estamos tratando do universo escolar, podemos pensar que, se aplicarmos o mesmo para outras disciplinas, a autoaprendizagem se tornaria um imperativo para todo o sistema de ensino". (Educação em Revista, Marília, v.12, n.1, p.39-50, Jan.-Jun., 201148. ALMEIDA JÚNIOR, J.B).

Desidério Murcho, por sua vez, aborda esse problema de separar e analisar no ensino de Filosofia o ensinar os conceitos dos filósofos e o filosofar, a partir da pergunta: como se ensina isso? A ideia central de seu artigo é que não se deve reduzir o ensino de Filosofia ao historicismo, entendido como o ensinamento puro e simples da relação entre a teoria dos filósofos e os períodos nos quais viveram; nem tampouco no enciclopedismo, que seria a mera repetição erudita dos conceitos e ideias dos filósofos a serem memorizados como as fórmulas matemáticas, ou fatos históricos. Para Desidério Murcho, o ensino de Filosofia deve passar também por uma experimentação. O aluno deve ter a oportunidade de realizar a mesma ação dos filósofos. Em suas palavras:

> "O que há a fazer compreende-se melhor se fizermos uma analogia entre o ensino de atletismo ou da pintura e o ensino de Filosofia. O estudante de atletismo ou de pintura não pode limitar-se a compreender teorias sobre o atletismo ou a pintura; tem também de aprender a correr ou pintar. Ou seja, não podemos limitar-nos ao saber que. Temos de ter também em vista o saber como" (MURCHO, 2008, p. 90-91).

Dessa forma, observamos que Murcho, não se debruçam sobre o tema do "ensinar Filosofia", a não ser no que se refere ao "filosofar", quando o aluno passa do estudo ao exercício. Concordamos inteiramente com o autor, assim como com os demais, em que o aluno de Filosofia não deve limitar-se somente ao enciclopedismo ou ao historicismo, mas acreditamos que, na ânsia de definir o filosofar, os estudiosos do tema da metodologia do ensino de Filosofia não refletiram sobre possíveis abordagens metodológicas relativas ao ensino dos conceitos dos filósofos. Esta mesma observação pode ser feita tendo em vista as analogias propostas por Murcho. O autor ressalta que um estudante de pintura ou de atletismo não deve: "[...] limitar-se a compreender as teorias sobre o atletismo ou a pintura [...]" (MURCHO, 2008, p. 90), o que dizemos é que não é tarefa menor, nem simples, "[...] ensinar as teorias de atletismo ou pintura [...]", da mesma maneira que ensinar as teorias de Filosofia e outras disciplinas, porque o problema surge diante dos olhos: ensinar as

teorias. É preciso compreender que ensinar os conceitos, as teorias e argumentações dos filósofos, enfim, que ensinar história da Filosofia não é mera transmissão de informações. Podemos nos perguntar: como ensino uma teoria? Como início o trabalho de imersão no campo teorético ou conceitual de um pintor, um estudioso do movimento humano ou de um filósofo? Quais estratégias de ensino devo usar, para ensinar teorias e a história da Filosofia? Cerletti, em seu texto Enseñanza fi losófica: notas para laconstrucción de um campo problemático nos convida a refletir da seguinte forma: "As interrogações o que é ensinar Filosofia? e o que é Filosofia? mantêm então uma relação direta que enlaça aspectos essenciais do filosofar." (CERLETTI, 2008, p. 45).

Nesse sentido, acredito que a fusão de duas perguntas diferentes – o que é Filosofia e como se ensina Filosofia – pode gerar dificuldades insolúveis para a segunda. Como se pergunta Kant: "Até então não é possível aprender qualquer Filosofia; pois onde esta se encontra, quem a possui e segundo quais características se pode reconhecê-la?" (KANT, 1979, p. 237). Cerletti acredita que muitos tomam, como referência para pensar o ensino da Filosofia, ferramentas didáticas em geral, que acabam não vinculando o ensino da Filosofia a ela mesma. Dessa forma, o autor – como outros – confunde as estratégias ou metodologia de aula com a metodologia do ensino de Filosofia, ou seja, confunde a ação didática do professor com a orientação teórica do próprio curso de Filosofia. Em que medida esse conteúdo irá determinar o ensino da Filosofia é a pergunta que acredito poder resolver com a proposição do "estruturalismo", sem, no entanto, como ressaltamos, ao início do texto, supor que esta seja a única fundamentação teórico-metodológica possível. Por outro lado, ao buscar os fundamentos da Filosofia na concepção sintetizada por Goldschmidt, acreditamos atender outra exigência: que a Filosofia busque os fundamentos do seu ensino em si mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa questão central é, portanto, a pergunta: como ensinar os conceitos dos filósofos? Que os alunos irão exercitar o próprio pensamento, com base em conceitos dos filósofos ou seus próprios; que poderão pensar a partir do problema gerador da Filosofia de algum autor, ou de seus próprios problemas, achamos muito interessante, mas fica ainda a mesma pergunta sem resposta: como ensinar as teorias filosóficas? Nossa proposta é que ensinamos teorias filosóficas a partir do tempo lógico, quando nos debruçamos sobre o texto do filósofo (ou um excerto) e procuramos entender qual conceito ele forja ali, quais ideias pretende teorizar, quais argumentos utiliza para fundamentar suas ideias; ensinamos a partir do tempo histórico, quando, para chegar à compreensão de um conceito filosófico, lançamos mão de informações extemporâneas à letra própria do filósofo, afim de compreender suas ideias: quais eram as questões filosóficas de seu tempo; quais eram as questões políticas e sociais; ao escrever essa obra, está respondendo a

qual filósofo, a qual obra filosófica? Como Gold Schmidt bem observou, os dois métodos apresentam vantagens e desvantagens, as quais devem ser medidas pelo professor na elaboração de suas aulas, abandonando qualquer sonho de interpretação inquestionável ou totalizante do pensamento filosófico, pois, conforme enfatiza Murcho a natureza aberta da Filosofia é o seu maior legado, e nós não podemos passar desapercebidos disso, nem enquanto filósofos, nem enquanto estudiosos do pensamento filosófico alheio.

REFERÊNCIAS

CERLETTI, A. **Enseñanza filosófica: notas para la construcción de um campo problemático**. Dossiê Ensino de Filosofia. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 43-54, jul./ dez. 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Lisboa: Presença, 1992.

GALLO, S. **Filosofia e o exercício do pensamento conceitual na Educação Básica**. Dossiê Ensino de Filosofia. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 55-78, jul./dez. 2008.

GOLDSCHMIDT, V. **A religião de Platão**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. KANT, I. **Crítica da razão pura. São Paulo:** Abril Cultural, 1979. (Os pensadores). MURCHO, D. **A natureza da Filosofia e seu ensino. Dossiê Ensino de Filosofia. Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 79-100, jul./dez. 2008.

PALACIOS, G. A. **Perguntas autoritárias: a questão do método, as monografias e o filosofar.** Dossiê Ensino de Filosofia. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 101-114, jul./ dez. 2008.

A EDUCAÇÃO SEGUNDO A TEORIA HUMANISTA DE CARL ROGERS

Santos, Givaldo Dantas dos[16]

RESUMO:
Estudar a teoria de Rogers sobre a educação é muito importante para o educador. Logo, este artigo versa sobre o seguinte tema: A Educação segundo a Teoria Humanista de Carl Roges. A importância desta temática se dá devido a própria teoria humanista que enfatiza as relações interpessoais. A metodologia a ser empregada neste trabalho, baseia-se por uma pesquisa de cunho teórico e em leituras das obras do próprio Carl Rogers e em outros autores que trata da temática educação. A discursão que pretendemos oferecer aos educadores e aos demais interessados pelo assunto visa apresentar a ideia central de Carl Rogers sobre a educação centrada no aluno segundo a sua visão humanista. Entretanto, este artigo tem por objetivo geral propor uma reflexão aberta sobre a educação segundo as diversas teorias baseadas nas áreas da Psicologia da Educação. O presente trabalho tem por objetivo específico compreender as concepções de Carl Rogers sobre a educação segundo a abordagem centrada na pessoa. A finalidade deste trabalho consiste em tentar oferecer uma reflexão ao educador conscientizando-o de que ele deve ser um facilitador em sala de aula. A revisão teórica para a fundamentação deste artigo se fará por meio das fontes que subsidiaram este trabalho que foram: Carl Rogers e educação, aprendizagem significativa, educação inclusiva, teoria humanista, teoria centrada na pessoa, Rogers e teoria da aprendizagem, teoria Rogeriana sobre educação, professor como facilitador, inclusão, educação especial, aplicação da teoria de Rogers, Carl Rogers e suas concepções, dentre outros. Portanto, visando atingir os objetivos e a finalidade deste trabalho, este artigo desenvolverá as seguintes questões: as concepções de Carl Rogers para a educação. O paradigma inclusivo e as ideias de Carl Rogers. A aprendizagem centrada na pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Humanista. Carl Rogers. Educação. Inclusão. Aprendizagem.

Estudar a teoria de Rogers é muito importante para o educador, pois este perceberá, através dela, que há um grande trajeto a ser percorrido por todos. Um caminho repleto de esperança, conquistas, respeito, desafios, ousadia e, principalmente, muito trabalho. Sua teoria convida a todos a refletir sobre as mudanças necessárias e que devem ser buscadas, tanto

[16] Sacerdote católico pertencente Arquidiocese de Brasília-DF. Pároco na Paróquia São João Evangelista-DF. E-mail: dantassantosdantas@gmail.com. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília (FATEO). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Entre Rios do Piauí-FAERPI. Pós-Graduado em Ciências da Religião pelo Instituto Souza. Estudante do Curso de Formação em Psicanalise Clínica pelo Instituto Kalíle de Desenvolvimento Humano e estudante de Direito pela Faculdade ICESP de Brasília-DF.

dentro como fora da sala de aula. Ela aponta para uma profunda mudança no relacionamento entre professor e aluno, relacionamento esse capaz de provocar transformações intensas, tanto no comportamento de ambos como na busca dos saberes. Suas observações são instigantes e levam o professor a repensar a educação. Apesar de toda intransigência do sistema educacional, essa teoria pode, sim, ser implementada dentro da sala de aula. Os relatos das escolas que adotaram esta teoria veem para comprovar a sua importância para o futuro da educação. Escolas que romperam com a escola tradicional, enfrentaram as incertezas e ousaram, apesar do medo, construir a escola do futuro.

Carl Ransom Rogers (1902-1987) é considerado por seus entusiastas, Kirschenbaum, D. Smith, John K. Wood e Kaplan como tendo sido, provavelmente, o mais influente teórico no campo das teorias humanísticas e da personalidade, também chamada de terceira força em psicologia. Segundo Hipolito (1999) evidentemente a sua pessoa e a sua obra marcaram de maneira duradoura a psicologia e a psicoterapia não só americanas, mas também a psicologia e a psicoterapia em geral. A sua contribuição no campo científico foi marcada por um trabalho árduo que evoluiu conforme ele evidenciava suas teorias com suas próprias experiências como terapeuta e psicólogo clínico. Publicou ao longo de sua carreira mais de duzentos e cinquenta artigos, cerca de vinte livros, elaborou documentos sonoros e vídeos sobre suas experiências tanto na clínica, como na agricultura/fenomenologia, na escola/ ensino centrado no aluno, nas relações com grupos, no seu trabalho com famílias, arte e religião, sobretudo a sua luta contra o monopólio do exercício da pratica terapêutica que na sua época de acadêmico era exercida exclusivamente por médicos e psiquiatras, colaborou para a regulamentação das práticas da psicologia atual.

Fonseca (2010) destaca os aspectos holísticos da psicoterapia humanizada e da abordagem centrada na pessoa (ACP), que auxilia para outras áreas das Ciências Sociais, abrangendo os campos da educação, das relações interpessoais, das relações familiares, das relações conjugais, da comunicação interpessoal, da gestão de recursos humanos, da gestão de empresas, da resolução e mediação de conflitos, pessoais, interpessoais e sociais, nos universos políticos e raciais e por fim no trabalho de grupos de encontro que foi o foco de Rogers a partir da publicação da obra "Uma Maneira de Ser" publicada em 1980, faz referência a sua filosofia de vida que implicou e ainda implica em todos os domínios do humano, se tornando eficaz em vários aspectos das relações humanas. O presente trabalho tem a finalidade de destacar a concepção de homem por meio dos pensamentos de Rogers. Aprofundar na personalidade de Rogers, impulsionando a uma reflexão sobre o respeito pelos valores morais e religiosos, sobre a necessidade de afetividade, a importância da comunicação, da observação dos fenômenos da natureza humana, promovendo um movimento positivo rumo à busca de soluções práticas

para as problemáticas comumente enfrentadas no ambiente escolar. O presente estudo tem por objetivo compreender as concepções de Carl Rogers sobre a educação. Para tanto, optou-se por uma revisão sistemática de literatura em psicologia, embasada fundamentalmente sobre o assunto abordado, com o intuito de contribuir para uma reflexão das contribuições da teoria humanista deste autor para a educação, e do seu modelo de facilitação da aprendizagem bem como, da perspectiva da educação inclusiva. As pesquisas bibliográficas permitiram a obtenção de conhecimentos por meio de materiais relevante, tomando-se por embasamento o que já foi publicado em relação ao tema, de forma que seja delineada uma nova abordagem sobre ele, fornecendo conclusões que permitam servir de embasamento para futuras investigações. A pesquisa das fontes que subsidiaram este trabalho foram: Carl Rogers e educação, aprendizagem significativa, educação inclusiva, teoria humanista, teoria centrada na pessoa, Rogers e teoria da aprendizagem, teoria Rogeriana sobre educação, professor como facilitador, inclusão, educação especial, aplicação da teoria de Rogers, Carl Rogers e suas concepções, dentre outros.

AS CONCEPÇÕES DE CARL ROGERS PARA A EDUCAÇÃO

Rogers afirma que é pelo contato que se educa e que o professor deve ser um educador-facilitador, uma pessoa realmente presente para seus alunos. O educador não deve adotar um modelo único de facilitar o aprendizado, precisa colocar os interesses dos alunos em primeiro lugar, esse método consiste em o aluno seguir, apreendendo a aprender e o professor, sendo um facilitador dessa aprendizagem de forma singular e livre, com autenticidade, aceitação, confiança tanto em si como no aluno e compreensão empática. Sugere ainda a não padronização e a universalização dos comportamentos e sim a singularizarão e o respeito às diferenças, a relação aluno professor deve transcender a sala de aula porque a educação sem atuação é comparada ao adestramento, na prática educativa o aluno precisa ser ator do seu processo de aprendizagem, refletindo, questionando e fazendo escolhas.

O educador-facilitador deve ajudar seu aluno a entrar em contato com os seus interesses, objetivos e expectativas, incentivando-o a ser um agente da sua própria aprendizagem. "A responsabilidade de tornar o curso interessante é problema individual" (ROGERS, 1973, p. 34). O aluno deve ser estimulado a buscar o sucesso na sua busca por conhecimento para não se tornar um mero acumulador de informações. Conforme Rogers o professor necessita exprimir, também, seus interesses, suas percepções e seu desejo sincero de ensinar, utilizando métodos estimulantes para colocar os conteúdos propostos e situar-se na sala de aula. A diferença principal que Rogers sugere é que o espaço da aula e do professor não seja previamente estabelecido, porém que venha sendo construído por um conjunto de pessoas autênticas que se comunicam e se relacionam entre si. Rogers afirma, ainda, que o desafio das instituições de ensino seja

proporcionar uma atmosfera favorável onde estudante e professores se sintam livres para novas descobertas, sem sofrer pressões ou censuras externas, com auto aceitação, sendo apenas o que se é sem se enganar. A aprendizagem auto iniciada proposta por Rogers envolve a pessoa do aprendiz de forma holística, unindo sentimento e intelecto, desta forma se tornando ainda mais duradoura. A chamada aprendizagem socialmente útil deve fazer parte da vida do aluno moderno, o qual deve incorporar dentro de si um processo de mudança, aprendendo a aprender, estando aberto a novas experiências e busca de conhecimento. Na obra "Torna-se Pessoa" Rogers enfatiza que o ensino e aprendizagem dependem do conhecimento autodescoberto, tornando-se uma verdade assimilada pela experiência pessoal do aluno, afirma que nessa forma de aprendizagem quando o sujeito é orientado a se colocar mais aberto as suas experiências, vivenciando-as de forma integralizada. Ao abordar as perspectivas sobre as influências das aulas no comportamento humano constatou, com base nas suas próprias experiências que: "Tudo que é aprendido de forma significante é o que se torna consciente e que alcançar a congruência é fundamental para elaborar um conteúdo aprendido em conteúdo consciente, interferindo e causando mudanças significativas na personalidade do estudante" (ROGERS, 1987, p.58).

As ideias de Rogers sobre o ensino centrado no estudante, baseado no conceito de "não-diretividade" oriunda das suas experiências na clínica, sugere que os professores devem adotar uma postura similar ao terapeuta na sua relação com o aluno, aplicando técnicas de empatia, profundo respeito e principalmente autenticidade, nesse processo o professor precisa ser capaz de acolher e compreender seu aluno com estima, partilhando os sentimentos de temor, desânimo e expectativa de forma empática, sempre experienciando junto com eles as descobertas de novos materiais, desta forma vai se consolidando uma aprendizagem autêntica e verdadeira. Admite, ainda, que na prática tais atitudes positivas sejam difíceis de aplicar porque para que o professor seja autentico, sincero e verdadeiro é necessário que ele trabalhe esses princípios em si, visando adquirir uma atitude humanizada, evoluir como pessoas, a encontrar satisfação plena na sua relação com os alunos. Alguns relatórios escritos no livro "Liberdade para aprender" com várias pesquisas e vastos estudos realizados com centenas de alunos e professores de escolas primárias e escolas técnicas, onde foram aplicadas em sala de aula as estratégias da aprendizagem significante e experiencial postulada por Carl Rogers com resultados muito positivos que denotam a eficácia do modelo educador – facilitador, quando aplicada de forma holística, envolvendo principalmente a autenticidade, o apreço, a confiança e aceitação. A dificuldade encontrada tanto nos estudos já citados como em outros milhares realizados por entusiastas de Rogers, reflete uma angustia gerada por uma mudança relativamente significativa sobre o conceito de aprendizagem, as perguntas mais frequentes nos questionamentos

daqueles professores que não despegam da forma tradicional de ensino são sempre relativas à como elaborar as provas, como avaliar o desempenho, como atuar de forma individualizada com tantas outras limitações de tempo e recursos encontradas na maioria das instituições de ensino. Alguns educadores acreditam que uma aprendizagem individualizada desse tipo é completamente impraticável, pois geraria uma necessidade de aumentar o número de professores nas escolas. Rogers refuta, afirmando que quando as crianças estão ávidas a aprender, podem ser autônomas no seu próprio processo de aprendizado e que se empenham sozinhas numa grande quantidade de estudo e a capacidade que a criança tem de ensinar outras, gerando assim uma economia de tempo por parte dos professores porque a atitude de confiança nos alunos gera uma redução nos problemas de disciplina (ZIMRING, 2010, p. 98).

As contribuições de Rogers na formação de professores facilitadores que atuam, explorando a pessoa criativa dos estudantes, tornam possível estender uma atmosfera de respeito mútuo e liberdade de expressão mútua em sala de aula, para que seja igualmente aplicado com os alunos com dificuldades educacionais especiais. Professores de escolas inclusivas podem adotar a mesma atmosfera de valorização do afeto, porque aprender não é apenas acumular conhecimento e os aspectos cognitivos não são abrangentes ou separados dos aspectos afetivos no processo de aprender. Qualquer pessoa independente da sua limitação cognitiva ou biológica, sendo instruída no modelo auto iniciado, que aprende de forma significante, com a aprendizagem centrada na pessoa, se torna capaz de se adaptar às mudanças que ocorrem durante a sua vida de forma contínua, afinal a vida é um processo de mudança, tudo que hoje está estabelecido como sendo o certo, o ideal, pode mudar a qualquer momento, onde houver um ser fenomenológico, haverá mudanças, não existe um ser estático. Toda pessoa sem exceção pode aprender alguma coisa com o outro, é com base nessa premissa que Rogers salienta que o educador-facilitador que se permite se relacionar de maneira respeitável, autoconfiante, com aceitação e um olhar positivo quanto à capacidade do ser humano de se reinventar e aprender a aprender contribui não apenas no crescimento do seu aluno, entretanto no seu próprio crescimento pessoal. O pensamento de Carl Rogers sofreu evoluções ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, a sua abordagem teórica concomitantemente foi se modificando conforme seu olhar se voltava para além da clínica. O universo educacional teve sua atenção no ensino centrado no aluno, que precedeu a abordagem centrada na pessoa perpassando ao Rogers professor e facilitador de grupos com uma constante preocupação com o social e com a paz mundial. Publicou várias obras literárias voltadas para facilitação do aprendizado e formação de professores, processos sociais e transformação de culturas. Rogers influenciou o surgimento de ouras vertentes chamadas de pós-Rogerianas, a linha existencial-fenomenológica desenvolvida também por autores

brasileiros dentre eles, Advíncula, Amatuzzi, Boris, Cury, Fonseca e Holanda. A aplicação da psicologia Rogeriana nas escolas brasileiras se deu a partir dos anos 1970. Baseadas na proposta não-diretiva na educação uma série de escolas foram veemente criticadas por não haver uma compreensão adequada sobre os princípios do não diretivismo, causando opiniões do tipo, "os alunos fazem o que querem", diante das admoestações de Rogers sobre a suspensão de processos avaliativos tradicionais como provas e notas, substituindo por um processo humanizado de conscientização, respeito e confiança no aluno, dificultaram a aceitação das mudanças sugeridas pelo modelo significativo de ensino. Até os dias atuais ainda se encontra muita resistência a proposta humanista, porém já muito difundida e comprovada eficácia para qualquer nível educacional. A difusão da abordagem construcionista que traz o paradigma de que: "Aprender é construir relações, vem sendo apoiado por vários outros entusiastas de Rogers, sendo possível encontrar os fundamentos humanistas e da ACP em vários Projetos Político Pedagógicos de diversas escolas" (RIBEIRO, 2007, p.62).

O PARADIGMA INCLUSIVO E AS IDÉIAS DE CARL ROGERS

A perspectiva da inclusão tem seu ímpeto demarcado no processo histórico, por isso é necessário compreender esse contexto que se insere o processo de abrangência das desigualdades sociais. Na idade média a sociedade era dominada pela igreja, a qual entendia a deficiência como sendo consequência de forças demoníacas, interligadas a atitudes de bruxaria e feitiçaria. Nos tempos medievais surgiram as primeiras ações de caridade para com os portadores de deficiências, refletida pela compaixão de alguns nobres movidos por algumas ordenanças religiosas, os quais estiveram à frente de criações de hospícios e abrigos que acolhiam deficientes e pobres. Durante o século XIX e início do XX, os deficientes passaram a ser inseridos em instituições assistencialistas. Em 1818 houve um grande acontecimento que marcou a educação de pessoas com deficiência, devido ao empenho de alguns médicos e educadores como Maria Montessori e outros, que lhe efetivaram. Anteriormente o que era visto como causa demoníaca passou a ser entendido, como decorrente de fatores biológicos, sociológicos e psicológicos, inicialmente de competência de médicos e posteriormente de psicólogos e educadores. Na década de quarenta do século XX, as práticas de institucionalização dos deficientes passaram a ser questionadas. E decisivamente com as mudanças sociais do pós-guerra, os estabelecimentos dos direitos da criança e dos homens contribuíram para o início da fase de integração e para a compreensão de um novo olhar para o outro. Atitudes de desconfiança, oposição e apreensão que os professores e demais profissionais da escola se atribuíam, como também de indiferença e apreço em aplicações de métodos de aprendizagens formais, de disciplina e competência, que conferem aos estudantes, dificultam a identificação e a análise de necessidades educacionais especiais. Esta formalização de

ensino-aprendizagem dificulta a inclusão dos alunos com dificuldades, pela falta de conhecimento e de adequações na formação dos professores para estarem aptos a lidar com as diferenças. O que sugere entender as competências para organizar atividades, selecionar conteúdos e articular conhecimentos, fazendo-se refletir o nível de formação e as falhas do processo de educação. As crescentes desigualdades sociais marcam a sociedade, onde a precariedade de serviços fornecidos como (educação, saúde, moradia, lazer etc.) são ineficientes e em certas situações inexistentes. Como consequência de tudo isto, a marginalização, violência, drogas, miséria e doenças se propagam. A demanda alta de trabalho e de muitos estudantes para serem alfabetizados, educados e instruídos, na maioria dos casos é um dos fatores que implicam na utilização por parte dos professores de métodos, técnicas e conhecimentos tradicionais e repetitivos. Os professores enquanto profissionais da educação são formados e educados para saber ensinar e educar. Devem possuir domínio técnico, metodológico, conhecimento, saberes e linguagem crítica.

No Brasil foi regulamentado e aprovado o recrutamento de profissionais da educação para o sistema de ensino público por meio de concurso público, que assegura a seleção de profissionais qualificados. Percebe-se que:

> "A educação no Brasil tem muito a ser mudada e melhorada, as escolas de ensino público, em sua maioria, são problemáticas, possuem estruturas precárias, falta de recursos (bancas, cadeiras, livros, computadores, merendas, transporte etc.), como também a ausência de profissionais. Isto e outros fatores têm causado desesperança, desânimo e desmotivação nos professores, como também, a exaustão emocional, despersonalização, a falta de envolvimento pessoal no trabalho, juntamente com os conflitos internos e externos, contribuem para a estagnação destes profissionais" (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2005).

A escola de ensino regular tem o dever de se ajustar a todas as crianças, independentemente de suas capacidades físicas, mentais, sociais e econômicas, como também de características étnicas, pobreza e marginalização. A educação inclusiva apresenta o desígnio de que todos os alunos que estão inseridos na escola possuem o objetivo de aprender e, desta forma, se comunicam e interagem entre eles, voluntariamente, não dependendo de dificuldades que cabe a escola adaptar-se-á. O que implicitamente pode ser um desafio para a escola em instituir novas metodologias de aprendizagem. O fundamento da igualdade de direitos entre pessoas sem ou com deficiências se baseia nas particularidades de cada sujeito que: "Devem possuir igual importância e que as necessidades de cada um devem fazer parte da base de um programa de planejamento social, que também devem ser integrados recursos que garantam a todas as pessoas oportunidades igualitárias de conhecimento" (SILVA, 2009, p.39).

Os conceitos de Carl Rogers valorizam o indivíduo por completo. No ensino contemporâneo só está sendo estimada o componente intelectual, de forma que tendem a fazer uma separação de elementos que são inerentes, o conhecimento cognitivo está interligado com as experiências do homem (mente, corpo, cognição, emoção, sentimentos e inteligência). Desta forma, suas concepções vieram a contribuir nas pesquisas na área da educação, com o intuito de compreender o desenvolvimento da criança no todo, percebendo e valorizando sua expressão de inteligência não somente a questão do raciocínio, mas as habilidades linguísticas, físicas, musicais, cognitivas, corpóreas, interpessoais e intrapessoais. Considera que o estudante deve ter liberdade para aprender, sendo o professor apenas um facilitador do processo de aprendizagem significativa, estimulando a curiosidade da criança para que esta busque conhecimentos que são do seu interesse explorando e questionando. Isto permite que o aluno se sinta especial, confiante e seguro, pois o facilitador da aprendizagem (professor) possibilitará que ele tenha autonomia e aprenda não somente o que é transmitido por este, mas por meio da sua própria busca por conhecimento. Nesse contexto, Rogers objetivou possibilitar o desenvolvimento integral da criança, ou seja, crescimento acadêmico e profissional, como também sua autonomia no processo de aprendizado. Ponderava que este processo necessitaria ser iniciado automaticamente, pois, deste modo o estudante teria a capacidade de dirigir seus próprios interesses e objetivos. A ACP de Carl Rogers, compreende que o ato de aprender é individual, singular e peculiar de cada sujeito, de forma que a vivência subjetiva deve ser considerada, pois o aluno retém somente o que lhe convém, o que acredita ser muito importante e que se relaciona com seu contexto. O facilitador de aprendizagem tem o dever de aceitar incondicionalmente os medos e hesitações que o estudante sente conforme compreende o aprendizado. Assim, é dever da escola e do facilitador proporcionar um ambiente favorável e acolhedor de aprendizagem, ou seja, para Rogers a empatia é pautada no aporte positivo para o clima adequado ao processo de aprendizado, sendo a capacidade da pessoa em se colocar no lugar da outra. Quando o aluno entende que sua experiência é assimilada pelo outro, possibilita-se o desenvolvimento de uma aprendizagem efetiva e concreta. Desta forma, o facilitador e o estudante devem ser leais a seus sentimentos e percepções, para então construir uma relação íntegra e de transparência entre professor e aluno. A inclusão é pautada na forma como a escola percebe e lida com as diferenças, possuindo como ponto principal a relação com o outro. Não é somente permitir que uma criança carente ou com necessidades especiais seja integrada a escola, cumprindo com a lei que dispõe que a educação é direito de todos, é mais do que isso, é proporcionar igualdade, respeito e condições favoráveis para a aprendizagem e interação com todos da escola (alunos, professores, funcionários etc.). Rogers enfatiza que a inclusão como um processo,

conjetura uma constante evolução, antecipa a concepção do "eu" do indivíduo que se estabelece nesse processo. Por meio das interações que são estabelecidas entre as pessoas, conforme se tornam um "outro" para algum sujeito, em um entrelaçado de "eus", que se constituem cotidianamente. Sendo assim, o "eu" é um componente individual, singular e peculiar de cada indivíduo, que quando articulado com o de outro, forma conexões, e quanto mais entrelaçado com várias pessoas, mais os sujeitos evoluem e interagem socialmente. Por meio do convívio social e das vivências as pessoas vão construindo e modificando sua visão, pensamento e concepção, bem como o modo com o qual se relaciona com a realidade. Portanto a experiência subjetiva do "eu" deve ser levada em consideração na escola, pois é ela quem irá estabelecer as primeiras conexões sociais extras familiares da criança. Deve-se então possibilitar que: "Haja interação entre as crianças, que aprendam umas com as outras e que o processo de aprendizagem seja significativo, onde o professor facilite a forma como se aprende, promovendo que as necessidades especiais de uma criança com deficiência não seja um empecilho para que esta desenvolva suas próprias competências"

As concepções de Rogers sobre educação inclusiva possuem seus fundamentos nas necessidades da criança por completo, e não somente enquanto estudante. Sendo assim, é dever da escola assegurar uma educação adequada e dirigida para o desenvolvimento das competências da criança, compreendendo os níveis físico, emocional, social e afetivo. Corresponde a uma metodologia educativa que englobe o desenvolvimento pessoal do estudante e não apenas o intelectual.

A APRENDIZAGEM CENTRADA NA PESSOA

Um relacionamento interpessoal, afetuoso e de interesse de ambos, professor e aluno, juntos, caminhando para o aprendizado significativo. Um aprendendo com o outro, todos os dias. Essa humildade por parte do professor o levará a um relacionamento autêntico e transparente com o educando. A autenticidade será a principal ferramenta do educador que conduzirá o aluno à aprendizagem significava. Rogers combate a aprendizagem do tipo "tarefas", que só utiliza as operações mentais, não considerando o indivíduo como um todo. Esse tipo de aprendizado é esquecido com o tempo, pois não tem relevância com os sentimentos, as emoções e sensações do educando, e não provoca uma curiosidade que leve o indivíduo a aprofundar mais e mais. Para Rogers, ensinar é mais que transmitir conhecimento – é despertar a curiosidade, é instigar o desejo de ir além do conhecido. É desafiar a pessoa a confiar em si mesmo e dar um novo passo em busca de mais. É educar para a vida e para novos relacionamentos. A sobrevivência é um estímulo ao aprendizado, desde que o conhecimento transmitido seja imutável. Quando uma pessoa vive em um ambiente hostil e nesse existem novas situações constantemente, do que adianta o conhecimento transmitido por seus ancestrais? Ainda mais hoje, no mundo globalizado, tudo se

transforma muito rápido, inclusive o conhecimento científico. Nada é garantido, nem mesmo o conhecimento de hoje. O que se sabe profundamente hoje poderá, daqui a dez anos, ser considerado errado. Uma pessoa instruída é capaz de se adaptar às mudanças que ocorrem durante a sua vida (a aprendizagem é contínua). A vida é um processo de mudança – tudo ao seu redor é questionável e tudo se mistura. Por isso, não existe aquele que sabe e aquele que ensina, todos sabem alguma coisa e todos aprendem alguma coisa com alguém. É nesse contexto que Rogers vai expor a sua teoria. O professor passa a ser considerado um facilitador da aprendizagem, não mais aquele que transmite conhecimento, e sim aquele que auxilia os educandos a aprender a viver como indivíduos em processo de transformação. O educando é instado a buscar o seu próprio conhecimento, consciente de sua constante transformação.

O facilitador se reconhece como um material de apoio humano para o educando. Enquanto um bom professor é um estrategista da educação, ele usa o seu tempo planejando o currículo escolar, suas aulas e o faz muito bem. O facilitador, por sua vez, cria condições de interação pessoal com os educandos, prepara o ambiente psicologicamente favorável para recebê-los, proporciona aos alunos material de pesquisa, instiga a curiosidade que é inerente ao ser humano para promover a aprendizagem significativa. O que um facilitador ensina aos educandos é buscar o seu próprio conhecimento, para tornar-se independente e produtor de seu próprio processo cognitivo. Rogers considera o indivíduo como um todo:

> "Mente e corpo, sentimento e intelecto são partes integrantes do mesmo ser e são inseparáveis. Na educação moderna só está sendo valorizada a parte intelectual, como se o conhecimento cognitivo pudesse ser separado das vivências do ser humano. Um indivíduo que apresenta problemas emocionais não consegue reter um bom aprendizado, por isso é necessário considerar que a atmosfera psicológica é fundamental para o processo de aprendizagem". (ROGERS, 1973, P. 65)

Para conseguir um bom resultado como facilitador é preciso ter ou desenvolver algumas qualificações. A mais importante de todas é a autenticidade, qualidade que conquista o respeito dos educandos. Nesse caso o facilitador precisa aprender primeiramente a ser autêntico consigo mesmo e, só depois, expor aos alunos seus limites, suas dificuldades. É necessário deixar cair a máscara do educador bonzinho, compreensivo, tolerante; ser verdadeiro sem transferir suas próprias frustrações para os alunos. É preciso se mostrar pessoa como eles também são: com defeitos e qualidades, sentimentos e desejos, alegrias e tristezas. Um ser real e comum com sua própria história de vida. Essa transparência conquista a confiança e o respeito dos educandos. A segunda qualificação é o apreço, a aceitação e confiança. Isto significa ter carinho pelo estudante, por tudo que ele representa; considerar suas ações e reações, e aceitá-los como pessoas reais como você. O facilitador confia neste ser em transformação,

que possui qualidades e defeitos, em busca de satisfazer suas aspirações desejos e ansiedades, como qualquer ser humano. A terceira qualificação é a compreensão empática, que ocorre quando o facilitador deixa o julgamento de lado e compreende o educando, tornando a aprendizagem significativa. Quem possui esta habilidade não classifica o aluno, antes, integra-o ao grupo. Possui a capacidade de olhar o outro de seu ponto de vista e isso será de extrema importância para a aprendizagem. Se colocar na posição do outro, olhar através do ponto de vista do estudante, são fatores fundamentais para a aproximação do facilitador e do aluno. É, portanto, fundamental que um facilitador confie no ser humano, em suas potencialidades e capacidades da escolha do caminho traçado para sua própria aprendizagem. Logo: "A pessoa que não confia no outro ser humano, não pode tornar-se um facilitador. É mister aceitar os questionamentos, os caminhos errôneos, as propostas diferentes das planejadas. Todos os alunos são dignos de confiança, todos são importantes, e devem ser respeitados independente do contexto e de sua realidade". (ROGERS, 1973, p. 79)

O facilitador arrisca a viver na incerteza dos relacionamentos pessoais, permitindo que a sala de aula tenha vida e liberdade de expressão, sem saber o que este relacionamento interpessoal pode gerar dentro e fora da sala de aula. Agindo assim, destemidamente, ele torna a aprendizagem parte da vida de seus educandos. O professor que ajuda o aluno a pensar por si próprio (auxiliando-o com autenticidade, confiando em sua habilidade) e, com carinho, conduzindo-o ao caminho da participação e independência é, realmente, um bom facilitador da aprendizagem. Olhar a disciplina com o olhar do aluno – (não com o olhar de cima e dos planejamentos curriculares e pré-determinados, e sim do ponto de vista do aluno) o estimula a procurar os recursos para que possa trabalhar esta disciplina sem prejuízo ao currículo escolar. O facilitador disponibiliza recursos que agucem a curiosidade dos alunos em buscar e aprofundar seus conhecimentos.

O ser humano já nasce com uma tendência realizadora e o que tem que ser explorado ou restaurado nos alunos é essa tendência que lhe é tirada, cada dia um pouco, dentro do ensino tradicional. O aluno não tem que se preocupar em ser avaliado pelo professor, pois faz parte do processo de aprendizagem a auto-avaliação responsável. Lembramos que, na aprendizagem centrada na pessoa, o aluno torna-se gestor de seu próprio processo de busca do conhecimento. Ele aprende também a estabelecer critérios, a determinar os objetivos a serem alcançados e verifica se foram alcançados. Dentro desse critério é que se embasa a auto-avaliação do aluno e a avaliação do professor. Toda criança tem, por natureza, a necessidade de ensinar o que aprendeu. Neste tipo de aprendizagem e de busca de novos conhecimentos, o aluno é também responsável pelo desenvolvimento de outros colegas. Dessa forma, elas também aprendem a desenvolver um relacionamento interpessoal com os

colegas e com a família. Quanto ao erro cometido pelo aluno durante o processo de aprendizado, ele será orientado pelo facilitador a reencontrar o caminho certo, sem ser diminuído, julgado ou menosprezado por todos. Uma vez que o educando sente-se seguro e confiante em um relacionamento respeitoso e sincero dentro da sala de aula, ele não teme falar de suas experiências e vivências fora da sala de aula. Faz parte da vida de um facilitador nutrir a curiosidade e as perguntas de seus alunos, permitindo aos alunos brilhantes e criativos desenvolverem seus interesses e expor suas ideias, mesmo quando estas pareçam sem sentido. A nutrição dessas ideias pode levar a grandes experimentos. explica: "Em grande parte, com todas as crianças, mas, excepcionalmente, com crianças brilhantes, não é necessário ensiná-las, mas elas precisam de recursos que possam alimentar seus interesses. Para fornecer essas oportunidades, é preciso muita imaginação, reflexão e trabalho." (ROGERS, 1973, p. 72) Uma das formas de criar a responsabilidade sobre seu próprio aprendizado é:

> "Estabelecer contrato estudantil independente ou grupal, no qual as regras são feitas junto com o aluno. No contrato, estarão pré-estabelecidas as regras a serem cumpridas por ambos. Dessa forma, os estudantes tornam-se seguros e responsáveis. Ao fim do contrato, que será avaliado por ambos, o educando prestará contas ao facilitador sobre tudo que aprendeu e pesquisou. A aprendizagem centrada na pessoa é revolucionária e transformadora por aproveitar o desejo natural de todo estudante de participar e interferir em seu próprio processo". ROGERS, 1973, p, 87).

Hoje existem várias teorias que desenvolvem a aprendizagem por meio da valorização da pessoa, e a teoria de Rogers inspirou muitas escolas a ousarem e colocarem essas teorias democráticas em prática. As escolas que apostaram nessas teorias enfrentam problemas, mas não se intimidam diante deles. Pelo contrário, todos juntos aprendem, um com o outro, a se fortalecer e solucionar as dificuldades encontradas pelo caminho. É primordial aceitar que o ser humano não é estático, mas um ser em constante mudança. E assim sempre será qualquer lugar onde houver um ser humano. Todavia, para ousar transformar uma sala de aula, ou uma escola, o educador precisa aceitar a si próprio e ao educando em um processo de transformação vital. Neste processo de respeito e amor ao próximo, pode-se pensar em uma escola melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é possível concluir que Carls Rogers com seus pensamentos humanísticos da personalidade contribuiu grandemente para uma visão mais holística, ecológica, organísmica e sistêmica da pessoa, foi por acreditar que cada ser em si é capaz de se autorregular em busca de saúde e bem estar, por acreditar na capacidade do estudante em ser o gestor do seu próprio aprendizado e que um grupo terapêutico pode ser um multiplicador de experiências e motivador de mudanças, que ele ao

longo de sua carreira baseado em suas próprias experiências como psicólogo clinico e psicoterapeuta criou a abordagem centrada na pessoa, ACP, à chama terceira força da psicologia atual. Foi com base nessas teorias que ele lutou contra um monopólio estabelecido na sua época onde a prática terapêutica era exclusiva da classe médica, contribuindo assim de maneira impar para a psicologia atual, enquanto profissão. Os conceitos de não-diretividade, da aceitação da própria experiência como pressuposto para aceitar a si e ao outro, ser o que realmente se é, ter consideração positiva incondicional, congruência e incongruência, enfim todos os preceitos de Rogers levam-nos a uma conclusão que de complexa torna-se até simplista após analisar de maneira mais profunda a cerne da sua teoria por ser único, sobre como facilitar o processo do "Tornar-se Pessoa". Paradoxalmente é essa simplicidade na compreensão do homem como ser positivo que gerou críticas e dúvidas sobre a eficácia do postulado de Rogers, por trazer, inevitavelmente, um caráter filosófico ainda visto pela ciência como algo sem solidez ou até sem rigor, sendo essa talvez, a crítica mais rebatida pelos entusiastas dele até os dias atuais. Neste trabalho foi possível constatar que a ACP, corrobora como para novas abordagens que auxiliam a psicologia escolar e educacional, a pedagogia, a psicologia social dentre outras, a ter uma atitude inclusiva por difundir a concepção Rogeriana de que nós estamos num processo de aprendizagem contínua e que somos multiplicadores dessa aprendizagem, para tanto está lançado o convite ao leitor, para se debruçar não só nas experiências de vida de Rogers, entrar em contato com sua própria experiência ao fazê-lo, pois só assim poderemos constatar o que segundo Rogers é a condição básica ou a mola propulsora para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

FONSECA. M.J.M. Carl Rogers: **uma concepção holística do homem** - da terapia centrada no cliente à pedagogia centrada no aluno. Millenium: ordem, Viseu, Portugal, v.1, n.36, p.1-28, 2009.

HIPOLITO, J. **Biografia de Carl Rogers**. Revista de Estudos Rogerianos, A Pessoa como Centro, n.3, p.1-13, 1999.

MOREIRA, V. **Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa**. Estudos de Psicologia, Campinas, p.537-544, 2010.

RIBEIRO, J.C.G. **As intervenções de facilitação nos processos de aprendizagem**. Maceió, 2007.

ROGERS, C.R. **Liberdade para Aprender**. 2.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

ROGERS, C.R. **Liberdade de aprender em nossa década**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ROGERS, C.R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SILVA, E.M; MORAIS, J.A; BARBOSA, I.S. **As implicações da Teoria de Carl Ransom Rogers para a Educação em ciências**. Revista Amazônica de Ensino de Ciências, Rev. ARETÉ, Manaus, v.6, n.10, p.63-72, 2013.

SOUZA, M.V.L; LOPES, E.S.; SILVA, L.L. **Aprendizagem significativa na relação professor-aluno**. Revista de C. Humanas, Viçosa, v.13, n.2, p.407-420, 2013.